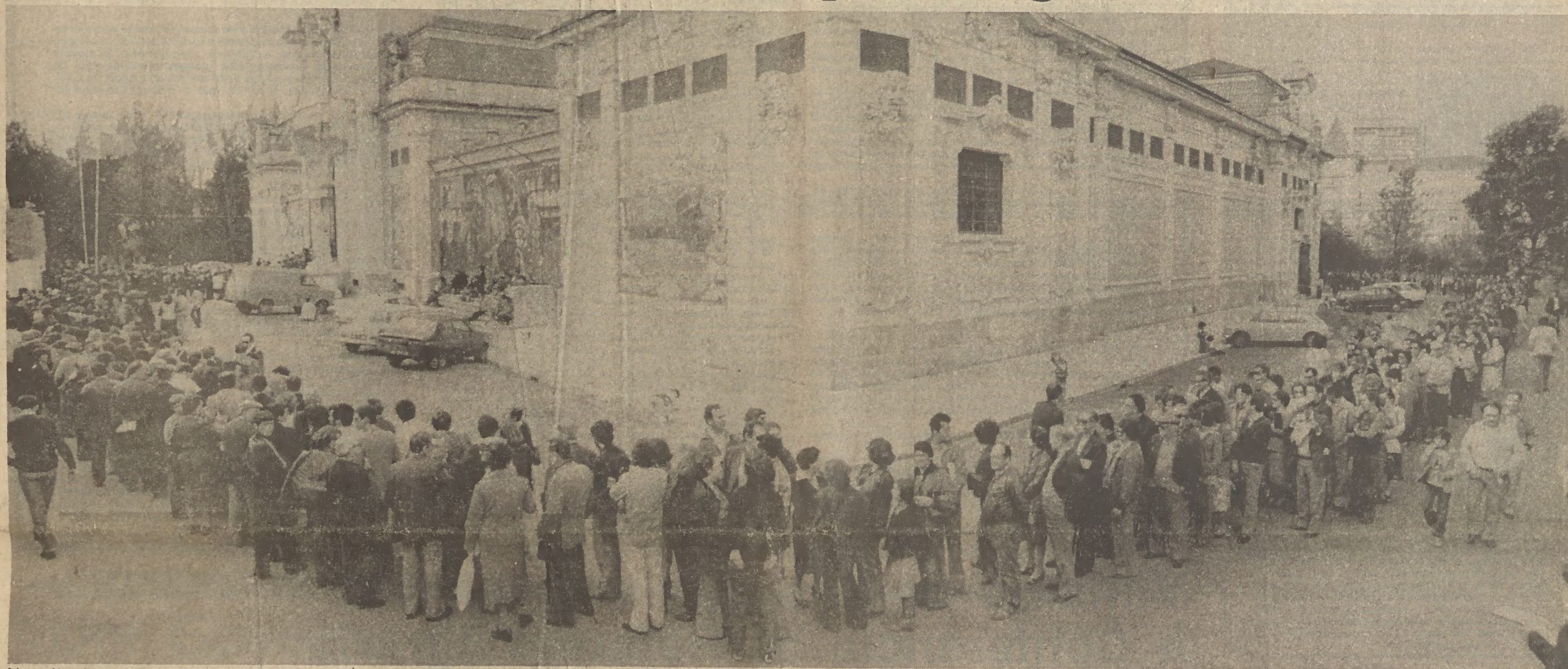


60.º aniversário do PCP

Dezenas de milhares de pessoas já visitaram a Exposição



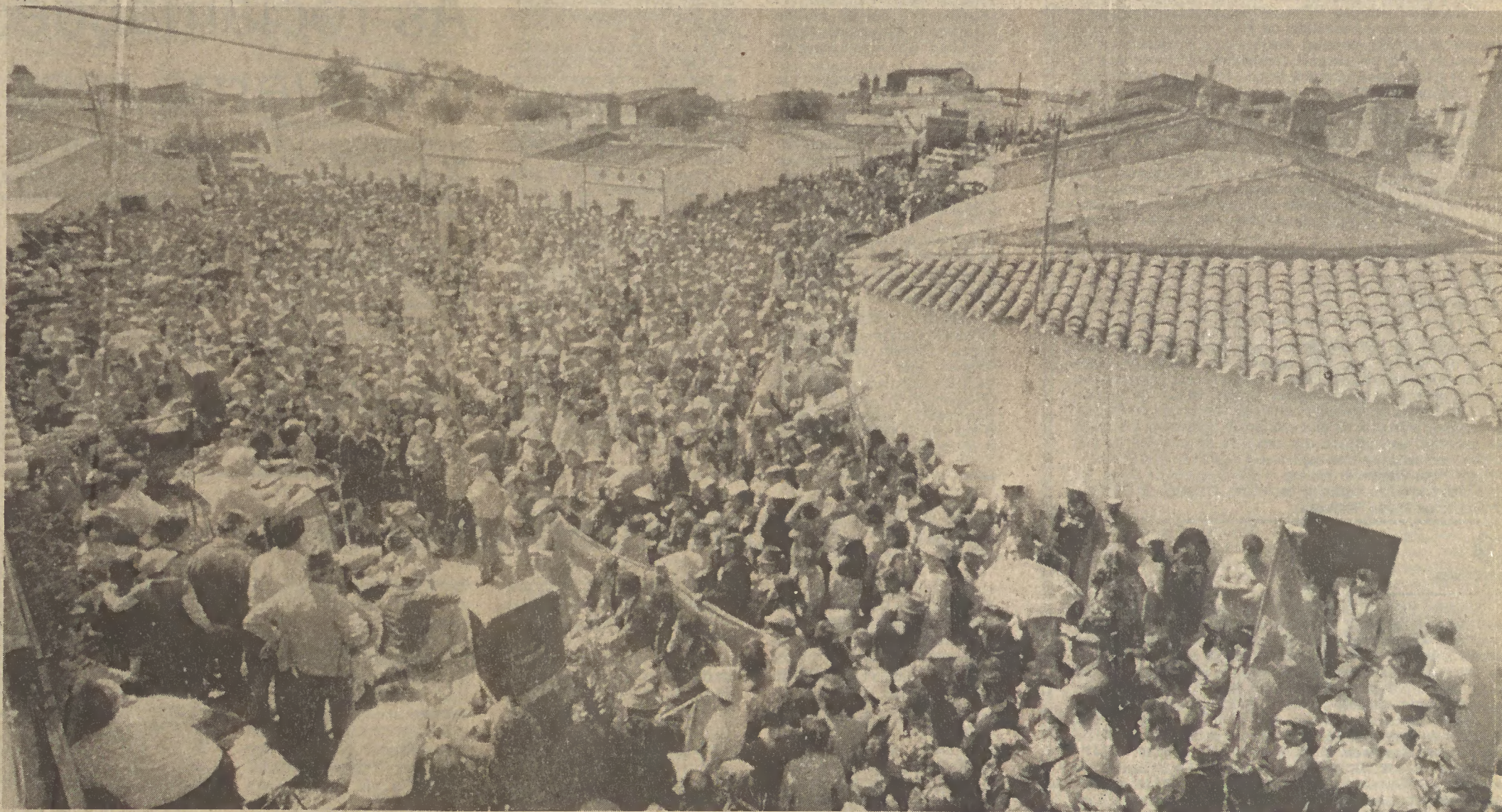
No sábado e no domingo, foi assim: longas bichas que davam a volta ao edifício do Pavilhão

Pág. 12

Delegações do
Partido Comunista
da Grã-Bretanha
(dirigida pelo
secretário-geral,
Gordon McLennan)
e do **Partido**
Socialista Iemenita
estiveram
em Portugal

Pág. 5

Evocar Catarina Eufémia é defender a Reforma Agrária



Milhares de pessoas em Baleizão participaram na romagem ao monumento a Catarina, desfilaram pelas ruas e estiveram no comício em que discursou Álvaro Cunhal

Págs. centrais

Conferência do PCP sobre o Poder Local



Almada*21 de Junho*1981

Pág. 4

*Indecorosa manipulação
da AD e do Governo na RTP*

Pág. 12



●SEMANA

Nacional

13

Quarta-feira

Três dirigentes sindicais da Função Pública são detidos durante três horas e meia quando aguardavam em frente do Ministério da Reforma Administrativa em Lisboa que o ministro Eusébio de Carvalho os recebesse; a intervenção policial foi requerida pelo Ministério da Reforma Administrativa, cujo titular se recusa há quase dois meses a receber os representantes dos cerca de 380 000 trabalhadores da Administração Pública ■ Chega a Lisboa em avião próprio o secretário da Defesa dos EUA, Caspar Weinberger, que se desloca ao nosso país a convite do seu homólogo português Azevedo Coutinho, que veio "de boia" com Weinberger desde Bruxelas, onde ambos haviam participado numa reunião do Comité de Planeamento da NATO ■ Agentes da PSP, armados de G-3, interrompem pela Igreja da Encarnação onde se efectuava uma vigília, como forma de solidariedade com os presos irlandeses, vigília autorizada pelo pároco; os agentes detiveram dois jornalistas, um do semanário "Em Marcha" e outro do "Diário de Lisboa", que cobriam o acontecimento.

14

Quinta-feira

Enquanto uma onda de protestos se levanta em todo o país contra a detenção de três dirigentes sindicais da Função Pública, cinco deputados de quatro partidos da oposição (PS, PCP, UEDS e ASDI) deslocam-se ao tribunal da polícia onde irão ser julgados os três sindicalistas, manifestando assim a sua solidariedade; o julgamento foi, porém, adiado, devendo prosseguir na próxima segunda-feira

15

Sexta-feira



Deficientes das Forças Armadas manifestam-se em Lisboa exigindo do Governo a satisfação das suas reivindicações, desfilando entre a sede da ADFA, no Rossio, e o Ministério da Defesa, na Praça do Comércio ■ Os ministros do Comércio da Argélia e de Portugal assinam, no Palácio das Necessidades, em Lisboa, um acordo comercial resultante da primeira reunião da Comissão Mista luso-argelina ■ Inicia-se, no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão e com a participação de cerca de duas centenas de delegados, o II Congresso Nacional da Associação dos Deficientes das Forças Armadas (ADFA) ■ É anunciado em comunicado que os dirigentes da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública serão recebidos na próxima quarta-feira pelo ministro da Reforma Administrativa, o que constitui uma primeira vitória dos trabalhadores; todavia, o comunicado da Comissão Negociadora Sindical (CNS) sublinha que a marcação da reunião não dá, só por si, qualquer garantia de que esteja próxima a superação do actual conflito, pelo que prosseguirá a actual jornada de luta

16

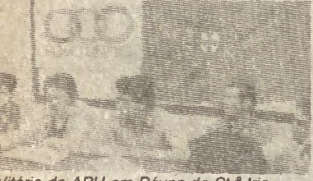
Sábado



Os apoiantes de Mário Soares e do ex-Secretariado dividem entre si os 41 lugares da Comissão Política do Partido Socialista, ficando 26 lugares para o "Sector Soares" e 15 para o ex-Secretariado; a terceira tendência, a chamada "esquerda laboral" de Marcello Curto, não ficou representada ■ O porta-voz do Conselho da Revolução, tenente-coronel Vítor Alves, informa que o comandante Almeida e Costa, até agora membro do CR, será o próximo governador de Macau; a vaga deixada em aberto no Conselho da Revolução não será preenchida ■ O ministro da Qualidade de Vida, Ferreira do Amaral, afirma no Congresso do seu partido, o PPM, que no seio do Governo e em relação ao seu sector "tem vindo a engolir elefantes vivos", manifestando o seu descontentamento pelo facto dos problemas do seu sector, nomeadamente na Comunicação Social, não terem, a nível governamental, soluções "de acordo com os seus projectos".

17

Domingo



Chega a Lisboa uma delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha (PCGB) chefiada pelo seu secretário-geral, Gordon MacLennan, que se desloca ao nosso país a convite do Comité Central do PCP ■ A Comissão Política do PS elege, por 24 votos a favor e 14 contra, a Comissão Permanente composta por sete membros propostos por Mário Soares ■ Num comício em Beatozão, o secretário-geral do PCP denuncia a "distribuição de terras" propagandeada pela "AD" como uma colossal mentira para caluniar e encobrir a destruição da RA e a restauração dos latifúndios ■ A APU vence as eleições para a Assembleia de Freguesia de Póvoa de Santa Iria, concelho de Vila Franca de Xira, com 1339 votos e nove mandatos, tendo o PS recolhido 970 votos (seis mandatos) e a "AD" 661 (quatro lugares); para a Assembleia de Freguesia de Maceda, concelho de Ovar, onde também se realizaram eleições intercalares, a APU subiu de um para três mandatos, tendo o CDS obtido seis lugares e o PPD/PSD quatro; em 1979 estas eleições haviam sido ganhas por uma lista de "independentes" de extrema-direita, que conseguiram sete lugares, tendo o PPD/PSD obtido quatro e o CDS um mandato apenas ■ A convite do presidente da Assembleia da República, chega ao nosso país a presidente do Parlamento Europeu, Simone Veil.

18

Segunda-feira

Elementos da PSP espancam agricultores da região das Caldas da Rainha que, pela segunda vez, decidiram cortar o trânsito numa das vias de acesso à cidade; à semelhança do que se passa em muitas outras regiões do país, os agricultores das Caldas da Rainha protestavam contra a indiferença manifestada pelo Governo para com os seus problemas, agravados sobretudo pelo aumento generalizado dos produtos necessários ao seu trabalho, nomeadamente as rações para os animais ■ O Primeiro-Ministro Pinto Balsemão informa, à sua chegada da Suíça, ter aceite o pedido de demissão do secretário de Estado da Reforma Administrativa, Lopes Raimundo.

19

Terça-feira

Simone Veil, a presidente do Parlamento Europeu presenteemente de visita ao nosso país, afirma no palácio de Queluz que «certamente não é do interesse de Portugal querer apressar a entrada numa comunidade que se encontra a braços com dificuldades fundamentais», fazendo esta afirmação um dia depois de os países da CEE terem adiado, mais uma vez, a apreciação do "dossier" sobre a união aduaneira nas suas negociações com o governo da «AD» ■ A Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública repudia o diploma hoje publicado que aumenta apenas em 10,8% os salários do sector ■ A CGTP-IN anuncia a sua demissão da Comissão Organizadora do Congresso das Comunidades, explicando que o faz para impedir que o nome da central sindical portuguesa «seja incluído na representação desta farsa ofensiva da dignidade dos trabalhadores e do Povo português, dos princípios e regras democráticas resultantes do 25 de Abril».

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 14 de Maio de 1978 13 Ligas de pequenos e médios agricultores aprovam, por unanimidade, os estatutos da Aliança das Ligas Agrícolas do Norte, da qual podem ser sócios todas as associações de classe de agricultores dos distritos do Porto, Braga, Viana do Castelo, Vila Real e Bragança.

Editorial

QUADRO SOCIAL E ECONÓMICO DA REVISÃO CONSTITUCIONAL

Determinar o vínculo dos interesses nacionais e populares na emaranhada crise em que o Governo AD/Balsemão submerge o País, precisamente na esteira dos outros governos de direita que o antecederam, é uma questão de importância primordial para a luta do Povo português no momento actual.

É uma questão tanto mais importante quanto é certo que os responsáveis directos pelo agravamento da situação nacional entrincheirados no Poder procuram semear a confusão entre os portugueses, induzir em erro os trabalhadores, fardar sob uma falsa roupagem democrática a sua política de classe profundamente reacçãoária, de defesa dos grandes capitalistas e latifundiários.

Com a ajuda de uma verdadeira legião de escribas e «analistas» que manipulam os órgãos de comunicação social estatizados e da imprensa fascista e fascizante directamente controlada pelas corporações do grande patronato, o Governo e a maioria parlamentar da AD levam a cabo uma política que visa de facto o estrangulamento das liberdades, a paralisia das instituições, a destruição das conquistas de Abril, a submissão completa ao imperialismo, afinal e sob novas formas a liquidação do regime democrático e a instauração de uma nova ditadura do grande capital, objectivos supremos do plano subversivo de Sá Carneiro e Freitas do Amaral.

É no quadro desta situação profundamente instável e fluida, fortemente influenciada por factores de ordem externa, que em Portugal prossegue a arrumação de forças políticas e sociais, claramente no sentido dos resultados eleitorais de 7 de Dezembro do ano passado, favoráveis à democracia.

Nestes primeiros cinco meses de 1981 e particularmente nas últimas semanas produziram-se novos deslocamentos de forças, criou-se uma situação qualitativamente nova, o declínio da AD e do seu Governo, a redução da sua base social e política acentuam-se e apontam a curto prazo para novas mudanças de qualidade.

O campo das forças democráticas alarga-se, tomou-se mais forte, transcendendo cada vez mais as fronteiras partidárias. A situação interna dos partidos de direita coligados na AD e da própria coligação, as remexidas nos seus quadros dirigentes e o mal-estar no seio mesmo do Governo Balsemão assim como, num outro plano, o grave divergência interno do Partido Socialista que o Congresso não arrumou, estão longe de estabilizar-se.

O divórcio entre a AD e o País real aprofundou-se, o contraste entre as palavras mistificadoras dos ministros e parlamentares da AD e a realidade nacional envolvente é gritante.

Neste quadro de grande instabilidade e fluidez o movimento popular de massas assume-se cada vez mais como catalizador das mudanças na correlação de forças, as poderosas lutas, greves e movimentações de massas de vários tipos de operários e empregados, de trabalhadores da Função Pública, de pequenos e médios agricultores estão alterando profundamente o panorama social e político do País.

O Governo AD/Balsemão alarmado com a potência das lutas, greves e concentrações dos trabalhadores tentou negar-lhes substância e razões reivindicativas concretas e atribuir-lhes exclusivas motivações políticas artificialmente combinadas pelos comunistas e relacionadas com a preparação das comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio.

Deliberadamente os chefes e escribas da AD confundem as causas e os efeitos.

A obstinada recusa dos governantes e a resistência feroz do patronato às sentidas reivindicações dos trabalhadores estão na origem das poderosas acções de massas posteriores ao 25 de Abril e ao 1.º de Maio de que as importantes greves recentes ou actuais e de duração diversa da Função Pública, da Soténave, da Magde, da Quilmeiga, dos Professores, dos Portuários, da Siderurgia, das Minas da

Panasqueira (há três semanas em greve) da EPAC e de outras empresas, assim como as lutas por vezes com paralizações da Prócontrol, Cabos Ávila, M.N. Tiago, trabalhadores de consultórios médicos e outros constituem um formal desmentido às justificações simplistas do Governo AD e pessoalmente de Balsemão.

As lutas e greves em curso ou em projecto mostram que se o Governo AD/Balsemão continuar fechado e surdo às justas reivindicações dos trabalhadores, se continuar a dar-lhes resposta com as provocações do ministro Eusébio de Carvalho e com as prisões (como sucedeu com os três dirigentes sindicais da Função Pública) e a repressão violenta, o processo tende a agravar-se, o movimento de massas a alargar-se, os protestos contra a política do Governo a intensificar-se.

Pode concluir-se que as lutas, concentrações e greves dos primeiros 4 meses de 1981 estão na base das poderosas manifestações do 1.º de Maio por todo o País e que estas fizeram redobrar o vigor do movimento operário, elevar a combatividade das massas, alargar a unidade dos trabalhadores e criar condições para novas e mais importantes lutas.

Particularmente significativas e pesadas de consequências políticas contra a AD e o seu Governo são as grandes lutas, concentrações e acções de vários tipos de muitas centenas de pequenos e médios agricultores do Norte e Centro do País e dos assalariados rurais do Sul a braços com o restabelecimento em larga escala e pela violência do latifúndio com o desemprego e de novo com a miséria e a fome.

Os pequenos e médios agricultores vêem-se a braços com o agravamento brutal dos factores de produção, com dificuldades de escoamento de alguns produtos, com a queda dos preços ao produtor, nomeadamente de suínos e frangos, com o baixo preço do leite que o Povo paga agora mais caro, com as restrições e encarceramento do crédito, com a ganância dos grandes intermediários, com os novos roubos dos baldios em flagrante violação da lei e o congelamento dos fundos à ordem dos Conselhos de Compartes.

A resposta do Governo é o cacete e a repressão violenta da GNR e da PSP, como se verificou agora na concentração de agricultores nas Caldas da Rainha. Em Viseu, Lousã, Peniche, Porto de Mós, Bombarral, Aveiro, Coimbra, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Condeixa, Tondela, Mira, Mogadouro, Maia, Santarém, Lisboa e outras localidades do Norte e Centro do País, muitas centenas de agricultores reuniram-se em concentrações e plenários num vivo debate da difícil situação criada à lavoura pela política do Governo AD/Balsemão.

Os factores de produção sofreram agravamentos brutais. Mais 33% para os adubos; mais 5500 para o Gasóleo; mais de 10 a 35% para os pesticidas; mais 20 a 200% para as sementes; mais 40% para as rações.

Inversamente baixam os preços ao produtor: 40 a 50% para o gado; 2 a 4500 para a batata, e o Governo faz orelhas moucas à reivindicação de aumento para 18500/litro para o leite da classe «A» tanto mais justa quanto se beneficiam os grandes industriais de lacticínios com 20% para o leite em pó e se aumentam à multinacional Nestlé e ao grupo Martins & Rebelo em 12 e 43% os subsídios de produção, o leite pasteurizado sobe de 36%, o queijo de 35500 o quilo e à indústria em geral é dado um subsídio de 2520 por litro de leite utilizado.

Esta política de destruição das pequenas e médias explorações agro-pecuárias e de falência e ruína de milhares de pequenos e médios agricultores, friamente programada pelo Governo AD, receberá o golpe de misericórdia se a agricultura portuguesa fosse metida na máquina de trituração monopolista da CEE.

A política económica e financeira do Governo AD/Balsemão segue as mesmas linhas de mau, isto é, a do restabelecimento dos monopólios e do poder económico do grande capital português e internacional à custa do esmagamento do sector público e nacionalizado.

Milhares de pessoas irão à Conferência da Reforma Agrária

São inúmeras já as excursões programadas para o dia 31 de Maio a Évora, dia do encerramento da 5.ª Conferência da Reforma Agrária e durante o qual se realizará um comício para dar a conhecer as conclusões aprovadas, após o que decorrerá um cortejo pelas ruas da cidade.

Na Amadora, para as 15 camionetas alugadas, estão já esgotados os lugares. No concelho de Sintra, estão previstas 10 camionetas para partirem às 8 horas da manhã frente ao Palácio de Queluz. Em Oeiras, o local da partida é a Praça D. Manuel, em Algués, entre as 7 e 30 e as 8 horas da manhã.

Entretanto, por iniciativa do Sindicato da Função Pública foi tratado um comício especial — o comboio da solidariedade — cujo horário de partida será oportunamente confirmado. Propõem-se os trabalhadores da Função Pública ultrapassar as mil inscrições alcançadas no ano passado para a 4.ª Conferência e recordam que os trabalhadores da Reforma Agrária precisam da solidariedade dos trabalhadores da cidade. O preço de ida e volta é de 270\$00.

Também o Conselho de Trabalhadores da Zona Ocidental de Lisboa promove uma excursão naquela dia, com partida do Largo de Alcântara, pelas 7 e 30 da manhã de domingo, dia 31. Os interessados devem contactar o telefone 67 68 94, durante as horas de serviço.

Também no concelho de Cascais estão previstas 8 camionetas de excursão. Quatro partem do Largo de Tires e duas do Largo de São Domingos de Rana. Em ambos os casos as lotações já estão completas. As restantes camionetas partem do Centro de Trabalho do PCP em Cascais e aqui ainda é possível arranjar lugar. Todas as camionetas partem pelas 6 e 30 dos locais referidos.

Entretanto, ainda no mesmo concelho, mas organizado pelo MURPI, partem duas camionetas, uma da Abóbada e outra da Parede.

Por seu turno o Comité Local de Lisboa do PCP organizou a partida de várias camionetas, a saber: 11 do Largo de Alcântara pelas 7 e 30, duas da Praça do Chile, quatro de Benfica e sete da Biblioteca Nacional, todas pelas 8 horas da manhã.

Como se constata não é difícil ir ao encerramento da 5.ª Conferência da Reforma Agrária.

Oferta de biblioteca

Entretanto, um grupo de editores — nomeadamente a Editorial Cosmos, Editorial Presença, Edições 70, Editorial Estampa e Livros Horizonte — irá oferecer uma biblioteca ao Secretariado das UCP/Cooperativas Agrícolas por ocasião da 5.ª Conferência da Reforma Agrária.

Como pretendem que essa biblioteca seja constituída não só por ofertas de editores mas também de particulares que se interessem pela iniciativa, sugerem que os interessados remetam as ofertas para as livrarias que a Central Distribuidora Livreira tem espalhadas pelo país com a menção de que se destinam à 5.ª Conferência da Reforma Agrária.

Exposição de R. Ribeiro

Integrada na 5.ª Conferência da Reforma Agrária, a realizar em Évora, estará patente no

Palácio de D. Manuel, nesta cidade, de 23 a 31 de Maio, uma exposição de pintura de Rogério Ribeiro, com obras de 1974 até ao presente.

Rogério Ribeiro nasceu em Estremoz, em 1930, e tem o curso de pintura da Escola Superior de Belas-Artes, onde actualmente é professor.

A exposição é inaugurada no próximo sábado, pelas 18 e 30.

Nas Caldas da Rainha Às reclamações dos agricultores o Governo responde com a força

Já na semana passada os agricultores das Caldas da Rainha tinham-se concentrado para que uma explicação fosse dada e uma solução encontrada. Deixaram na altura com a indiferença do Governo. Na altura cortaram o trânsito de uma das artérias centrais da localidade. Desta feita, face ao silêncio que persiste, os agricultores voltaram a concentrar-se e decidiram cortar o trânsito numa das vias de acesso à cidade, como forma de protestar contra a indiferença que o Governo manifesta perante os seus problemas.

Passou-se isto no Largo da Rainha D. Leonor, cerca das 9 horas da manhã, e pelas 11 horas já nenhuma viatura conseguia circular numa das vias que permite o acesso à cidade e a saída para Lisboa, atravessada que estava de um lado a outro por tractores e camionetas.

Foi nessa altura que surgiu uma força da PSP e alguns dos seus elementos espancaram com «casse-lêtes» várias pessoas, entre as quais José Miguel, agricultor de 60 anos de idade e Ivone Soares, dirigente da Pró-Federação dos Agricultores do Distrito de Leiria. De salientar, contudo, que alguns dos elementos daquela corporação não optaram por esta solução, entabulando o diálogo com os agricultores que concordaram

Avante!

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, S.A.R.L. Serviço Central: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. — 1000 Lisboa Tel. 779828/779825

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt. — 1000 Lisboa Tel. 769705. (Abrange os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 90 — 1200 Lisboa. Tel. 372238

Os jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, S.A.R.L. Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt. — 1000 Lisboa Tel. 769744/769751

Publicidade Central

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa Tel. 778936/778935. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000 Porto Tel. 361067

EXPEDIENTE: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044

Composto e impresso na Haska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora

Tiragem média no mês de Abril: 67.975

Assembleia da República

A carapaça da "AD" e as torres em que se esconde

No momento em que encerra a nossa edição, que palavra escolher para definir a atitude da maioria na Assembleia da República, encafiada na defensiva de um Governo que já tem o descrédito dos eleitores, descrédito que se manifestou logo em 7 de Dezembro passado e que até hoje não cessou de crescer, apoiando-se em outras formas de expressão, tais como acções reivindicativas que contestam o total de uma política, em manifestações grandiosas que exigem uma outra forma de governar o País, em projectos alternativos de legislação que a própria maioria se não atreve a contestar abertamente, servindo-se apenas de subterfúgios para rejeitá-los?

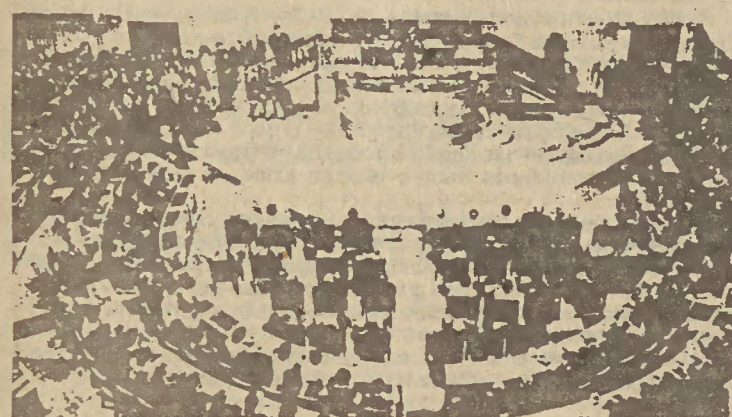
Carapaça, é a palavra que nos surge, para definir a atitude dos apoiantes do Governo que sobrevive a si próprio. Carapaça onde resvalam as vozes da oposição, por insensibilidade ou por hipocrisia dos que são incondicionais de um projecto totalitário que não tem futuro.

Saco roto

É assim que parecem cair em saco roto os protestos da

restantes 60 por cento, cerca de 32 não dispõem de qualquer tipo de abastecimento e 28 por cento dispõem de fornecimento de água em condições primárias ou deficientes.

Octávio Teixeira, por seu lado, falará, no dia seguinte, em declaração política, do aumento dos preços, advertindo que a política de total abandono do controlo de preços prosseguirá pelo Governo vai gerar novos aumentos a curto prazo.



oposição, nomeadamente dos comunistas, outros projectos que do mesmo modo surgem, tentando modificar o estado de coisas.

Na quarta-feira passada, o deputado Silva Graça, do PCP, que falou do problema que a poluição crescente do estuário do Tejo coloca, lembraria as questões do saneamento básico do País: só 40 por cento da população está servida por distribuição de água ao domicílio; dos

Não é a liberalização de preços que interessa ao País, mas sim o acompanhamento rigoroso da formação dos preços e a criação ou reforço de estruturas orgânicas capazes de funcionar em eficientemente, com o objectivo de garantir o regular funcionamento dos mercados e assegurar a definição, execução e fiscalização de uma

política de preços integrada numa política anti-inflacionista global — afirmou. Mas tal afirmação cairia no saco roto dos ouvidos «AD».

Revisão e fissuras

No momento em que a revisão constitucional passa à contagem decrescente no que toca à apresentação de projectos — tendo o PCP anunciado para uma conferência de imprensa a dar hoje mesmo, a posição que vai adiantar —, começam também a revelar-se algumas fissuras, embora ainda ténues, no comportamento dos vários partidos e coligações representados na Assembleia. Não falando nas posições de desajustamento no seio da FRS, as posições no que toca à direita — maioritária no homicídio — não são de molde a prever uma absoluta conjunção de pontos de vista em relação a vários problemas.

O PPM tem deixado entrever — para além das

palavras do ministro da qualidade de vida (qual vida?) — outras divergências. Nomeadamente sobre a questão das «torres do Tejo», o projecto caro ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa e que, através de um projecto de lei da ASDI veio a ser contestado na Assembleia.

Depois de uma declaração política do PCP, pela voz do deputado Rogério de Brito, que lembrou ao Governo a contestação desencadeada em todo o País contra a política agrária da «AD», depois da apreciação e votação, ganha pela «AD», do recurso que esta interpôs acerca da decisão anterior da mesa da AR que não aceitara a proposta de resolução sobre a controversa questão das viagens ao estrangeiro do Presidente da República, proposta que mais não visava que o reacender da guerrilha institucional contra o PR, a «AD» anunciou opor-se ao projecto ASDI, que visava criar uma Comissão para elaborar um plano de salvaguarda e preservação

arquitectónica, paisagística e patrimonial da zona ribeirinha de Lisboa.

Torres erguendo

Retomando uma expressão de Vilhena de Carvalho ao apresentar o projecto da ASDI, Anselmo Aníbal, independente do PCP, afirmaria, sobre o projecto e a previsível rejeição da maioria:

Num hino da Mocidade Portuguesa, organização fascista da juventude, a certa altura apelava-se para a epígrafe: «torres e torres erguendo». Para seguir esses critérios, levado por essas palavras, para adequar o verbo à acção, em Abril de 1972 era aprovado pelo então presidente da CML, Eng.º Santos e Castro, depois promovido a figura n.º 1 da última administração colonialista que Angola teve, um «estudo parcial da zona de Alcântara a poente da Avenida de Ceuta». Esta zona iria — disse mais adiante o deputado —, com



o aval da Câmara de então, destruir a imagem de Lisboa, erguendo-se torres que variariam entre 10 e 30 pisos, dominando em altura o tabuleiro da ponte, fazendo uma Nova York de pacotilha aqui no ocidente de Lisboa. (...) A volumetria proposta que esconderia igrejas seculares e que sufocaria monumentos nacionais não terá sido questão para os gerentes fascistas da cidade, tendo sido aprovadas três torres, uma da ITT, outra da Tranquilidade, outra da Portugal e Colónias.

Depois de ter denunciado as raízes do projecto Abecasis, o deputado mostrou-se favorável, na generalidade ao projecto apresentado. Isto depois de muita palavra gasta pelo PPD Silva Marques que, incomodado pelo sério da situação, optou pelo humor barato. Ninguém ria, porém, senão se tristeza. O PPM escondia o seu desgosto atrás de acusações sobre o passado. Mas ficou provado que a «AD» faria tudo para desfigurar o País.

Perguntas escaldantes

Qual é o mistério que envolve o carregamento de armas para a Arábia Saudita?

Poderia ser, se quiséssemos traduzir por miúdos as perguntas dirigidas pelo Partido Comunista Português ao Governo, o teor da questão que levantou o requerimento dirigido ao executivo «AD» pelo grupo de deputados do PCP sobre o que alguns jornalistas anunciaram acerca da grande quantidade de material de guerra e explosivos, embarcados na semana passada para bordo de um cargueiro português, no porto de Setúbal. Falava-se nada menos acerca de granadas 115 e 220 com destino àquele país do Médio-Oriente.

Ignorando-se o exacto peso do material — diz o requerimento dos comunistas —, é sabido porém que foi transportado por 21 camionetas com capacidade para 12 toneladas cada. Por outro lado, sobre o destino do cargueiro, nada foi revelado pela Fábrica Militar de Braço de Prata.

E nos termos constitucionais, o PCP perguntou: — qual o porto a que se destina a carga de material de guerra e explosivos que foi embarcada no porto de Setúbal no cargueiro Eco-Dão?

— fundamentos da posição adoptada pela Fábrica Militar de Braço de Prata?

— tem o Governo conhecimento do destino real da referida carga?

Sindicalistas presos

Tendo chegado ao nosso conhecimento que na tarde de hoje, dia 13 de Maio, forças policiais prenderam vários dirigentes sindicais da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública, que aguardavam frente ao Ministério da Reforma Administrativa uma audiência que oportunamente haviam solicitado — diz outro requerimento dirigido ao Governo e apresentado por membros do grupo parlamentar do PCP —, e independentemente do vivo protesto que desde já tal acção nos merece, requeremos ao Governo urgente informação sobre:

1 — Quem ordenou a operação policial referida?

2 — Que medidas vão ser tomadas para apuramento das responsabilidades desta acção ilegal contra os direitos dos cidadãos, designadamente os direitos que assistem aos representantes legítimos dos trabalhadores?

Vários requerimentos escaldantes foram colocados pelos deputados comunistas, durante os últimos dias. As respostas? É a flecha do Governo, apoiado numa maioria morna, que vai poder responder a tais questões? A prática da «AD» já mostrou que as perguntas valem por si.

“AD” rejeita alargamento do subsídio de desemprego

Cipriano Martins daria o tom «AD»: Não! Seria, com efeito, o deputado do PSD que responderia negativamente, por parte da maioria governamental, ao projecto de lei do PCP que visava o alargamento do direito ao subsídio de desemprego aos trabalhadores de empresas cuja laboração se encontra paralisada há mais de trinta dias, por outros motivos que não sejam a greve, desde que não recebam salário, ou o montante deste seja inferior ao subsídio de desemprego.

O camarada António Mota esclareceu o âmbito e alcance do projecto comunista, considerando:

— que a sua aplicação se faz sem prejuízo da aplicação subsidiária ou subseqüente, prevalecente de outros

mecanismos aplicáveis em certos casos;

— que o mecanismo previsto funciona melhor a vários níveis dos que os previstos em outros diplomas; — e finalmente que ele cobre uma larga zona, a descoberto dos mecanismos actuais.

O que se tem passado até agora — acentuou o deputado comunista — é que algumas entidades patronais têm jogado na debilidade económica dos trabalhadores e nas dificuldades do mercado do trabalho para depois de paralisarem ilegalmente as empresas, sem rescindirem os contratos de trabalho, levarem os trabalhadores a procurar outros empregos, precisamente por os deixarem

entretanto sem qualquer protecção.

Que fique claro — sublinhou o deputado comunista —: é precisamente com a situação actual que certo patronato oportunista acaba por ganhar. E da ineficácia dos mecanismos legais e inspectivos para obligar esse patronato a cumprir a lei que lhes vêm os lucros e os benefícios. E com a debilidade dos trabalhadores que esse patronato joga.

É a isto — sublinhou António Mota — que este projecto pretende obstar, foi também por isso que o apresentámos. Temos em vista a defesa dos direitos dos trabalhadores, mas não só; queremos defender também os interesses da economia nacional, afectados pelo

comportamento dessas franjas do patronato.

O projecto seria rejeitado pela direita. De nada lhe valeu o voto anunciado favorável do Partido Socialista. Os partidos da «AD» estavam determinados a votar contra tudo o que «simples razões de ordem social bastariam para justificar a solução proposta», como afirmou o representante do Partido Socialista.

Cipriano Martins do PSD, embora não podendo objectar o que quer que fosse ao projecto em apreciação, disse, quando «a substância» do mesmo, que havia reservas políticas, embora não adiantasse objecções. Mas vá-se lá saber as razões «AD» para recusar ou votar a favor.

Nada havia a fazer senão explicitar bem as razões por que o Partido Comunista Português

apresentara o seu projecto de lei. E tal fez António Mota:

Para defender e proteger os direitos e interesses destes trabalhadores — disse —, impõe-se e urge uma solução normativa que, apesar de ser instantaneamente reclamada, apesar de ser simples no seu conteúdo, apesar de ser evidente na sua necessidade, continua sem concretização. Isto enquanto trabalhadores por todo o País se mantêm sem qualquer protecção legal e, o que releva particularmente, sem direito sequer ao mínimo de protecção legal que é direito dos trabalhadores colocados naquilo que é juridicamente desemprego.

Colocamo-nos e colocamos a Assembleia não no ponto de vista de uma política global de emprego, mas resumidamente

no campo da necessidade de dar efectiva protecção e garantia da defesa a direitos laborais directamente afectados.

Colocamo-nos e colocamos a Assembleia perante a necessidade de dar resposta directamente ao trabalhador na situação descrita, sem fazer depender o direito que lhe assiste de acto responsável da empresa, caso em que tudo ficaria na mesma ou seja, caso em que o trabalhador, pelas próprias circunstâncias da situação, continuaria sem poder ter acesso a qualquer prestação pecuniária.

A situação continuou a mesma, após o voto negativo dos partidos da «AD». Mas os trabalhadores, ficaram a saber melhor como é que o Governo é a maioria continuam a querer que tudo fique pelo pior.

PCP

«Um Governo demissionário desde o primeiro momento»

● Octávio Pato critica a política do Governo e alerta contra as posições de Mário Soares

«A onda de protesto que de Norte a Sul se levanta contra o governo e a sua política toma proporções tais que este não pode mais ignorá-la, tendo já sido obrigado em muitos casos, em que se mostrava intransigente, a recuar e a satisfazer as justas reivindicações dos trabalhadores, como foi no caso da Rodoviária, da Poliquímica, da Covina e de milhares de outros trabalhadores» — sublinhou o camarada Octávio Pato do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP, no decorrer de um comício, sexta-feira passada, no Pavilhão da Abelheira, em iniciativa que encerrava a campanha eleitoral da APU para as eleições intercalares em St.ª Iria da Azoia (sobre os resultados das eleições, ler notícia noutra página).

A afirmação citada surgiu na

sequência da denúncia da acção do Governo, a propósito do qual Octávio Pato salientara: «Os ministros AD defendem já sem pudor as suas posições de classe; governo e empresários elaboram no chamado «Congresso das Actividades Económicas» um verdadeiro plano de ataque aos direitos dos trabalhadores, designadamente o direito à greve; a maioria AD aprova na Assembleia da República legislação atentatória dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional; os órgãos de comunicação social estatizados são vergenhosamente colocados ao serviço do governo e dos seus obscuros desígnios.

As condições de vida e de trabalho das massas laboriosas degradam-se dia a dia; o povo português vê o seu poder de compra reduzido ao nível de 1973; a ofensiva contra as

nacionalizações e a reforma agrária faz crescer o desemprego de forma alarmante; os contratos a prazo generalizam-se; cerceiam-se as liberdades e os direitos dos trabalhadores; o governo monopoliza os órgãos de comunicação social e segue uma política externa de isolamento e descrédito crescentes; a situação económica e social do País agrava-se».

Que legitimidade?

Integrando a actual situação política na sequência das eleições presidenciais, Octávio Pato acentuou que «o voto dos portugueses em 7 de Dezembro não só traduziu a sua vontade de defender e prosseguir Abril como quis significar a clara rejeição da política e do governo AD».

E acrescentou: «Ao escolher a continuação da política do governo Sâ

Cameiro/Freitas do Amaral, que o povo português de forma clara rejeitou nas eleições de 7 de Dezembro, o Governo AD/Balsemão, é desde o primeiro momento, um governo demissionário.

O resultado das eleições presidenciais veio trazer um factor novo à cena política portuguesa: a existência de um governo legalmente constituído a que o voto popular retirou a legitimidade.»

As posições de Mário Soares

No decurso da sua intervenção Octávio Pato referiu-se também à política do PS e especialmente de Mário Soares, tendo afirmado, nomeadamente:

«Se forem por diante os projectos de Mário Soares de se aliar ao PSD ou ao AD no seu

conjunto, o PS acabará por se esfragalhar ou diluir, tal como já acontece a nível sindical, na UGT, onde hoje o PPD domina e o PS é a força subalterna.

Já em Dezembro, se a tese de Mário Soares, em relação às eleições presidenciais, tivesse vingado, hoje os portugueses viveriam horas negras com Soares Cameiro a presidir aos destinos do País e a AD a dominar todos os órgãos do Poder.

Esta posição de Mário Soares não é gratuita. A sua oposição a Ramalho Eanes não é por acaso. Ele sonha com voos mais altos, sonha com a Presidência da República.

E é com esses voos que a direita lhe acena, mas pensando já na contrapartida e na pesada factura que antecipadamente, quando da revisão constitucional, irá apresentar».

Carlos Brito no Algarve

Quando o turismo faz esquecer as carências das populações

O camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP e deputado pelo Algarve esteve no passado fim-de-semana nos concelhos de Lagos e Vila do Bispo onde contactou com diversos problemas que afectam as populações destes concelhos.

Na reunião que teve com a Comissão Instaladora do Hospital de Lagos, no passado dia 15, foram-lhe referidas as graves dificuldades com que esta Comissão se debate, salientando-se nomeadamente a fixação de pessoal especializado por falta de condições (baixas remunerações, falta de alojamentos ou então escandalosamente caros, entre outros problemas). Resulta daí que o hospital não possuia presentemente médicos anestestesistas e as intervenções cirúrgicas são feitas sob a responsabilidade de um enfermeiro.

Por seu turno, o número de pediatras, radiologistas e o corpo de enfermagem é extremamente reduzido face às necessidades. Resulta desta situação existirem enfermeiros que têm de prestar assistência a um elevado número de doentes, fazendo horas extraordinárias e com turnos muito extensos. Por vezes não há enfermeiros para acompanharem os doentes em estado grave nas ambulâncias. Os serviços de fisioterapia, radiologia e uma enfermaria estão encerrados por falta de pessoal. A matemática também se encontra temporariamente fechada.

No encontro foi referido também a falta de verbas com que se debatem devido a cortes orçamentais por parte do Governo, de que resultaram já cortes nos abastecimentos por parte dos fornecedores e a recusa dos laboratórios às análises requisitadas pelo hospital.

Entretanto, no dia 16, o camarada Carlos Brito reuniu-se com algumas dezenas de pescadores de Lagos que manifestaram as suas preocupações face à não resolução do problema do porto de Lagos.

Apesar das promessas feitas quer pelo Partido Socialista quer pela «AD» em vésperas das últimas eleições, não se vê solução para o problema principal: o desassoreamento da barra que permita a entrada e saída das embarcações sem que estejam dependentes da maré ou do bom tempo.

A situação actual obriga os pescadores a perderem anualmente dezenas de dias de

a falta de uma derivante à estrada nacional que atravessa a povoação. Várias pessoas têm morrido ali devido a acidentes de trânsito. Foi salientada igualmente a falta de sinalização, particularmente junto à escola, e o abandono em que se encontra a estrada para a barragem da Bravura.

Em Vila do Bispo

No domingo o camarada Carlos Brito visitou o concelho de Vila do Bispo, acompanhado pelos elementos da Junta de Freguesia, da APU, e por um vereador da APU, onde contactou com muitas dezenas de pessoas. O camarada Carlos Brito apreciou a situação dramática em que vivem as populações no que toca a saneamento básico, em particular a falta de esgotos em toda a freguesia. Os detritos correm a céu aberto pelas ruas, com os inerentes maus cheiros, perigos de epidemias, etc. No inverno algumas ruas da terra são autênticos lamaçais intransitáveis. Há anos que as populações lutam pela solução deste grave problema.

Durante o encontro foi focada a necessidade de cabines telefónicas em todas as povoações do concelho, a falta de médico, na Figueira, retirado dali há três anos pelos Serviços Médico-Sociais, e ainda a preocupação pelo facto de um médico que visitava a Salema e Budens não voltar a dar consulta naquelas povoações. Deste modo, dezenas de pessoas idosas não têm qualquer possibilidade de se deslocar a Lagos para consulta médica.

Foi ainda referido pelas muitas dezenas de pessoas do concelho com quem o camarada Carlos Brito contactou o apelo pelo trabalho que tem sido desenvolvido pela Junta de Freguesia, de maioria APU, que, apesar das grandes dificuldades com que se debate, nomeadamente a exiguidade de verbas e a falta de apoio da Câmara Municipal, tem conseguido resolver alguns problemas, lutando junto dos órgãos competentes pela solução dos problemas, mantendo um contacto frequente com a população.

O camarada Carlos Brito em todos os contactos efectuados salientou a importância desta visita e a sua intenção de fazer-se eco junto dos órgãos de poder do conjunto de problemas e preocupações que lhe foram apresentados.

Nas ilhas como no continente o PCP defende os interesses do povo

● Intervenção comunista na AR da Madeira

O número de casas que foi agora distribuído não se pode comparar com o número de acções de despejo pendentes nos tribunais — denunciou, no fim do mês passado, o representante do PCP na Assembleia Regional da Madeira, em intervenção que produziu sobre o problema da habitação naquela região autónoma. Intervenção escutada em silêncio. Que havia a responder?

O camarada Mário Aguiar lembraria as lamentações que Alberto João Jardim trouxe à imprensa a propósito das críticas e protestos que surgiram a respeito dos resultados do concurso para atribuição de casas nos bairros da Ajuda e do Hospital.

O que o dr. Alberto João Jardim esquece — afirmou Mário Aguiar — é que foi o seu próprio Governo que, ao abrir estrategicamente, poucos dias antes das eleições, as inscrições para o concurso, ajudou e incentivou a criação de ilusões sobre o número de casas que iriam ser atribuídas. Quando ao fim e ao cabo é ele próprio que reconhece as limitações desta atribuição de casas, face aos milhares de inscritos que, aliás,

representam apenas uma parte dos necessitados.

E na verdade, 78 casas de renda social, 22 para casais jovens, 22 em renda técnica e 20 para renda resolúvel, ou seja 132 casas, era muito pouco face aos 3020 inscritos e, passada a demagogia eleitoral, vemos o Governo Regional em dificuldades para explicar a todos esses milhares que acreditaram na possibilidade de viem a ter uma casa pelo menos nos tempos mais próximos que as dificuldades ainda são muitas.

O representante do PCP deu depois vários exemplos do que é o problema da habitação na Madeira. O caso das Fumas, nomeadamente das de Fundoa de Fora:

Existem aqui, além de dois telheiros, mais nove fumas onde sobrevivem cerca de 60 pessoas.

Um casal, que vive com 9 filhos numa fuma, onde dorme, cozinha e come, vê-se agora com mais um drama, pois que a sua filha mais velha calu à ribeira quando trazia água para casa, por a rudimentar ponte sobre a ribeira ser muito estreita. Ficou paralisada e muda. Dizem que não tem cura. Mas como

podem os pais levar para a fuma a filha neste estado?

Dizem as pessoas que aqui vivem, que quando se construiu o bairro residencial municipal dos Viveiros, já lhes prometeram que para aí iriam viver, o que não aconteceu. Construíram-se outros bairros camarários e as pessoas meteram requerimentos, mas nada.

Mesmo a dez metros de distância se acabou de construir um pequeno bairro, mas as fumas mantêm-se e as pessoas continuam à espera.

Mário Aguiar falou ainda do incrível e ridículo facto de um jovem casal se ver a braços com uma acção de despejo da fuma. Deste modo este jovem casal é obrigado, não a lutar por uma casa a que tem direito, mas a lutar para manter a sua fuma.

Se este panorama é negro — sublinhou o representante comunista —, e não o é por qualquer má vontade da oposição, muito mais há ainda a acrescentar.

Comissão Executiva da DORAA do PCP

Em 6 e 7 do corrente reuniu, na

Horta, a Comissão Executiva da Direcção da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP que divulgou um comunicado no qual se sintetizam as suas principais conclusões.

Saudando o povo dos Açores e os trabalhadores em geral que participaram significativamente nas jornadas de confraternização, festa e luta, de 25 de Abril e 1.º de Maio, o comunicado lamenta, por outro lado, que alguns destacados elementos do PS da região tivessem preferido comemorar o 25 de Abril num almoço com representantes de forças que são adversas ao espírito e às conquistas da revolução portuguesa. Ao mesmo tempo, a DORAA do PCP lamenta o facto de que muitas edilidades de maioria PSD nada tenham feito para assinalar o 7.º aniversário do 25 de Abril.

Outro ponto do comunicado refere-se ao aumento do custo de vida, especialmente sentido na região em função dos preços dos transportes e combustíveis, o que se agrava em relação às ilhas mais pequenas. Não sobre o Governo Regional — afirma o documento — tomar as medidas necessárias que

Poder local

Conferência sobre o Poder Local Passar ao papel as experiências de gestão

A Comissão Organizadora da Conferência do PCP sobre o Poder Local reuniu no passado sábado, em Lisboa, para análise e debate dos trabalhos preparatórios já efectuados e os que vão ser levados a cabo até à realização da Conferência. As informações chegadas de todas as organizações do Partido permitem concluir da elevada participação na discussão dos cinquenta textos gerais — que terminou no próprio sábado, como o «Avante!» havia anunciado — outro tanto sucedendo com a preparação de intervenções sobre experiências concretas na gestão autárquica.

Sobre esta nova fase dos trabalhos preparatórios da Conferência pode dizer-se, sem exagero, que se trabalha para a apresentação de largas e variadas, se não mesmo centenas, de textos relatando os múltiplos caminhos percorridos pelos comunistas e seus aliados na busca de uma mesma objectivo: a defesa dos interesses da população.

Para preparar a Conferência realizou-se também em Tortosendo, Covilhã, um encontro de militantes, em que participaram igualmente camaradas dos concelhos de Belmonte e Fundão e outros democratas convidados. No decorrer dos trabalhos foram feitas intervenções sobre temas de grande interesse local, como o papel das autarquias no desenvolvimento do turismo na Serra da Estrela; a actividade dos comunistas e dos eleitos da APU em geral na Assembleia Distrital de Castelo Branco; experiências em órgãos de Poder Local onde se está em minoria, nos concelhos da Covilhã, Belmonte e Fundão; luta pela resolução do problema dos transportes no concelho da Covilhã; luta pelo exercício e defesa das liberdades; experiências de associativismo entre o município da Covilhã e outros municípios vizinhos; realização de obras por administração directa na freguesia de Tortosendo e trabalho desenvolvido para informação à população da actividade dos eleitos comunistas e da APU em geral.

No escasso período que media até à realização da Conferência, um mês, muito há ainda a fazer, nomeadamente no que toca à passagem ao papel dos exemplos vivos de tudo o que já se avançou na construção de um Poder Local democrático, malgrado todas as tentativas da direita para o impedir. Não há pois tempo a perder. Só dessa forma será possível garantir, para além da Conferência, o aproveitamento

das ricas experiências acumuladas, levando-as ao conhecimento de todo o Partido e de todos os que lutaram pela gestão democrática das autarquias.

Encontro da APU em Santarém

Entretanto, prosseguem por todo o lado os encontros de eleitos e activistas da APU para balanço da actividade e definição de perspectivas futuras.

Como o «Avante!» anunciou, realizou-se no domingo o Encontro Distrital de Santarém da Aliança Povo Unido, na Casa do Campino. Nos trabalhos participaram duzentos e setenta eleitos e activistas, e ainda Raul de Castro, vereador da Câmara Municipal do Porto e vice-

-presidente do MDP/CDE, e o camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP.

O balanço apresentado no Encontro permite concluir, como se afirma no documento aprovado no final dos trabalhos, que o saldo é francamente positivo, tendo-se feito nos últimos sete anos mais do que durante os quarenta e oito de ditadura fascista. E muito mais se poderia ter feito ou planeado — sublinha aquele documento — particularmente desde 1979, se não fosse o roubo escandaloso de 4 milhões de contos às autarquias do distrito, acrescentado de numerosos bolcotes e entraves por parte do Poder Central.

Assim, tendo em conta a dedicação, intervenção activa e capacidade de trabalho demonstradas pelos eleitos da APU, os participantes no Encontro consideram estar criadas boas condições para que em futuros actos eleitorais o povo do distrito lhe reforce a confiança, consolidando as posições actuais e tomando a APU força maioritária em novos concelhos e freguesias.

As conclusões do Encontro apontam também a necessidade

de reforçar algumas medidas que permitam um maior e melhor apoio aos eleitos no desempenho das suas actividades ao serviço das populações, nomeadamente no que toca à discussão colectiva dos problemas e a participação cada vez mais responsável na vida dos órgãos autárquicos, bem como a melhoria da informação prestada às populações. Para tanto considera-se importante o bom funcionamento das Comissões Coordenadoras da APU, que devem existir em todos os concelhos.

Estas Comissões deverão dar especial apoio às Juntas de Freguesia APU em concelhos onde as Câmaras têm maioria de outras forças políticas.

A informação e contacto com as populações foi um dos pontos que mereceu especial atenção no Encontro, cujos participantes sublinharam a importância dos plênários com a população para conhecimento dos seus anseios e luta pela sua concretização. Neste sentido, o Encontro decidiu ainda recomendar às Câmaras e Juntas de maioria APU a publicação regular de boletins informativos da actividade dos respectivos órgãos, bem como a necessidade de dar maior

atenção aos órgãos de comunicação social e designadamente à imprensa regional.

Outras das preocupações manifestadas pelo Encontro Distrital da APU de Santarém prende-se com o cumprimento integral dos objectivos inscritos nos programas eleitorais da APU apresentados ao eleitorado nas eleições de 1979, quer se esteja em maioria ou não, dado que representam compromissos assumidos com a população a quem há que prestar contas.

Defesa do Poder Local democrático

O funcionamento regular e democrático dos órgãos autárquicos de acordo com os princípios definidos pela Constituição da República e na Lei 79/77 (atribuições e competências), é defendido intransigentemente pela APU. Por isso os participantes no Encontro de Santarém afirmaram a sua intenção de combater firmemente todas as tendências ou situações que afrontam o princípio de colegialidade do funcionamento dos órgãos designadamente o presidencialismo e o caciquismo, bem como denunciar publicamente todas as ilegalidades e arbitrariedades detectadas no funcionamento ou deliberações dos órgãos autárquicos.

Paralelamente, aponta-se como indispensável desenvolver e aprofundar as características de honestidade, dedicação e isenção que são apanágio dos eleitos da APU.

A defesa do Poder Local democrático exige, por outro lado, como se refere nas conclusões, o desmarcamento da ofensiva da direita neste campo, designadamente no que toca à revisão de toda a legislação democrática em vigor, à tentativa de por via da revisão constitucional eliminar (inconstitucionalmente) os princípios da eleição directa das Câmaras Municipais, da representação proporcional e da colegialidade e funcionamento democrático dos órgãos autárquicos.

Os eleitos da APU no distrito de Santarém, defendendo uma política de unidade na base da resolução dos problemas



concretos da população, não deixarão contudo de combater e denunciar publicamente todos os projectos centralizadores e exigir a concretização de novas medidas verdadeiramente descentralizadoras.

As conclusões do Encontro, que denunciam os entraves e bolcotes do Poder Central ao funcionamento das autarquias, quer através da não aplicação integral da Lei das Finanças Locais, quer das tentativas para retirar ao Poder Local toda a capacidade de decisão, abordam ainda questões importantes como a defesa das liberdades democráticas — postas em causa em vários concelhos do distrito; a participação do movimento popular na gestão democrática das autarquias, nomeadamente na elaboração dos planos de actividade e na resolução de problemas concretos; a necessidade de melhorar o funcionamento da Assembleia Distrital e de impedir que o governador civil assumia competências que a lei não lhe confere.

Quanto ao desenvolvimento regional, as conclusões recomendam o estudo, aprofundamento e organização do debate com as populações em torno de problemas tão importantes para o distrito como a Plano de Regularização do Rio Tejo; o Plano Rodoviário; o Plano da Área territorial de Tomar — Torres Novas — Abrantes e o desenvolvimento da região NE do distrito; o problema da poluição dos rios Alviela, Almonda e Nabão; os projectos de criação da Região Demarcada dos Vinhos do Cartaxo e a preocupante questão da delapidação e degradação do Património Cultural e Artístico do distrito.

Neste sentido, os participantes no Encontro decidiram tomar a iniciativa de, juntamente com outros municípios, promover a realização de um Seminário sobre o Plano de Regularização do Rio Tejo, que conduza ao desbloqueamento da situação de impasse em que se encontra a sua concretização.

Deputado comunista visita a Nazaré

O camarada Joaquim Gomes, deputado à Assembleia da República eleito pelo distrito de Leiria, deslocou-se na passada sexta-feira ao concelho da Nazaré, a convite da Direcção da Organização Regional de Leiria do PCP e dos candidatos da APU às eleições suplementares para aquele município, que se realizam no próximo dia 14 de Junho.

A visita, integrada na pré-campanha eleitoral da APU, teve como objectivo um melhor conhecimento dos problemas locais.

A primeira parte da visita foi dedicada às obras do porto, da maior importância para o desenvolvimento do concelho, seguida depois pela passagem pela creche e jardim de infância da Confraria da Nossa Senhora da Nazaré e do Hospital da Vila.

Da parte da tarde o camarada Joaquim Gomes falou com todos os elementos da Comissão Administrativa da Câmara, visitando depois uma fábrica de madeiras e o Centro Social de Valado dos Frades, onde foi recebido pelo executivo da Junta. A visita terminou em Fanhais, num encontro com a população, onde foram debatidos os problemas da escassez habitacional, a construção do porto de abrigo e a passagem da localidade a freguesia.

Vereadores da APU visitam Gondomar

O vereador da APU que tem a seu cargo o pelouro da habitação na Câmara de Gondomar visitou no passado dia 13 o Bairro de Monte Castro, em S. Cosme, onde manteve contactos com os moradores e a juventude do local, com quem discutiu o problema da habitação e da ocupação dos tempos livres. Este vereador apresentou recentemente no executivo camarário uma proposta de redução de rendas.

Ainda em Gondomar, um membro da Assembleia Municipal e outro da Câmara, ambos da APU, visitaram o lugar de Picote em Foz de Sousa, onde foram recebidos pela população que lhes apresentou os seus mais graves problemas, como abastecimento de água e os armatujos, que serão objecto de uma proposta de resolução a apresentar pelos eleitos da APU.

Reunião de quadros no Porto

Realiza-se no próximo sábado, dia 23, às 15 horas, no Centro de Trabalho da Boavista, uma reunião de quadros da Organização Regional do Porto do PCP sobre o trabalho das autarquias e as eleições autárquicas de 1982, com a participação do camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP. Na reunião participam todos os eleitos do Partido nos órgãos de Poder Local do distrito e ainda camaradas das Comissões de Freguesia e Concelhias do Partido. São convidados para a reunião todos os eleitos da APU interessados.

Os objectivos principais desta reunião são os de fazer um balanço da actividade e análise da situação presente nos órgãos autárquicos, no sentido de prosseguir a luta contra a corrupção, o compadrio e a política local da «AD» de protecção aos grandes capitalistas e reforçar o trabalho de informação e mobilização das populações em torno da resolução dos seus problemas mais urgentes.

Esta reunião será assim, também, uma importante contribuição para a preparação da Conferência do Partido sobre o Poder Local.

Passagem de nível na Gâmbia perigo para a população

Os numerosos residentes na zona da Gâmbia e todos quantos se servem da passagem de nível sem guarda ali existente, continuam a esperar que o Governo e o Conselho de Gerência da CP se decidam a eliminar o perigo que ela constitui.

O último acidente mortal, mais um na longa lista, ocorreu em meados de Abril e vitimou o condutor de uma carrinha. Nessa altura, o presidente do município de Setúbal, o camarada Francisco Lobo, foi chamado ao local onde contactou com centenas de pessoas ali concentradas e que exigiam uma solução eficaz.

As Câmaras de Setúbal e de Palmela, ambas interessadas na resolução do problema, esperam que o Conselho de Gerência da CP mande guardar aquela passagem até que seja construída uma passagem superior que elimine de vez o perigo.

Inquérito à gestão «AD» na Câmara de Oeiras

Os vereadores da APU na Câmara Municipal de Oeiras denunciaram recentemente em sessão pública daquele órgão a existência de graves irregularidades num processo de aquisição de viaturas para o município, em que estaria envolvido um vereador da «AD», eng. Gardê.

Perante a gravidade da acusação pública o executivo deliberou solicitar ao Governador Civil a instauração de um inquérito para apuramento dos factos. Idêntica atitude foi tomada pela Assembleia Municipal de Oeiras, que decidiu formar uma Comissão de inquérito composta por um elemento de cada força política representada naquele órgão para estudar o problema.

Eleitos do PS e da «AD» demitem-se em Miragaia

Em Miragaia, freguesia ribeirinha do concelho do Porto com cerca de 5000 eleitores, os eleitos do PS e da «AD» demitiram-se das suas funções, obrigando assim à realização de eleições suplementares.

Há muito que a situação se vinha a degradar na freguesia. Os órgãos autárquicos não funcionavam, os problemas dos moradores não eram resolvidos, as irregularidades existentes não eram esclarecidas. A Assembleia de Freguesia, composta por cinco elementos da «AD», cinco do PS e três da APU, desde Setembro do ano passado que não reunia, apesar da comparência e dos esforços dos eleitos da APU. A Junta também de presidência «AD», mantinha-se devido ao incansável trabalho do eleito da APU e perante o alheamento dos outros eleitos.

Face a tal situação, a Aliança Povo Unido convocou uma Assembleia de Freguesia que teve a participação de cerca de quatrocentas pessoas, a maior de sempre, mostrando assim a justiça da convocatória e o interesse da população em discutir os problemas que lhe dizem respeito. Incapazes de assumirem as suas responsabilidades, os eleitos do PS e da «AD» renunciam em bloco aos seus mandatos, provocando a falta de quorum e a necessidade de proceder a novas eleições.

Vitória da APU em St.^a Iria e subida em Maceda

A população da Póvoa de Santa Iria, no concelho de Vila Franca de Xira, reafirmou a sua confiança na APU ao conferir-lhe mais uma vez a vitória nas eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia realizadas no passado domingo.

O acto eleitoral, provocado pela demissão em bloco dos eleitos do PS e da «AD» que invocaram motivos em nada relacionados com a actividade da autarquia, viria a dar à APU 1 339 votos e nove mandatos, enquanto o PS ficava com 970 votos e seis mandatos e a «AD» com 661 e quatro mandatos.

A abstenção registada — dos 5 097 eleitores votaram 3 107 — provocou uma perda de votos a todas as forças políticas, embora o número de mandatos tenha aumentado, uma vez que com o aumento do número de eleitores inscritos a Assembleia de Freguesia passou a ter 19 lugares em vez dos 13 existentes em 1979. A APU ganhou mais 3 mandatos, o PS dois e a «AD» mais um.

Os resultados das eleições de domingo, que culminaram uma campanha eleitoral em que os candidatos da APU responderam com um programa sério de trabalho a muitas calúnias e provocações que nada tinham a ver com a gestão local, representam ao mesmo tempo o reconhecimento popular da boa gestão desenvolvida de uma maneira geral pela APU, força

política desde sempre maioritária na freguesia.

Mais que as deficiências, pesaram nos resultados os frutos do trabalho desenvolvido nos últimos sete anos: a Escola Preparatória, a Escola Primária, a creche, a CERCI, o posto médico, a melhoria dos transportes, a Biblioteca da Freguesia, o Centro Social, o apoio às Cooperativas de Habitação, as instalações do Centro Popular de Cultura e Desporto, a passagem para a autarquia de uma área de mais de 40 hectares sem dispêndio de verbas, etc., etc.

Ganhos (de novo) as eleições, outro objectivo se coloca à APU — prosseguir e melhorar o trabalho, reforçar as posições conquistadas.

Reforço da APU em Maceda

Também na Assembleia de Freguesia de Maceda, no concelho de Ovar, a APU reforçou as suas posições suplementares de domingo passado, aumentando de um para três os seus mandatos naquele órgão autárquico.

Apesar da elevada abstenção — dos 2 204 eleitores inscritos votaram apenas 1 011, menos de 50% — a APU subiu de 147 votos em 1979 para 204, enquanto o PSD baixava de 441 para 281 (quatro mandatos). O CDS, que ganhou as eleições, aumentou de 184 para 469 votos (seis mandatos).

No Seixal loteamentos clandestinos em debate

Por iniciativa da Câmara Municipal do Seixal vão realizar-se nos próximos dias 25 e 26 do corrente, as 1.^{as} Jornadas sobre Loteamentos Clandestinos.

Os trabalhos, que funcionarão em secções e em plenários no Pavilhão da Siderurgia Nacional, contam com a participação de largas dezenas de Câmaras Municipais de diferentes composições políticas, bem como de técnicos e — espera-se — de representantes de organismos oficiais responsáveis nesta matéria, bem como representantes dos grupos parlamentares.

O objectivo das Jornadas — como os seus promotores têm afirmado — é contribuir antes do mais para uma reflexão conjunta do fenómeno dos loteamentos clandestinos bem como a análise das experiências de reconversão já efectuadas por vários municípios.

A Câmara Municipal do Seixal — que para a preparação das Jornadas formou um grupo técnico coordenado pelos serviços de engenharia, arquitectura e planeamento do município — definiu como principais objectivos da iniciativa a realização de «uma discussão preliminar sobre os principais parâmetros de enquadramento e construção «clandestinos» em Portugal; a recolha de dados «sobre casos e sobre formas de

abordagem de situações concretas»; a «confrontação de experiências e de opiniões que enriqueça estudos e futuros trabalhos» e ainda a dinamização de futuros encontros.

No decorrer dos trabalhos, No decorrer dos trabalhos serão apresentadas as experiências das Câmaras de Braga, Matosinhos, Évora, Almada e Castelo Branco na recuperação de bairros clandestinos, para além da do Seixal, evidentemente, onde se recuperaram já cerca de 30% dos loteamentos clandestinos existentes.

A importância e oportunidade desta iniciativa fica bem clara se se tiver presente a gravidade da situação actual no que toca aos «clandestinos». Segundo um



estudo recentemente divulgado pelo Gabinete de Planeamento e Controlo do Ministério das Obras Públicas, ergueram-se

nos últimos cinco anos 40 mil construções clandestinas, 90% das quais se situam nos distritos de Lisboa, Setúbal e Faro.

Feira demolida AD demitida...

A maioria «AD» na freguesia de Belém, em Lisboa, está demissionária pela segunda vez em pouco mais de um ano de mandato. Só que agora é mesmo de vez, dado que o pedido de demissão apresentado no dia 27 do mês passado foi já tomado público através de editais afixados em vários pontos da freguesia.

Vamos pois ter eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Belém, o que tendo em conta a «gestão» realizada até à data pela maioria «AD» não pode ser senão bem aceite pela população.

Como refere um comunicado recente da APU sobre o assunto, «a demissão é a consequência inevitável do comportamento ilegal e prepotente dos gestores «AD» na freguesia». E significa, como a APU faz notar, que não é mais possível esconder do julgamento popular a política de corrupção e compadrio.

O caso da Feira de Belém está ainda bem presente na memória da população, que sabe como a «AD» levou por diante o projecto grotesco contra a opinião de todas as forças democráticas e até de sectores oficiais da própria «AD».

De nada serviram os alertas e os protestos — refere o comunicado. O presidente da Junta envolveu mais de uma centena de pequenos comerciantes na aventura, estabeleceu contratos, gastou

e fez gastar milhares e milhares de contos, para que tudo culminasse no passado dia 23 de Abril com a destruição da quase totalidade da Feira.



muitos materiais valiosos e facilmente recuperáveis.

É depois desta violência — que podia ter sido evitada quando nada estava construído — que os eleitos da «AD» de Belém se demitem, aparentando discordar destas acções.

Como a APU salienta, não enganaram ninguém. O que pretendem é apenas fugir às graves responsabilidades que assumiram em todo este processo e a fuga é a atitude característica de quem só sabe exercer o poder sem o controlo e a fiscalização das populares.

A APU aguarda agora a nomeação da Comissão Administrativa para a autarquia, que terá de ter em conta o Povo Unido, a segunda força mais votada. E que no prazo legal — trinta dias a partir da data do pedido de demissão — sejam marcadas as eleições suplementares.

Depois de semelhante experiência, as novas eleições irão certamente entregar a Junta de Freguesia — como a APU salienta — a homens honestos que saibam defender os interesses da população que representam.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante
BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Sobre a grandiosa luta dos trabalhadores

★
Combater e desmascarar a política militarista do imperialismo

À VENDA



NENHUM

Worker
Nenhum homem é estrangeiro

HOMEM É ESTRANGEIRO

Joseph North

A guerra civil de Espanha, o encontro com Charlie Chaplin, a visita ao recém-libertado campo de concentração de Dachau, o retrato de Hemingway, a vida em Cuba antes da revolução.

Memórias de um jornalista americano

Quasi duas décadas de experiências de um jornalista norte-americano que num livro de memórias descreve e faz reviver factos, acontecimentos e figuras de um período decisivo da história do mundo.

edições **Avante!**

na distribuição

PCP

Álvaro Cunhal recebido por Janos Kádár

• Com passagem pela Hungria, regressou da Roménia a delegação do PCP

A vontade do PCP e do Partido Operário Socialista Húngaro em «reforçar as suas tradicionais relações de amizade e cooperação e contribuir activamente para o desenvolvimento das relações entre os dois povos e os dois países», foram reafirmadas no decorrer das conversações em Budapeste, na passada semana, em que intervieram Álvaro Cunhal e Angelo Veloso, que foram recebidos por Janos Kádár, Primeiro Secretário do POSH.

A breve estadia na capital húngara fez-se no regresso da delegação do PCP da Roménia onde manteve conversações com uma delegação do Partido Comunista Romeno dirigida por Nicolae Ceaucescu, secretário-geral, no final das quais foi divulgado um comunicado comum que publicámos no último número.

Sobre os encontros em Budapeste foi tomado público o seguinte comunicado POSH-PCP:

Convidado pelo Comité Central do Partido Operário Socialista Húngaro, esteve de passagem em Budapeste, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

Álvaro Cunhal foi recebido

por Janos Kádár, Primeiro Secretário do CC do POSH e manteve conversações com Károly Németh, membro da Comissão Política e Secretário do CC. Na entrevista e nas conversações participaram Angelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC do PCP e János Berecz, membro do CC do POSH, chefe da Secção Internacional do Comité Central.

Num ambiente caloroso e fraternal em que se realizaram as conversações, os representantes dos dois partidos informaram-se mutuamente acerca da situação nos respectivos países, das actividades dos dois partidos e das tarefas presentes. Trocaram ideias

acerca de problemas actuais da vida internacional e do movimento comunista e operário internacional.

Os representantes do POSH expressaram a solidariedade dos comunistas húngaros para com as lutas difíceis e abnegadas que travam os comunistas portugueses junto com outras forças progressistas em defesa do regime democrático e das conquistas da revolução.

Os representantes do PCP expressaram o seu alto apreço pelas realizações do POSH e do povo húngaro na construção do socialismo.

Foi reafirmada a determinação dos dois partidos reforçarem as suas tradicionais relações de amizade e cooperação e contribuir activamente para o desenvolvimento das relações entre os dois povos e os dois países.

Declarações à chegada

No aeroporto, onde foi recebido, no regresso a Lisboa, por Nicolai Vulpasin,

encarregado de Negócios da embaixada da R. S. da Roménia, Péter Arató, adido da embaixada da R. P. da Hungria, Jorge Araújo, membro da Comissão Política e Albano Nunes, membro do CC e da Secção Internacional do PCP, a camarada Álvaro Cunhal referiu aos jornalistas alguns dos aspectos da viagem da delegação do PCP à Roménia, salientando nomeadamente que ela teve resultados muito positivos.

Inseriu-se - acrescentou o secretário-geral do PCP - nas relações de amizade há muitos anos existentes entre os dois partidos.

Salientando que as informações recíprocas e trocas de impressões são uma contribuição para o esclarecimento de numerosos problemas como também um passo mais para o fortalecimento das relações tradicionais entre o PCP e o POSH, a camarada Álvaro Cunhal precisou:

Além do mais é do

entendimento entre os dois partidos que estas relações interpartidárias constituem também uma contribuição para o reforço e o desenvolvimento das relações entre os dois povos e os dois países.

Antes de falar das conversações efectuadas, o secretário-geral focou a sua breve passagem pela Hungria para acrescentar:

Nas conversações efectuadas com a camarada Ceaucescu, na Roménia, com a camarada Kádár, na Hungria, e com outras camaradas num país e noutro, para nós comunistas portugueses resultou, sem dúvida, a possibilidade de uma troca de impressões muito vasta sobre problemas extremamente complexos da situação internacional e que constitui em si, também, uma contribuição para que possamos fazer um juízo mais global de todos os problemas e de todas as situações.

Falando depois sobre o reforço da cooperação e das relações

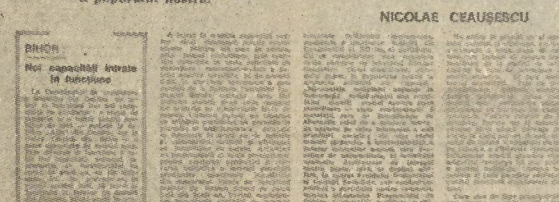


Introdução: chamare adresatá camiorilor muncii, intregului popor, de tovarășul Nicolae Ceaucescu la adunarea festivă consacrată aniversării partidului

PUTERNIC ȘI MOBILIZATOR ÎNDEMN LA MUNCĂ DE ÎNALTĂ CALITATE ȘI EFICIENȚĂ

Intregul popor a lăsatul gloriosă entuziasm și a participat cu toată forța la sărbătorile de aniversare a 10 ani de la înființarea Partidului Comunist Român. Este ocazie să facem totuși oarecâteva aprecieri asupra activității noastre, pentru a ne da seama de faptul că înființarea acestui partid a fost un act de înaltă responsabilitate și de înaltă conștiință.

NICOLAE CEAUCESCU



A visita da delegação do PCP à Roménia teve longa repercussão na imprensa daquele país. Na foto: primeira página do «Scinteia», órgão central do PC Romeno, noticiando o encontro entre Nicolae Ceaucescu e Álvaro Cunhal

O delegatie de partid și de stat, condusă de tovarășul Nicolae Ceaucescu, va face o vizită oficială de prietenie în Republica Socialistă România

TOVARĂȘUL NICOLAE CEAUCESCU S-A ÎNTILNIT CU TOVARĂȘUL ALVARO CUNHAL



Dejun oferit de tovarășul Nicolae Ceaucescu în onoarea tovarășului Álvaro Cunhal

entre o PCP e o PCR,

a camarada Álvaro Cunhal declarou estar em previstas trocas de delegações e de grupos de estudo, nos termos normais das relações interpartidárias, em que, como salientou, além de se procurar a troca de impressões e informações se procura também que membros de um partido e do outro conheçam melhor a realidade dos respectivos países, possam ir, possam estudar as situações e as experiências.

A recente vitória de François Mitterrand nas eleições presidenciais francesas foi outra questão levantada pelos representantes dos órgãos de comunicação social.

Manifestando que se trata de uma vitória da democracia contra as forças da direita, o secretário-geral do PCP acrescentou:

Pode significar um desmentido de todos aqueles que já viam na Europa uma tendência irreversível para

a direita e viram a impossibilidade de nos países ocidentais europeus haver uma inversão dessa tendência.

A nosso ver - prosseguiu - esse o significado desde já, como primeira apreciação, pode animar as forças democráticas de outros países do ocidente da Europa no sentido de prosseguirem a sua acção com vista a encontrarem verdadeiras alternativas democráticas que sirvam o seu povo e o seu país.

Delegação do lémen Democrático entre nós

Regressou na terça-feira a delegação do Partido Socialista Iemenita que visitou Portugal a convite do Comité Central do PCP. Durante a sua estadia as camaradas do lémen Democrático tiveram oportunidade de se deslocar ao Alentejo onde puderam visitar, no domingo passado, o Centro de Trabalho de Beja do PCP, assistindo depois ao comício que em Balação se realizou, com a presença da camarada Álvaro Cunhal, de homenagem a Catarina Eufémia. No dia seguinte, a delegação do PSI visitou a UCP «Esquerda Vencerá» em Plas, tendo regressado a Lisboa após o almoço.

Antes, no dia 15, a delegação do Partido Socialista Iemenita manteve encontros respectivamente com uma delegação da SIP Central do PCP, com economistas e ainda, no Centro Trabalho Vitória, com uma delegação da DORL. Na manhã desse dia, a delegação visitara a exposição do 60.º aniversário do PCP, presente no Pavilhão dos Desportos.

Os camaradas iemenitas puderam deste modo contactar com alguns aspectos da Revolução Portuguesa, nomeadamente a Reforma Agrária onde puderam apreciar a determinação dos trabalhadores agrícolas na defesa da produção e a firme oposição à reconstituição do latifúndio, que traz consigo o desemprego e as terras incultas.

Recorde-se, que a República Popular Democrática do lémen se tornou independente do colonialismo inglês a 30 de Novembro de 1967. A luta armada contra o imperialismo britânico começara a 14 de Outubro de 1963.

Com 287 680 km² de superfície, o país confina a Norte com a Arábia Saudita e a República Árabe do Iémen, a Sul com o Oceano Índico, a Este com o Estado de Oman e a Oeste com o Mar Vermelho.

Após a independência o poder foi usurpado por elementos reacionários que desencadearam uma vaga repressiva no intuito de eliminar as figuras mais destacadas da esquerda e de novo as forças progressistas da Frente Nacional são obrigadas a pegar em armas, até alcançarem a vitória.

Em 22 de Junho de 1969 é criado um Conselho Presidencial e o aparelho militar,

governamental e partidário é depurado dos elementos de direita e de todos os desvios burocráticos. Uma vez concluída esta etapa, a Frente Nacional aprova, no mesmo ano, uma Lei das Nacionalizações, que abrange nomeadamente o comércio externo, a banca e os seguros, pertencentes ao capital estrangeiro.

Um exército revolucionário substitui o antigo aparelho reaccionário, são criadas as forças populares, as milícias e os Comités de Defesa Popular, assim como as federações de mulheres, trabalhadores, camponesas e da juventude democrática.

Entretanto, os sectores mais retrógrados da Arábia Saudita, de Oman e do lémen do Norte não se conformam com a vizinhança de uma revolução democrático-popular que proclama o socialismo científico como guia ideológico. E sucedem-se as agressões.



O próprio soberano saudita Faical, pouco antes de morrer, declara que «a penetração de ideias comunistas nas fileiras árabes representa um perigo mais grave que o das armas inimigas».

Após frequentes confrontos fronteiriços estala em Setembro de 1972 um conflito com o lémen do Norte, cuja agressão viria a fracassar face à determinação do povo iemenita e um acordo é assinado no Cairo dois meses depois.

Em 14 de Outubro de 1975 é criada a Organização Política Unificada Frente Nacional que culmina o processo de unificação de todas as forças revolucionárias do país.

A partir daí estão criadas as condições para a formação de um partido de vanguarda, o que vem a suceder em Outubro de 1978, quando são aprovados os projectos da plataforma programática e os estatutos do Partido Socialista Iemenita.

Entretanto, como nos revelou o camarada Nagi Saleh Rajeh, membro do Comité Central do PSI, o Governo vai investir no segundo plano quinquenal, que termina em 1985, cerca de 414 milhões de dinares, dando-se especial atenção à indústria, reforma agrária e transportes. A pesca e as obras públicas são outros sectores também contemplados no plano quinquenal.



As delegações do Partido Socialista Iemenita e do PCP

Terminou a visita a Portugal do secretário-geral do PC da Grã-Bretanha

Termina hoje uma visita ao nosso país uma delegação do Partido Comunista da Grã-Bretanha, dirigida pelo camarada Gordon McLennan, secretário-geral, e de que também faz parte o camarada Gerry Pocock, responsável do Departamento Internacional do Comité Executivo. A delegação do PCGB manteve conversações com uma delegação do PCP composta pelos camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral, Albano Nunes e Jerónimo de Sousa, membros do CC.

A visita, realizada a convite do CC do PCP, culminou ontem à noite com um comício de amizade na Sociedade Filarmónica da Amadora em que intervieram Gordon McLennan e Álvaro Cunhal, ao qual nos referiremos com mais pormenor na próxima semana.

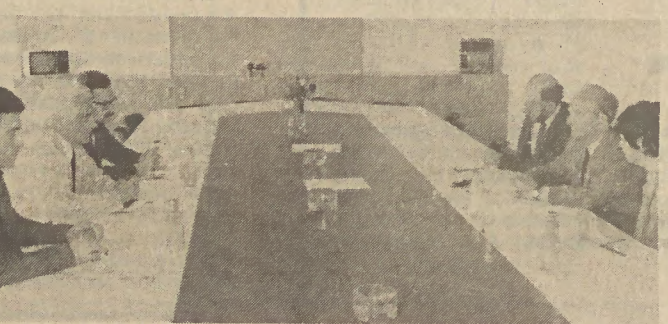
Também ontem, à tarde, a delegação do PCGB concedeu uma conferência de imprensa, realizada no Centro de Trabalho Vitória, a que estiveram

presentes diversos representantes dos órgãos de Comunicação Social.

A estadia das camaradas britânicas entre nós, inserida nos tradicionais laços de amizade e solidariedade que unem os dois partidos - recorde-se que, o ano passado, uma delegação do

PCP chefiada por Álvaro Cunhal estivera na Grã-Bretanha a convite do CC do PCGB - permitiu um significativo contacto com diversos aspectos da realidade social e económica portuguesa e com a actividade do PCP.

Desde domingo, data da sua chegada a Lisboa, a delegação do PCGB teve oportunidade de ser recebida na redacção do «Avante!», de ter um encontro com responsáveis da SIP e de visitar a Exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP. Deslocou-se também a Alcácer do Sal e a Almada visitando a Cooperativa 17 de Maio e a Parry & Son, assim como os Centros de Trabalho das localidades, onde se avistou com camaradas da DORS e dirigentes locais do Partido.



As delegações do PCP e do Partido Comunista da Grã-Bretanha

Gordon McLennan fala ao «Avante!»

No decorrer da sua estadia entre nós, o «Avante!» teve oportunidade de registar uma entrevista com o camarada Gordon McLennan, secretário-geral do PCGB, a quem pusemos algumas questões especificamente relacionadas com a situação em Inglaterra e também, como não podia deixar de ser, sobre os últimos acontecimentos na Irlanda do Norte.

P - Quais os principais problemas da actualidade social na Grã-Bretanha e quais as direcções da luta de massas?

R - Neste momento colocam-se duas questões centrais.

Em primeiro lugar, o desemprego massivo, reconhecido não só pelas organizações de trabalhadores mas por largos estratos da população como um crime contra a sociedade que atinge três milhões de trabalhadores. A indignação provocada por esta situação manifesta-se de múltiplas formas. Por exemplo, no dia 14 de Maio de 1980, a TUC (central sindical) organizou um dia de acção contra o desemprego, que se traduziu numa paralisação de dois milhões de trabalhadores, para além de outras formas de luta. Em Novembro do mesmo ano o Partido Trabalhista organizou em Liverpool (com 15% de desempregados) uma manifestação com 150 mil trabalhadores. Ainda outra manifestação - em Fevereiro deste ano o Partido Trabalhista organizou em Glasgow uma manifestação que reuniu 70 a 80 mil trabalhadores.

Neste momento decorre uma marcha de jovens desempregados, entre Liverpool e Londres iniciada no 1.º de Maio e que deverá prolongar-se por todo o mês - a Marcha do povo pelo Trabalho. O número de manifestantes é relativamente limitado porque os sindicatos e outras organizações democráticas pretendem dar-lhes uma efectiva apoio ao longo de todo o percurso. Esta marcha tem tido a maior aceitação popular. Os manifestantes são festejados em toda a parte a que chegam. Há mesmo casos como o registado em Birmingham, segunda cidade do país, onde se celebrou um serviço religioso e o bispo abençoou os jovens participantes na marcha. A própria televisão, que na Grã-Bretanha tal como entre nós é avessa a difundir as lutas de trabalhadores, noticiou esta iniciativa. Os manifestantes encontram-se neste momento a meio do caminho. Dia 29 deverão chegar a Londres, seguindo-se festas com música dia 30. Dia 31 realiza-se uma grande manifestação.

Podemos afirmar que esta marcha assume um significado histórico. Nos anos 30 os trabalhadores de todo o país, das várias regiões da Grã-Bretanha, realizaram importantes marchas da fome. 50 anos depois realiza-se assim uma nova marcha contra as más condições de vida.

O problema do desemprego é efectivamente gravíssimo. 65% da população considera esta a questão nacional mais importante. O problema é particularmente grave entre as mulheres, os jovens e os negros e tem amplo significado político.

A outra questão central, que se traduz numa ampla participação de massas - é a luta contra o perigo da guerra, contra a instalação de novos mísseis nucleares norte-americanos na Europa. O movimento contra as armas nucleares tem assumido uma fantástica envergadura e cresce para além de todas as expectativas. Em Outubro de 1980 realizou-se em Londres uma manifestação contra as armas nucleares. Prevê-se a participação de 30 a 50 mil manifestantes. Apareceram 70 mil.

Também neste campo se conta com grande participação de jovens.

Realizam-se muitas manifestações contra a guerra, contra as armas nucleares. 10 mil pessoas num sítio, 15 mil noutro. Por exemplo, em Junho do ano passado realizou-se na Escócia uma importante manifestação contra a instalação de novos mísseis nucleares.

Estes os dois aspectos fundamentais da luta popular de massas.

P - Mas há outros aspectos a assinalar?

R - Sem dúvida. Há importantes acções sindicais contra o aumento do custo de vida, contra os limites dos aumentos salariais abaixo da taxa de inflação.

Há também lutas contra a diminuição das despesas sociais, com a educação, a saúde, a habitação. Os reformados desenvolvem também um importante processo de luta pelo aumento de pensões. Por outro lado há um importante processo de luta contra o racismo, contra a nova lei das nacionalidades - que consideramos profundamente discriminatória - e contra as organizações fascistas.

P - Qual o papel dos comunistas?

R - Os comunistas estão presentes e têm uma importante acção em todas estas lutas. Actuamos como partido organizado, e também através

dos nossos militantes, nos sindicatos, no movimento democrático, nas organizações de mulheres.

Somos um pequeno partido. Mas apesar disso desenvolvemos uma ampla actividade. O secretário-geral do Partido tem falado em diversas manifestações contra as armas nucleares, em Londres, no início da marcha contra o desemprego e, há duas semanas, no comício realizado em Trafalgar Square, em Londres, contra a lei das nacionalidades.

No nosso país somos pioneiros na luta contra o desemprego, contra o racismo, contra a integração na CEE, pelos direitos das mulheres. Como partido da classe operária, damos a nossa contribuição ao movimento democrático e sindical.

P - Em que sentido se dirige a vossa acção política?

R - A política profundamente reaccionária desenvolvida pelo governo conservador nos dois últimos anos, a nível interno e externo, provoca uma crescente oposição no nosso país. Não se trata só da recente derrota eleitoral de Thatcher, mas também da luta de massas, da crescente exigência de uma mudança de política.

Tudo indica que se hoje houvesse eleições, o governo seria derrotado. Mas o problema que se coloca não é substituir um governo conservador com uma política de direita por um governo trabalhista também com uma política de direita. Mas sim substituir por um governo trabalhista com uma política de esquerda.

E por isso que lutamos - e tem-se verificado uma evolução nesse sentido - por uma viragem à esquerda no Partido Trabalhista e no movimento sindical.

Pensamos entretanto que, para além disso, um partido marxista-leninista tem um papel próprio a desempenhar. Este o nosso contributo - de que nos sentimos orgulhosos - para a luta de massas, para a luta política no nosso país.

P - A actual situação na Irlanda atingiu um momento particularmente candente. Qual a vossa posição quanto aos acontecimentos?

R - A actual situação na Irlanda do Norte é produto do domínio colonial britânico ao longo de muitos anos. Mas foi particularmente agravada quando da divisão do país, em 1920, que deu origem ao pequeno Estado do Norte, com seis condados.

O imperialismo criou as condições sociais e políticas para a dominação exercida pelos protestantes, os unionistas, estreitamente ligados à Grã-

Bretanha (na Irlanda do Norte estão, em relação aos irlandeses católicos, na proporção de 2 para 1). Até aos anos 60 e 70, os unionistas dominavam politicamente a Irlanda do Norte, através de um Parlamento-fantoches. O aparecimento do movimento pelos direitos cívicos e sociais, levou a Grã-Bretanha a optar pelo domínio directo da Irlanda do Norte, utilizando a presença massiva de tropas. A razão inicialmente invocada para a presença de tais tropas era a necessidade de impedir os verdadeiros massacres levados a cabo pelos unionistas contra a minoria católica. Na verdade, de início, a população católica recebeu bem a presença de tropas britânicas. Mas cada vez mais ressaltava que a acção das tropas se dirigia não contra os unionistas, mas contra a minoria católica. Então uma parte do movimento republicano reagiu promovendo uma política de violência, seguindo-se-lhe, por parte do governo britânico, as medidas de emergência, as prisões sem julgamento, a repressão.

Estes presos - porque consideram que se foram presos ao abrigo de uma legislação especial devem também ter um estatuto diferente dos presos de delito comum - lutam actualmente por cinco reivindicações fundamentais. Três foram entretanto aceites (embora com ambiguidades), mas há duas que não foram: a recusa ao trabalho e o uso de roupa própria. Têm utilizado diversas formas de luta, recorrendo actualmente à greve de fome.

Nós, comunistas ingleses, pensamos que é possível negociar e defendemos um estatuto diferente para estes presos. A questão fundamental é que deve haver negociação e se impõe que o governo inglês abandone a sua posição rígida. O governo da Grã-Bretanha é o único responsável destas mortes e impõe-se fazer grande pressão para que não haja mais mortes.

A solução do problema dos presos não resolverá o problema da Irlanda, mas enquanto essa questão não for resolvida, não é possível encerrar uma solução democrática e política da situação actual na Irlanda do Norte.

Por isso apoiamos o movimento «Não deixem os prisioneiros morrer». Não há solução possível, para esta trágica situação com a actual política. Por isso defendemos uma solução política e democrática para a Irlanda (e não o recurso à violência e uma solução armada), para que a pesada herança do domínio colonial da Grã-Bretanha seja finalmente superada.

Protocolo de Cooperação entre o PCP e o PS Iemenita

No final das conversações entre as delegações do PCP e do PS Iemenita, foi divulgado o seguinte comunicado:

A convite do CC do PCP visitou Portugal de 13 a 19 de Maio uma delegação do Partido Socialista Iemenita dirigida por Rajah Saleh Nagi, membro do Comité Central, e de que faziam também parte Saleh Habeeb Tamini, do Departamento Internacional e Abdulla Nasser Mohamed.

A delegação do PSI encontrou-se com Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, e teve conversações com uma delegação do PCP composta por Domingos Abrantes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, Vítor Neto, membro do CC e António Angelo, da Secção Internacional.

As duas delegações efectuaram uma troca de informações sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos seus

partidos e abordaram algumas questões sobre o movimento comunista e revolucionário internacional e a actualidade internacional.

A delegação do PSI expressou a solidariedade do seu Partido com a luta dos comunistas, da classe operária e das forças democráticas em Portugal pela defesa das conquistas revolucionárias de 25 de Abril, pela democracia, a independência nacional, a paz e o socialismo.

Congratula-se pelo importante papel desempenhado pelo PCP neste processo e saudou os comunistas portugueses pelos 60 anos do seu partido.

A delegação do PCP expressou a solidariedade do seu partido com o Partido Socialista e o povo do lémen Democrático na luta pela consolidação do processo revolucionário no lémen do Sul sob a direcção do PSI, saudando-os pelas realizações e os êxitos alcançados e sublinhando o alto significado da

revolução no seu país para a luta libertadora dos povos.

As duas delegações reafirmaram a solidariedade dos seus partidos com as lutas dos povos da Ásia, África e América Latina contra o imperialismo, o colonialismo, o sionismo e a reacção, pela liberdade e a independência nacional, pela paz, a democracia e o progresso social. Expressaram em particular a sua solidariedade com a luta libertadora dos povos árabes e em primeiro lugar com o da Palestina, pelo seu direito ao regresso à sua própria terra, à autodeterminação e ao estabelecimento do seu Estado independente, sob a direcção da OLP, legítima representante do povo palestino.

As duas delegações condenaram a política militarista e agressiva do imperialismo norte-americano e dos círculos mais reaccionários da OTAN, que aumenta a tensão e põe em perigo a paz no Golfo, Mar Vermelho, Mar Árabe e Oceano Índico e a segurança mundial. Reafirmaram a necessidade de pôr fim à presença militar imperialista na região.

As duas delegações manifestaram o firme empenho dos seus partidos de lutarem contra o imperialismo, pelo desarmamento, o desarmamento e a segurança, correspondendo às aspirações de paz e do progresso social de todos os povos.

As duas delegações expressaram a vontade dos seus partidos de agirem pelo aprofundamento das relações de solidariedade e cooperação fraterna entre o PCP e o PSI, como contributo para o reforço da amizade entre o Povo português e o povo Iemenita, e no interesse da unidade do movimento comunista internacional e de todas as forças anti-imperialistas. Nesse sentido assinaram um Protocolo de Cooperação para 1982 e 1983.

Saudação do PC Argentino ao PCP

Ainda a propósito do 60.º aniversário do PCP, registamos hoje mais uma saudação enviada por um partido-irmão, de que a seguir publicamos extractos. Veio da Argentina e é subscrita pelo camarada Atheros Fava, secretário-geral do PCA.

Compartilhámos com todos os comunistas, a classe operária e o Povo português este jubileu. O jubileu de um grande partido depois de dezenas de anos de heróica e dura luta clandestina contra a reacção fascista, que se transformou, com a Revolução de Abril, num grande partido de massas, cujo prestígio e influência crescem permanentemente.

Intérprete fiel das aspirações da democracia, da justiça e da liberdade do seu povo, cuja força criadora se manifestou plenamente com a revolução de Abril, que transformou radicalmente a estrutura económico-social do país e a sua fisionomia política; bastião da mais ampla unidade operária, popular e democrática, o Partido Comunista encabeça as grandes acções de massas em defesa das conquistas alcançadas, pela consolidação e desenvol-

vimento da democracia, pelo respeito à Constituição da República. A aplicação criadora do marxismo-leninismo, a unidade política e a firmeza ideológica do Partido, e a sua flexibilidade tática, permitiu-lhe abordar com êxito o complexo desenvolvimento do processo político português, os ataques, as ameaças e a ofensiva das forças contra-revolucionárias e do imperialismo empenhadas em destruir as grandes conquistas de Abril.

O Partido Comunista que deu um grande contributo à libertação dos povos submetidos ao colonialismo e pela libertação nacional e social, contribuiu também com a sua justa linha política e tática e com a sua experiência para o fortalecimento e unidade do movimento comunista internacional, para a luta comum pela paz e o desarmamento, pela democracia, a libertação nacional e o socialismo.

O seu profundo patriotismo funde-se com a fidelidade ao internacionalismo proletário, à amizade com a União Soviética e a comunidade dos países socialistas, à prática consequente da solidariedade internacional.

PCP

Catarina evocada em Baleizão sob o signo da determinação em defender a Reforma Agrária

Milhares de pessoas acorreram a Baleizão, no passado domingo, para homenagear a memória de Catarina Eufémia, operária agrícola e militante comunista, símbolo do proletariado rural alentejano, cruelmente assassinada há 27 anos pelo tenente Carrajola, da GNR, quando encabeçava uma luta dos trabalhadores por melhores jomas.

Pouco passava das 14 horas.

Ainda largas centenas de metros nos separavam do local do comício e já o movimento de pessoas se fazia com alguma dificuldade. A entrada da aldeia, nas bermas, muitos autocarros de excursões, camiões e tractores com atrelados (contámos mais de três dezenas) indicavam significativamente a «força» da afluência.

Uma corrente de gente cruzava-se em várias direcções, para, mais

adiante, convergir num ponto comum: a rua central que levava ao Largo de Catarina Eufémia, palco da realização do comício. Uns dirigiam-se à herdade do Olival, local onde Catarina foi assassinada e onde se ergue hoje um singelo monumento em sua honra. Outros, encaminhavam-se para o cemitério onde sobre uma campa coberta de flores, de muitos cravos vermelhos, se respirava a emoção dos que rendiam a sua homenagem à heroína e mártir da Revolução. Outros ainda, iam

directamente para o local do comício, já com muita gente aguardando o seu início e a chegada do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, que entretanto se deslocara a pé numa romagem à campa de Catarina.

Debaixo de um sol escaldante, a praça encontrava-se literalmente cheia obrigando muitas pessoas a estenderem-se pelas ruas próximas. Eram homens e mulheres com rostos marcados pela dureza

de longos anos de exploração, lado a lado com rostos jovens cortados pela frescura de uma vida nova, já liberta, só possível após Abril.

Num palanque montado mesmo em frente do CT do Partido, dá-se início pelas 15h ao comício. Na mesa, vários membros de organizações locais do Partido e o camarada Álvaro Cunhal que proferiria a encerrar a jornada, um importante discurso que reproduzimos na íntegra nesta edição.

Após um minuto de silêncio, escuta-se a primeira intervenção. «Faz 27 anos que Catarina foi assassinada, mas a sua morte não foi em vão». Era António João, da Comissão de Freguesia de Baleizão, referindo-se a dado passo às conquistas alcançadas e à vontade dos trabalhadores em prosseguir a luta.

O ambiente vivo e caloroso continuava impregnado de uma forte combatividade. Acompanhando o ondular das bandeiras vermelhas,

das muitas bandeiras vermelhas que se elevavam sobre a massa de gente, vozes em uníssono expressavam bem alto o querer da hora presente: «A luta continua/Balsemão para a rua». «Prestar homenagem a Catarina é lembrar a difícil luta dos trabalhadores alentejanos pela liberdade e a Reforma Agrária» — salientou depois Ana Benedita na sua intervenção em nome da Comissão Distrital de Beja. E prosseguiu: «A Reforma

Agrária não foi uma prenda dada aos trabalhadores, mas uma conquista alcançada com a sua luta tenaz durante os 48 anos de fascismo. Foi uma transformação revolucionária que significou a libertação da exploração dos senhores da terra».

Após afirmar a sua certeza de que o 25 de Abril está vivo e de referir o que ele constituiu como factor de esperança, pão, trabalho e liberdade, Ana Benedita manifestou a, concluir, avontade de, todos juntos, «redobramos as nossas energias e a nossa luta para que a fome não volte de novo ao Alentejo».

Terminado o comício ficou-nos a certeza daquele acto não ter sido uma simples romagem de recordação, dor e homenagem a Catarina Eufémia. Mais do que isso, o que todos os presentes levaram e trouxeram reforçado foi a vontade e a determinação de prosseguir o caminho de Catarina, um caminho que conta com a sua presença viva, ao nosso lado, a encorajar a luta e a unidade dos trabalhadores.

Já de regresso, pelo caminho, ao ultrapassarmos vários atrelados, registámos dois símbolos que nos davam um «sinal de despedida», um «até à próxima», como que a dizer que a luta continua firme e corajosamente: eram punhos cerrados e sorrisos de confiança.



Três gerações sentindo viva a presença de Catarina a indicar o caminho da luta e da unidade dos trabalhadores



A disposição firme e combativa de prosseguir a luta em defesa da Reforma Agrária

Iniciativas no distrito de Setúbal

● Barreiro, Paio Pires, Sarilhos, Grândola

Reuniu recentemente, com a presença do camarada José Teófilo, do CC e da DORS, e com mais de 200 camaradas, a Assembleia da Organização da Freguesia do Barreiro.

Sob o lema «No 60.º Aniversário do Partido Reforcemos a Organização», procedeu-se ao balanço do trabalho realizado no decorrer dos últimos meses e foram traçados os objectivos futuros no tocante à estruturação orgânica, recolha de quotização e ampliação da difusão dos materiais do Partido.

Outra importante direcção é a do recrutamento, cujas metas têm vindo a ser cumpridas.

Foi ainda aprovada a realização de um Encontro de Eleitos das Autarquias, em Junho, assim como dos activistas das comissões de moradores da freguesia.

20 mil bilhetes da rifa «pró-Centro», cuja venda se iniciará a 16 de Maio próximo, é também uma ambiciosa meta a cumprir! A solidariedade internacionalista manifestou-se numa moção a favor da luta de El Salvador e doutros países.

Um almoço-conívio entre democratas, torneios desportivos e uma «matinée

dançante» constituíram os pontos mais salientes da iniciativa realizada há dias pelos camaradas da Freguesia de Paio Pires (Seixal), com o objectivo de assinalarem os 60 anos de vida e luta do PCP.

a Reforma Agrária esteve sempre presente e foi particularmente abordada pela camarada Margarida Tengarrinha, do Comité Central do Partido. Participaram mais de 3 mil pessoas.

No Pinhal de Santos Fernandes (junto ao Apeadeiro de Sarilhos), decorreu recentemente um grande convívio alentejano, com iniciativas diversas, desde provas desportivas a ranchos folclóricos e Canto Livre, passando pelas actividades infantis e um serviço de bar. A solidariedade com

Com a presença do camarada Américo Leal, do CC e da DORS, realizou-se um plenário de quadros dos organismos da Freguesia de Grândola, no passado dia 8 de Maio. Presentes mais de cinquenta camaradas de 20 organismos do Partido.

Organizações do Porto reúnem militantes

Reuniram no passado sábado em plenário os militantes comunistas organizados no Comité dos Grandes Serviços do Porto. Discutiram aspectos da campanha organizativa e da intervenção dos comunistas nas empresas públicas e nacionalizadas.

No próximo sábado, dia 23, irão reunir os comunistas têxteis para analisarem e debaterem, além da campanha organizativa, os problemas mais actuais dos trabalhadores do sector. Estará presente a camarada Rosa Dias, da Direcção da Organização Regional do Porto (DORP).

No Centro de Trabalho de Emeizinde reunirão amanhã, a partir das 21 e 30, os camaradas da localidade. Participará o camarada Manuel Sousa, da DORP.

Camaradas falecidos

MANUEL MOTA

Após prolongada doença, faleceu, no passado dia 10 do corrente, o militante comunista Manuel Ribeiro Mota. O camarada era funcionário da firma J. B. Fernandes e estava organizado na célula do PCP de Terceira (Barcelena). O funeral, a que estiveram presentes muitos familiares e amigos, realizou-se na Igreja de S. Domingos de Benfica para o cemitério de Benfica.

JOAQUIM DA SILVA

Faleceu recentemente o jovem camarada Joaquim Olímpio da Silva, destacado militante comunista na organização de freguesia do PCP de Paços de Ferreira.

Aos familiares dos camaradas falecidos, o colectivo do «Avante!», expressando os sentimentos de todo o Partido, apresenta as mais sentidas condolências.

Pioneiros em Alhandra: Foi mesmo uma festa

Tal como nas outras localidades do país, as manhãs de domingo em Alhandra, perto de Vila Franca de Xira, apresentam um ambiente muito calmo, com poucas pessoas nas ruas e um trânsito automóvel quase nulo. A serenidade é de vez em quando «cortada» pelo barulho dos combolos ou por qualquer «buzinadela» mais aguda.

No entanto, a manhã do último domingo foi diferente em Alhandra. Antes das 10 horas, cerca de 500 crianças «invadiam» a pacata localidade ribeirinha. A maior parte delas tinha chegado de comboio. Pelo caminho, foi uma festa, que depois prosseguiu pelo dia fora.

Era o 2.º Encontro Distrital de Lisboa dos Pioneiros de Portugal, uma iniciativa muito importante para a actividade da sua organização, preparada com entusiasmo com diversas realizações onde os Pioneiros tiveram oportunidade de apontar ideias e explicar como queriam realmente que fosse o Encontro Distrital.

O reportagem do «Avante!» esteve em Alhandra e no local onde decorreu o Encontro (na prestigiosa colectividade «Euterpe Alhandrense») ouviu, para começar, a camarada Maria do Carmo, um dos adultos que desde a «1.ª hora» apoiou a iniciativa dos Pioneiros.

«Este Encontro avança com três objectivos fundamentais: fazer o balanço da actividade desenvolvida pelas organizações de Pioneiros na região de Lisboa; programar as

dos próximos meses de 1981; e promover um grande convívio na tarde de hoje», disse-nos Maria do Carmo.

Aqueles objectivos estavam, aliás, bem patentes nas diversas comunicações lidas no plenário, que decorreu com muita animação e sempre orientado pelos próprios Pioneiros.

Trabalhados com muito carinho e imaginação, integrando fotos, desenhos, poemas, relatos, comentários, redacções e variados elementos decorativos, os relatórios apresentados pelos núcleos apontavam todos eles para uma necessidade fundamental: melhores condições, mais espaço, para a actividade dos Pioneiros dentro e fora dos Centros de Trabalho; mais monitores; maior diversificação das iniciativas.

Enquanto os Pioneiros dos

concelhos do norte de Lisboa (Alenquer, Arruda, Azambuja, Sobral e T. Vedras, por exemplo, se regozijam pelo facto do próximo acampamento distrital ser na sua zona (Praia de Santa Cruz, entre 19 e 26 de Julho próximo), os do concelho da capital revelam: «Também vamos levar a cabo uma iniciativa cultural ligada à nossa cidade da qual muito gostamos e por isso a queremos conhecer

melhor: vamos fazer uma investigação histórica sobre Lisboa, em que cada núcleo contribuirá com o estudo da sua zona». Preparam ainda algumas visitas a fábricas.

A parte da manhã foi, pois, dedicada à apresentação dos dados relatórios e outras informações. Mas para quebrar a monotonia, os Pioneiros — muito deles já com os seus fatos de treino vestidos — tiveram uma

excelente ideia: algumas intervenções foram alteradas com poemas, uma anedota, música e canções. O núcleo da Branda, por exemplo, cantou «São Salas» e os de Queluz trouxeram as suas flautas.

A exibição mais destacada foi, no entanto, a do grupo «Selvagens do Rock», constituído por Pioneiros dos Olivais. E desde já podemos assegurar que muitos agrupa-

Festa em Alac

A já tradicional Festa de Amizade volta a realizar-se em 5, 6 e 7 de Junho próximo, no Alto das Barrancas, iniciativa organizada pela Comissão Concelhia do Porto

Exposições, artesanato, colóquios, espectáculos e um completo serviço de bar são presenças certas na grande jornada de convívio do Alto das Barrancas.

Quanto a artistas, estão assegurada a participação de outros, de Carlos Paulo, Paulo Brito, Francisco Silva e Nuno Gomes dos Santos organizados.

Apelo!

Muito há ainda a fazer para a Amizade possa abrir portas no (sexta-feira). Para tal, é necessário, especialmente na época de ondas, as jornadas de voluntariado que normalmente o Partido realiza.

O apelo aqui fica.

Helena Isabel, lo Apelo do PCP no Funchal, em 1979. São populares o Manuel Freire, José Jorge Lencinheiro, Maria Dulce, Luísa Basto, Carlos Brito, Alberto Moniz, Maria do Amparo, João Fernando, Ary dos Santos, José Barata Moura, Paulo dos comunistas, Cora Alentejana, Amigos do Barreiro, Toni, Em Val, Brigada Victor Jara, Grupo Teatro de Campolide e a «Festa» o som especial para a juventude, a dos UHF», como revivendo a organização. Vale de Entretanto, a lista de prémios e 5 de relativa ao sorteio da «Comissão» (bilhetes de ingresso nos dias da JCP, dias da Festa) é a seguinte: 1.º mobilidade de casa de jardim; 2.º aspirador; 3.º máquina a adiar.

Bancários com encontro no sad

● «Os problemas, a luta e o papel dos bancários» e «A gestão da Banca» serão temas particularmente em foco neste Encontro

«Os problemas, a luta e o papel dos bancários» e «A gestão da Banca» constituem os dois pontos da ordem de trabalhos do Encontro que o Organismo dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP levará a efeito no próximo sábado, na Voz do Operário.

A esta reunião, com início marcado para as 9 e 30 horas, estarão presentes para além dos militantes comunistas do sector várias dezenas de outros democratas bancários.

Em comunicado divulgado aos órgãos de Informação, a propósito da realização deste Encontro, os bancários comunistas sublinham que este se realiza num momento em que «os ataques da aliança reaccionária e do seu governo AD/Balsemão à Banca Nacionalizada têm vindo a aumentar de intensidade nas últimas semanas».

E comprova, com vários exemplos, esta acusação: «No plano legislativo o governo pretende alterar a lei da delimitação dos sectores, abrindo a banca à iniciativa privada em clara violação da Constituição. No campo da gestão o governo imprime uma política restritiva de crédito, de enfundamento ao estrangeiro com a participação em negociações com a dos financiamentos ao Chile de Pinochet,

e uma política de passividade repressiva em confronto com o Governo, direcções ugeístas do sistema, catos que se calam e consentem a não a... É ainda no campo de intervenção que o governo pretende a redução do conteúdo da acção com o obrigador do Banco de Portugal. Depõe e nomeia para seu administrador um fascista, portador de memórias de governos marcelistas, que o governo jurídico e homem de mão do desagrado Sr. Nogueira de Brito» pelos tr... De acordo com o texto comunicado recentes medidas de austeridade

Desporto

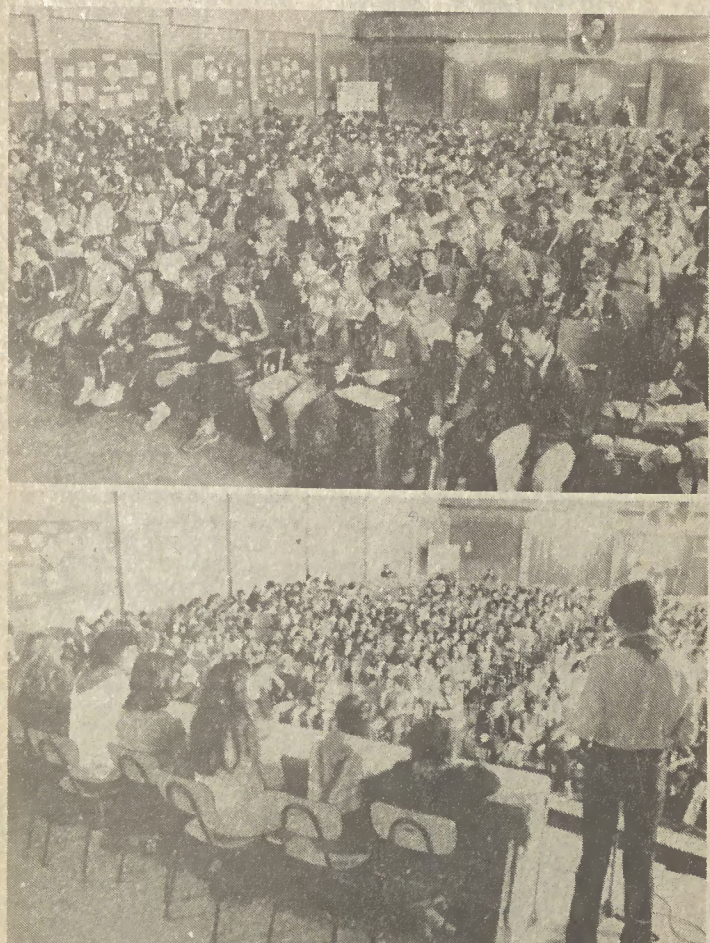
Futebol galá O Torneio Fe

As organizações do PCP de Lisboa, no âmbito das realizações desportivas do ano, promovem um torneio de equipas de 3.ª e 4.ª divisões de futebol de 1981. O Torneio de Futebol de 1981 é realizado no sistema PAL, com 4 equipas, na 1.ª fase, sendo apurado o vencedor de cada série.

A 2.ª fase realiza-se no sistema de eliminação directa. A equipa vencedora do torneio local passa à fase distrital.

O Torneio é aberto a todas as equipas representativas de Colectividades, Comissões de Moradores, Associações de Bombeiros, Sindicatos, Grupos Desportivos de Empresas, Grupos de Organizações de Bairros, etc.

Pontuação
A cada equipa são atribuídos: vitória — 3 pontos; empate — 2 pontos; derrota — 1 ponto.



Foram os próprios Pioneiros que se encarregaram da direcção dos trabalhos

Mensagem

As crianças de Portugal
As crianças de todo o mundo
Aos governantes de todos os países

Amigos. Senhores.

Hoje é domingo e um dia de grande festa e alegria para nós.

Somos os Pioneiros de Portugal da Região de Lisboa, reunidos em Alhandra, no II Encontro Distrital.

Aqui viemos para conviver,

para brincar, para trocar impressões sobre as nossas actividades, para falar de coisas da nossa vida.

Daqui queremos saudar todas as crianças portuguesas. Todas as crianças do mundo.

Lembramos em especial neste dia os nossos companheiros deficientes a quem mandamos um grande abraço de amizade.

Lembramos também todos os nossos amigos que vivem em países onde não há liberdade, onde há fome e guerras. Para vós, o nosso abraço de solidariedade

e o desejo de justiça e Paz nos vossos países.

Aos adultos, em todo o mundo, e particularmente aos governantes, pedimos que se preocupem mais e façam o melhor pelo bem destes companheiros e amigos nossos.

De mãos dadas, numa grande roda mundial, queremos dançar com todas as crianças, a dança da Paz, da Amizade, da Alegria, da Esperança no Futuro.

Os Pioneiros de Portugal II Encontro Distrital de Lisboa Alhandra, 17 de Maio de 1981

a Amizade Amada

gover, 4.º 5000\$00 de livros; 5.º 5000\$00 de compras; 6.º máquina de cortar fiambre; 7.º balança de cozinha; 8.º almoço ou jantar para três pessoas num restaurante; 9.º um quadro; 10.º espelho de casa de banho; 11.º livro ilustrado «Até Amanhã Camaradas»; 12.º obras completas de Soeiro Pereira Gomes; 13.º livro «A Mãe»; 14.º assinatura anual de «O Militante»; 15.º assinatura anual de «Vida Soviética».

Em Melides
A organização local de Melides

Para que a Festa da Amizade seja um sucesso, a organização local de Melides

o PCP realiza uma grande festa popular com diversos atractivos, incluindo música, actividades culturais e recreativas. Oportunamente daremos mais pormenores sobre esta iniciativa dos comunistas de Melides.

Em Vale de Cavaleiros

«Festa do Povo», assim se chama a realização que na sua segunda edição terá lugar em Vale de Cavaleiros, nos dias 3, 4 e 5 de Julho, por iniciativa das comissões da freguesia do PCP e da JCP desta localidade.

Quando ao programa, ainda em elaboração, pode-se desde já adiantar que incluirá

uistas: bado

de capital da Banca Nacionalizada, resultantes da corrida para a CEE e da «necessária» competitividade com os seus padrões, surgem assim como «opções contraditórias».

E prossegue: «é o próprio Governo que fala em dinamismo e capacidade do sistema bancário nacionalizado enquanto procura tirar dividendos do que não realizou mas se obrigou a aceitar».

Depois de afirmar que nem a Radiotelevisão Portuguesa nem o Sr. João Salgueiro

o governo «AD» responderam ao desafio que lhes foi lançado pelos trabalhadores bancários comunistas; o documento salienta que «isto demonstra

desalão: Festa do «Avante!»

Prémios

Serão atribuídas: taças às equipas que ficarem em 1.º, 2.º, 3.º e 4.º lugares; medalhas às equipas que participarem na final para 1.º e 2.º lugares.

Será atribuído uma taça à equipa mais disciplinada do torneio. Ao guarda-redes menos batido é atribuído a baliza de prata.

«60.º aniversário»: final esta noite

O Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP realiza-se hoje a final do Torneio de Futebol de Salão Integrado nas realizações desportivas do 60.º Aniversário do PCP, no pavilhão Polivalente do CACO, em Campo d'Ourique, com o seguinte programa:

21.00 — «Editorial Caminho» — «Os Académicos».

22.00 — Final com as equipas «Fórmula 8» — «Águias da Montanha».

Segue-se a distribuição de prémios.

que cabe aos adultos a maior responsabilidade».

Depois dum apelo para que nos núcleos de Oeiras, Mafra e Azambuja se resolva rapidamente o problema dos monitores, o texto refere que o balanço da actividade desenvolvida «está longe de ser negativo», afirmando a dada altura:

«Os Pioneiros marcaram a sua presença naquelas festas já tradicionais de cada ano — o 25 de Abril e o 1.º de Maio, o Dia Mundial da Criança, o Dia Internacional da Mulher, o Dia da

aprender a construir um amanhã mais justo e feliz

Juventude

Canção juvenil em movimento Um balanço mais do que positivo!

Para a tarde do último sábado deste mês, dia 30, temos uma proposta a fazer ao amigo leitor. Há apenas uma condição: ser jovem. Quer dizer: jovem de idade ou de espírito. E que nesse dia a conhecida sala do Coliseu dos Recreios, em Lisboa, vai albergar a finalíssima do Movimento de Festivais da Canção Juvenil (MFCJ), iniciativa do jornal «Juventude», órgão da JCP. Uma iniciativa que teve agora a sua segunda edição a nível nacional e que a todos os títulos é de louvar.

Vamos então começar pelo espectáculo de dia 30, que decorrerá a partir das 15 horas, com o seguinte programa: desfile das 10 canções apuradas; votação em público; e por último actuações dos «UHF», grupo

dava a maior abertura possível à participação dos interessados, destacando, no entanto, aspectos como a idade máxima (30 anos) e o não profissionalismo dos autores e intérpretes.

«Seixal Abril», «Arte Nova», Isabel Pato e Mário Saldanha em mesa-redonda com o «Avante!»

destacado na actual panorâmica da música «rock» que se vai fazendo em Portugal, e do sempre jovem Paulo de Carvalho.

O bilhete de ingresso custa 120\$00 e pode ser adquirido nos CTs do PCP, nas sedes da JCP ou no próprio local.

O júri que apura 10 canções para a final (dum total de 70 previamente apuradas nos festivais realizados um pouco em todo o país) e que depois já no Coliseu escolherá as melhores, é constituído pelas seguintes personalidades: António Macedo (jornalista do semanário «Seis»), António Manuel (membro dos «UHF»), António Vitorino de Almeida (maestro), Ary dos Santos (poeta), Carlos do Carmo (cantor), Carlos Mendes (cantor), Eduardo Gueda (cineasta), Francisco Viana (poeta), Fernando Lopes (cineasta), Joaquim Pessoa (poeta), José Jorge Letria (jornalista), Maria Helena d'Eça Leal (locutora da RDP), Maria Eufémia (locutora da RDP), Mário Castrom (crítico de TV), Mário Zambujal (jornalista), Moreno Pinto (técnico de som), Tó Andrade (músico dos «Go Great Blues Band»), Paulo de Carvalho (cantor), Pedro Barroso (cantor), Raul Calado (crítico de jazz), Ruben de Carvalho (jornalista), Rui Pedro (jornalista), Tó Zé Brito (compositor), Villas Boas (crítico de jazz).

Serão atribuídos os seguinte prémios: «Grande Prémio» — uma viagem à URSS/40 LPs; 2.º — um gira-discos/30 LPs; 3.º — uma viola/20 LPs; 4.º — uma viola/20 LPs; 5.º — uma viola/20 LPs; 6.º — uma viola/20 LPs; 7.º — uma viola/20 LPs; 8.º — uma viola/20 LPs; 9.º — uma viola/20 LPs; 10.º — uma viola/20 LPs.

O Regulamento dos Festivais

Mais de 800 jovens em palco

Nas instalações da redacção do «Juventude», tivemos, entretanto, oportunidade de recolher algumas informações, ideias e comentários num diálogo vivo e interessante com dois camaradas da Comissão Organizadora dos Festivais (Isabel Pato e Mário Saldanha) e com os «Seixal Abril» e «Arte Nova», grupos que concorreram ao MFCJ e que marcaram uma

«Sabe que uma viola custa mais de 70 contos?»

O grupo «Arte Nova» fala de «rock» sem papas na língua e no decorrer da nossa mesa-redonda, na redacção do «Juventude», tivemos oportunidade de registar algumas opiniões daquela banda sobre a actual panorâmica do «rock» português.

Por exemplo, como é que este estilo de música «apareceu» assim tão de repente, interpretada por grupos portugueses com alguma projecção comercial?

«O punk não conseguiu nada em Portugal. A saída era mesmo a «new wave», a nova vaga.

«Entretanto, as editoras, com grupos «rock», só têm a ganhar. Não é preciso pagar a músicos. Os grupos tocam e cantam e os discos saem sem problemas de comercialização».

«Os grupos «rock»



«Arte Nova», primeiros em Alcântara

presença saliente nos Festivais em que actuaram.

Disse-nos, a dado passo, Mário Saldanha:

«O Movimento dos Festivais da Canção Juvenil vai ultrapassar as quatro dezenas de iniciativas, o que nos parece francamente positivo. Na primeira edição do MFCJ registámos 35 Festivais.

«Quanto a espectadores, jovens na sua esmagadora maioria, o número ultrapassa os 10 mil.

«Apresentaram-se 267 grupos e solistas, num total de muito mais de 800 jovens em palco.

«De salientar, igualmente, que decorreram Festivais em 16 distritos do país.

«Todos os números que acabei de referir ultrapassam os da primeira edição do MFCJ (1978/79). Neste ano há ainda a não esquecer uma qualidade superior em relação às actuações em palco».

Acreditou Isabel Pato:

«Os Festivais tiveram, sem dúvida, uma boa expressão nacional. Basta ver o quadro que publicámos no último «Juventude», onde, de acordo com os elementos fornecidos pelas organizações, se dá uma

panorâmica, embora incompleta, do Movimento.

«Saliente-se, por exemplo, o caso de Trás-os-Montes (750 assistentes nos festivais de Vila Real e Chaves), Beira Litoral (1920 espectadores nos festivais de S. João da Madeira, Esgueira, Espinho, Oliveira de Azeméis, Mealhada e Coimbra), Beira Interior (1120 na Covilhã, Guarda, Gouveia e Alcains), Lisboa (2060 em Olivelas, Moscavide, Amadora, Vialonga, Bucelas, S. Domingos de Rana e Torres Vedras).

«Os Festivais deste ano têm ainda outra particularidade importante: é o seu êxito nas localidades onde já existe como que uma tradição do próprio Festival e da canção juvenil no geral, caso de Moscavide, Seixal e Espinho (neste último estiveram presentes mais de 550 jovens, que encheram por completo o recinto das piscinas); e também o êxito nas terras onde a canção juvenil marcou presença organizada pela primeira vez, como sucedeu em Lagos e em várias localidades do Norte.

«Há ainda muito para fazer».

Mas na nossa «mesa-redonda» não foi só a Comissão Organizadora que falou. Registemos agora as palavras do representante do grupo «Seixal Abril», o Carlos Dionísio, 21 anos, trabalhador corticeiro, com «queda» para a fotografia:

«Impressões sobre o Festival em que actuámos?... Estavam 800 pessoas e houve 10 interpretações. Correu tudo muito bem. Entre os vários participantes havia bastante equilíbrio e foi sem dúvida uma iniciativa importante, que até merecia da parte da Comunicação Social uma maior divulgação.

«O nosso grupo foi constituído em Abril do ano passado com

material musical. Em Lisboa é muito difícil adquirir equipamento. Há pouca variedade e o que há é ainda mais caro que no Porto, onde há sem dúvida mais possibilidades de escolha... A propósito de preços: sabe que uma viola custa mais de 70 contos?

Já agora: que tipo de apoio pensam que os grupos «rock» realmente necessitam?

«Apenas apoio quanto ao equipamento. Não é preciso mais nada. Tem é que haver apoio nos custos do material. Os instrumentos musicais não podem ser considerados material de luxo, como ainda hoje sucede, o que não afecta apenas os conjuntos «rock», mas sim toda a actividade musical do país.

«Um grupo «rock» quando é bom acaba sempre por impor-se!»

12.º ano da escolaridade Quais os seus objectivos? Como foi lançado?

Um verdadeiro escândalo nacional.

Esta é a verdadeira definição do 12.º ano da escolaridade, iniciativa eleitoralista da «AD» quando eliminou o Ano Propedéutico de Cardia.

A situação, confusa, e em que os estudantes e suas famílias são os principais atingidos, arrasta-se, sem que o actual Governo consiga resolver qualquer dos múltiplos problemas e indefinições que o 12.º ano levanta.

As consequências desta política estão agora, mais do que nunca, à vista. Há que lutar, há que mobilizar, há que unir os estudantes do 12.º ano. Há que alertar a opinião pública.

Mas é também necessário, primeiro que tudo, conhecer a «história» do sucessor do Propedéutico e os reais motivos que levaram a direita a esta tão infeliz iniciativa governamental.

Com base na documentação do Tribunal de opinião «A Juventude Acusa a JCP Ano», que decorreu recentemente na Faculdade de Direito de Lisboa, promovido pela JCP e com boa participação unitária, apresentamos hoje algumas ideias sobre o assunto.

Ao criar o 12.º ano o Governo legislou em matéria de exclusividade competência da Assembleia da República, tentando assim por simples decreto alterar o sistema educativo.

Apoderar assim o Governo tinha como necessidade dar resposta às promessas eleitorais da AD, de acabar o mais rapidamente possível com o Ano Propedéutico, sem ter nenhuma preocupação em criar as condições para o seu funcionamento.

Mas vejamos. Num dado passo do decreto-lei 240/80 pode ler-se:

«Com a instituição do 12.º ano, extingue-se o Ano Propedéutico, transferindo para aquele não só as características vestibulares relativamente ao Ensino Superior, mas também a experiência e ensinamentos que se foram acumulando».

E pode ler-se ainda no mesmo decreto:

«Independentemente das alterações que irão resultar da

Reforma do Ensino, impõe-se desde já, com a criação do 12.º ano de escolaridade, completar o ciclo terminal do Ensino Secundário».

Fica portanto a dúvida: o 12.º ano é terminal ou vestibular? Ou não é uma coisa nem outra?

Se é terminal, significa isso que ninguém poderá considerar-se habilitado com o Curso completo do Ensino Secundário antes de ter concluído o 12.º ano.

Mas quem não vê a injustiça, a imoralidade e a ilegalidade de uma tal hipótese?

Isso significaria que para efeitos de obtenção de diploma não têm nenhum valor os exames realizados no 11.º ano. Ou no 2.º Curso Complementar.

Como são poucas as localidades onde existe o 12.º ano, isso implicaria que a grande maioria dos jovens não cidadãos ficasse pelo 9.º ano, visto que não tendo possibilidades de deslocar-se à cidade para frequentar o 12.º ano, de nada lhes adiantaria fazer o 10.º e 11.º anos.

É aqui que se começa a perceber a verdadeira jogada da direita, deitando por terra a demagogia da «igualdade de oportunidades».

Seria uma boa maneira de afundar ainda mais o acesso ao Ensino Superior, de regular as hierarquias sociais sem recurso aos impopulares numerosos

O facto da via profissionalizante não dar acesso ao Ensino Superior é mais uma prova do objectivo elitista que esteve na base da criação do 12.º ano.

Isto para o caso de se pretender ser um ano terminal. Mas... e se for vestibular? Se é vestibular então terá como objectivo preparar o aluno para o ingresso no Ensino Superior. Ora, não é difícil ver, analisando a sua estrutura e os programas, que não é nada disto que se pretende. Os programas são indiferentes à diversidade dos cursos a que dão acesso. Nalguns casos não se observa

elevação do nível das matérias de estudo, mas antes um notório abaixamento; noutros, há repetições escusadas; em quase todos há a falta de articulação, de continuidade, de precedência relativa ao Ensino Superior. Portanto, também não se trata de um ano vestibular. Não sendo nem terminal, nem vestibular, o 12.º ano terá como único objectivo seleccionar a entrada na universidade.

O lançamento do 12.º ano foi baseado na improvisação. O lançamento do 12.º ano não obedeceu a nenhum estudo prévio das necessidades do País em quadros técnicos e científicos.

O lançamento do 12.º ano não obedeceu a nenhuma avaliação dos recursos materiais. Fechou-se olhos à falta de escolas, à falta de salas, à falta de equipamentos e de laboratórios, à falta de livros e de materiais de estudo. Deixou-se mão de instalações emprestadas e construíram-se outras com condições precárias, de pouca durabilidade e de cara manuténção.

O lançamento do 12.º ano não obedeceu a nenhuma avaliação de recursos humanos. Havendo, em 1979, 13 744 professores sem habilitação própria em 35 000 não profissionalizados no ensino secundário, como haveria o MEC de arranjar professores suficientes para a docência do 12.º ano?

Acena-se com regalias monetárias especiais para quem aceitasse o lugar de professor do 12.º ano. Assim, um professor do regime diurno recebe por uma hora de trabalho o salário correspondente a uma hora e meia. Mas mesmo assim não se aliciou gente suficiente. E a resposta do MEC a este contratempo resolve-se com a contratação de assistentes das faculdades, de delegados «pedagógicos» e orientadores. Assim como se já não bastasse o drama do 12.º

ano, outro drama se começa a desenhar. O 12.º ano tem sugado e continua a sugar alguns dos melhores professores do ensino secundário, obrigando ao recrutamento de professores

- Foi baseado na improvisação
- Não obedeceu a nenhuma avaliação dos recursos materiais e humanos
- A «via profissionalizante» é uma farsa: pouco ou nada tem a ver com a formação profissional

sem habilitações para o preenchimento das vagas deixadas por aqueles. Nas escolas, quando um professor é destacado para o 12.º ano, conhece-se o professor que se perde, mas aquele que poderá vir a substituí-lo apenas se sabe que, muito provavelmente, não terá habilitações que o recomendam.

Toda esta situação leva à degradação da qualidade do ensino a todos os níveis do secundário. Por outras palavras, o esquema montado pelo MEC prejudica não só os estudantes do 12.º ano como todos os outros, dando assim mais uma vez provas de irresponsabilidade e incompetência.

Em entrevista dada a um jornal do dia 31 de Janeiro de 81, o Ministro da Educação Vítor Crespo afirmou que «...uma frequência de 38 000 estudantes comprova a boa receptividade que suscitou, a normalidade de funcionamento atesta-lhe o êxito e as perspectivas de eficácia».

Hoje, e seguindo o mesmo raciocínio, seria de perguntar ao Sr. Ministro o que é que comprovou o facto de a esmagadora maioria dos estudantes ter anulado a matrícula a pelo menos uma disciplina?

Numa última tentativa, esses estudantes ou se propuseram



Amadeu Henrique Garcia, primeiro classificado no Festival de S. Domingos de Benfica (Lisboa)

a seguinte composição: Fernando Calqueiro, Raul Alcobia, António Pedro e Carlos Dionísio. Os nossos objectivos são trabalhar cada vez melhor na música de recolha, na música popular, na música de intervenção. Pensamos que há ainda muito para fazer neste sector...

Cultivando um outro estilo de música, os «Arte Nova» também marcaram excelente posição no Movimento dos Festivais, com actuações em Moscavide, Bucelas e Alcântara. São seis jovens (o Rui, Tó, Zé, Mário, Raul e Lau), com idades compreendidas entre os 13 e os 18 anos, que falam de «rock» e tocam «rock» sem papas na língua.

Ouvimos aqueles três primeiros, que nos contaram assim a sua experiência:

«Aproximámos os nossos pais e explicámos a nossa ideia: conviver e tocar. Depois, tudo foi mais fácil. Conseguimos uma garagem (em Sacavém) e os ensaios e a nossa preparação decorre agora em bom ritmo».

«Chegámos a tocar em bailes e festas mas agora partimos para outra... Vamos acompanhar artistas. E já temos até boas perspectivas».

«Achamos muito importante esta iniciativa da JCP e sobre a experiência do grupo no MFCJ pensamos que o Festival de Moscavide teve organização fraca tal como o de Bucelas (embora neste tenha havido um bom nível de actuações) e quanto ao de Alcântara, essa é que foi mesmo bom: quer a organização, quer os grupos que actuaram».

Já na parte final do nosso diálogo falou-se sobre o facto de o MFCJ ter reunido dois importantes estilos musicais bem distintos: a música popular e de intervenção por um lado; e o «rock» por outro.

Chegou-se a apontar a ideia de no futuro se desdobrar o MFCJ. Mas acabou por se concluir que talvez seja positivo a variedade temática dos Festivais. Além disso, a música de intervenção pode ou não ter qualidade, passando-se exactamente o mesmo com o «rock».

Sábado, dia 30, já estaremos!



Álvaro Cunhal em Baleizão

«A Reforma Agrária passará de novo à ofensiva recuperará aquilo que lhe foi roubado e será totalmente realizada»

Camaradas:

Todos os anos aqui vimos, nesta grande manifestação de homenagem, de luta e de esperança.

Manifestação de homenagem, porque inclinando as nossas bandeiras ante a memória de Catarina Eufémia — heroína do proletariado rural alentejano, exemplo e símbolo da mulher trabalhadora, mãe e comunista — prestamos homenagem a todos quantos deram as suas vidas na defesa dos interesses dos trabalhadores, na luta contra a exploração pelos grandes agrários, na luta contra a fome, o desemprego e a miséria, na luta pela reforma agrária, na luta pela liberdade, a democracia e o socialismo.

Manifestação de luta, porque não estamos aqui apenas para mantermos viva a lembrança de um crime fascista testemunho de um regime odiado que não queremos que volte mais, mas estamos aqui também para, em torno da homenagem aos heróis proletários, reforçarmos a nossa unidade e a nossa firme determinação de continuarmos a luta pelos objectivos pelos quais Catarina Eufémia e tantos e tantos outros sofreram e deram a vida.

Manifestação de esperança, porque não vimos apenas para lembrar um passado maldito e para chorar os que caíram na luta, mas para, na lembrança dos sacrifícios passados e na consciência da força e da luta presentes, reforçarmos ainda mais a esperança no futuro: esperança de que a ofensiva reacção contra os trabalhadores será estancada e de que Portugal de Abril vencerá, esperança de que a reforma agrária passará de novo à ofensiva, recuperará aquilo que lhe foi roubado e será totalmente realizada.

• A reforma agrária vitória histórica do povo português

Há gente que diz estar com a democracia, mas que se pronuncia contra a reforma agrária.

É porém certo que, nas condições actualmente existentes em Portugal, nada define melhor a real atitude em relação à democracia que a atitude em relação à reforma agrária.

Destruir a reforma agrária e restaurar os latifúndios e a exploração dos latifundiários é restaurar uma das estruturas económicas e uma das bases sociais fundamentais da antiga ditadura fascista, é atingir no coração o regime democrático português.

Os latifundiários constituem, ao lado dos grandes capitalistas, a classe mais exploradora, mais parasitária, mais retrógrada, mais obscurantista, mais reacçãoária da sociedade portuguesa.

Que fizeram os latifundiários durante toda a sua existência? Qual era a situação antes do 25 de Abril?

Protegidos pela ditadura fascista, os latifundiários condenaram a agricultura alentejana e ribatejana ao atraso, ao abandono de grande parte das terras, às grandes colheitas de caça para os grandes senhores, à cultura extensiva e pobre de cereais, à apanha da cortiça como fonte fácil de rendimentos, à prática inexistente de investimentos.

Os latifundiários condenaram os trabalhadores agrícolas a salários de miséria, ao desemprego em metade do ano, à recusa do trabalho aos mais velhos e mais fracos, à fome, à miséria, à emigração.

Latifúndios e latifundiários sempre foi e continua a ser sinónimo da exploração, miséria, atraso, reacção e fascismo.

E o que fez a reforma agrária com o 25 de Abril?

Ocupando as terras dos latifúndios, criando novas unidades agrícolas (UCPs/Cooperativas), os trabalhadores alentejanos e ribatejanos deram um extraordinário exemplo de como os trabalhadores, libertados da exploração e tomando eles próprios nas suas mãos as explorações agrícolas, estão em condições de impulsionar rapidamente e melhorar a agricultura e de melhorar rapidamente as condições de trabalho e de vida.

Já se tem dito e corresponde inteiramente à verdade: em dois anos os trabalhadores da reforma agrária fizeram mais pela agricultura portuguesa do que fizeram os agrários em toda a sua existência.

Com a reforma agrária, os trabalhadores desbravaram cerca de 150.000 hectares que os agrários mantinham completamente abandonados. A área cultivada aumentou 3 vezes em relação à área cultivada antes do 25 de Abril. As culturas foram diversificadas, ampliaram-se cultivos mais rendosos e, considerando correctamente as melhores aptidões dos solos na maior parte da zona da reforma agrária, deu-se grande impulso à pecuária, conseguindo um rápido aumento do número de cabeças de gado que compensou a baixa de produção de produtos agrícolas provocada por condições climáticas desastrosas.

Foram feitos investimentos. As UCPs/Cooperativas compraram máquinas, construíram instalações (parques, silos, armazéns), montaram grandes básicas, edificaram vacarias e salas de ordenha, instalaram supermercados.

Foram construídas e arranjadas cerca de 400 barragens, abutefiras e charcos e instaladas autobombas, — o que permitiu aumentar 3 vezes a área de regadio.

Esta transformação do carácter económico e social permitiu, não apenas o desenvolvimento agrícola e pecuário, mas o melhoramento radical das condições de vida dos trabalhadores.

Acabou o desemprego. Não só os homens, mas as mulheres também, tiveram trabalho assegurado. Os salários subiram. Em correspondência a alimentação e o vestuário melhoraram.

Realizaram-se obras sociais exemplares: habitações, creches, jardins de infância, centros culturais, centros de terceira idade.

A reforma agrária foi uma realização exaltante dos trabalhadores alentejanos e ribatejanos, uma vitória histórica do povo português.

Apesar do seu âmbito regional limitado e das sucessivas e constantes ofensivas desencadeadas contra ela por sucessivos governos e por todas as forças reacçãoárias e oportunistas, a reforma agrária mostrou que, apesar de todas as dificuldades resultantes da pesada herança do passado, os trabalhadores estão em plenas condições de tomarem conta dos próprios destinos da agricultura, de tomarem conta dos seus próprios destinos, de construírem uma nova sociedade sem exploradores nem explorados.

A mentira da «distribuição de terras» e a restauração dos latifúndios

O atraso e a miséria impostos à agricultura pelos latifundiários são tão evidentes e incontestáveis que ninguém ousa defender a agricultura dos latifúndios. Assim como não há ninguém que diga estar contra

a democracia (nem sequer o dizem os que querem destruí-la) assim não há ninguém que não diga que está por uma reforma agrária. Todos o dizem. Até o PPD. Até o CDS. Até os governos que destroem a reforma agrária e restauram os latifúndios. Até os latifundiários.

Afirmando hipocritamente ser necessária uma reforma agrária, o que eles dizem é que a reforma agrária que se realizou foi uma má reforma agrária, uma reforma agrária do tipo colectivista, ou comunista, e que deveria ter-se realizado o que chamam uma boa reforma agrária que partilhasse e dividisse as terras pelos pequenos agricultores e trabalhadores.

Mas a finalidade, a única finalidade desta colossal demagogia, é manter os privilégios e as propriedades dos latifundiários, é conter a luta revolucionária dos trabalhadores agrícolas e do campesinato, é tentar criar núcleos de pequenos agricultores que sirvam de tampão entre os grandes agrários e os trabalhadores agrícolas, é dividir os que trabalham a terra, é destruir o que já se fez e impedir de facto a reforma agrária.

Esta ideia, que agora apresentam como nova e original, é no fim de contas tão velha como a ditadura fascista, pois a ditadura fascista, para procurar manter as grandes propriedades agrícolas e sustentar a força revolucionária do proletariado agrícola, também já falava em «reforma agrária».

O próprio Salazar, há 35 anos, anunciava, como ponto importante do seu programa, a realização de «uma reforma agrária».

Mas em que consistia a «reforma agrária» de Salazar, a «reforma agrária» dos fascistas?

Consistia na criação, junto de grandes herdades e com pequenas courelas de terra, de casais agrícolas, com numerosas obrigações acerca da produção, com uma espécie de contrato de parceria pelo qual, entre outras coisas, se estabelecia que metade dos frutos e o total da cortiça caberiam ao proprietário e em que os trabalhadores ficavam obrigados a fornecer toda a mão-de-obra à grande exploração onde se inseriam.

Os fascistas do tempo de Salazar o que pretendiam com aquilo que chamavam «reforma agrária» não era arrancar a terra dos latifundiários e entregá-la aos pequenos agricultores, mas sim, a pretexto de entregar terras aos pequenos agricultores, manter e reforçar a dominação e o poder dos latifundiários e desenvolver o capitalismo nos campos.

É também precisamente o que têm procurado fazer a partir de 1975 sucessivos governos: o governo do PS sozinho com o famigerado Barreto, o governo PS-CDS, o governo Nobre da Costa, o governo Mota Pinto, o Governo Sá Carneiro/F. do Amaral e actualmente o governo «AD»/P. Balsemão.

Apenas com uma diferença. É que os fascistas do tempo de Salazar anunciavam essa política a partir duma situação em que os latifúndios eram estrutura dominante e juridicamente reconhecida da agricultura alentejana e ribatejana. E o governo «AD»/P. Balsemão (como os governos anteriores) anunciam essa política depois da reforma agrária, depois de terem sido expropriados pela revolução 1.120.000 hectares de terras, depois de terem sido expropriados a maioria dos latifúndios, depois de se terem ainda criado centenas de UCPs/Cooperativas, depois de ter sido transformada radicalmente a vida nos campos alentejanos e ribatejanos.

Por isso pode dizer-se com verdade que a política do governo AD/P. Balsemão em relação à reforma agrária é ainda mais reacçãoária do que o era a de Salazar e Castelar.

A «distribuição de terras» e a «transformação» dos trabalhadores em «empresários agrícolas» (de que fala Pinto Balsemão) é uma colossal mentira para caluniar e encobrir a destruição da reforma agrária e a restauração dos latifúndios.

Mesmo daquelas migalhas que o governo diz distribuir aos pequenos agricultores, a maior parte não vai para pequenos agricultores, mas para gente que pouco ou nada tem a ver com a agricultura, para protegidos e afilhados, para oportunistas que vão atrás da ganância de receber terras, mas que depois, as mais das vezes, nem sequer as cultivam.

Referindo apenas as acções criminosas do governo no mês de Abril passado, quem em 8 de Abril recebeu os 600 hectares da Quinta do Piaão, da Cooperativa Alterense? Foram pequenos agricultores? Não. Foi um taberneiro, um ourives e um outro comerciante que nada têm a ver com a agricultura.

Quem em 10 de Abril recebeu os 500 hectares da Herdade dos Atafanas roubada à UCP Torre de Coelhoos? Foram pequenos agricultores? Não. Foi o proprietário duma padaria e duma mercearia e um reformado, além de um outro indivíduo que já possui outras herdades — (a 3 indivíduos as terras roubadas a 150 pessoas!).

Quem em 10 de Abril recebeu os 190 hectares roubados às UCP Terra de Pão em Salvada (Beja)? Pequenos agricultores? Não. Foram apaniguados, um regente agrícola, o filho dum feitor, um proprietário.

Estes exemplos, que se podiam multiplicar, mostram bem do que se trata. Essa chamada «distribuição» de terras é uma cortina para encobrir o roubo de terras às UCP/Cooperativas, a entrega ilegal e escandalosa das terras aos latifundiários.

Os números falam por si.

De mais de meio milhão de hectares que já foram roubados à reforma agrária, 84% foram entregues aos latifundiários, 9% a falsos agricultores, pessoas estranhas à agricultura e apenas 6% a pequenos agricultores.

Os trabalhadores alentejanos e ribatejanos conhecem na sua própria carne o que significa essa desavergonhada demagogia dos inimigos da reforma agrária.

Sabem bem que, na continuação da política iniciada pelo PS no governo e levada a um extremo da brutalidade como os governos Mota Pinto e Sá Carneiro/F. do Amaral, a política do governo «AD»/P. Balsemão é uma política que visa a destruição completa da reforma agrária e a restauração pura e simples dos latifúndios e da exploração, opressão e privilégios dos latifundiários.

A ofensiva criminosa contra a reforma agrária

À ofensiva contra a reforma agrária, chama o governo a sua «política agrária». Mas a isto pode chamar-se política? Não. Isto não é política. Isto é puro banditismo, com a diferença de que não parte de bandos perseguidos pelas autoridades e pelo Estado, mas do próprio governo, das próprias autoridades, do próprio Estado.

Toda a chamada «política» do governo «AD»/P. Balsemão (como a dos governos anteriores) tem como objectivo sufocar e estrangular por todas as formas e processos as UCPs/Cooperativas.

O governo obriga à entrega de cereais, mas depois não os paga. O governo obriga à entrega da cortiça, mas depois não a paga. O governo manda cortar créditos às UCPs/Cooperativas. E, como eixo da ofensiva, todas essas chamadas «reservas» e «requisições» que outra coisa não têm sido do que pretextos ilegais para roubar terras e bens à reforma agrária para as restituir aos latifundiários.

Para cúmulo, há numerosos casos em que as «reservas» atribuídas com o pretexto de serem exploradas directamente, são abandonadas ou são vendidas, seja a portugueses, seja a estrangeiros. Há também casos em que não só são entregues aos latifundiários terras roubadas às UCPs/Cooperativas, como lhes são atribuídas chorudas indemnizações correspondentes a essas mesmas terras.

Perguntamos por exemplo (e seria bom que o MAP esclarecesse a opinião pública). É ou não verdade que para a atribuição de indemnização à família Porto Suso da Casa Agrícola D. Yo (Évora), nem sequer houve processo?

É ou não verdade que esta família de agrários recebeu indemnizações, não apenas por herdades expropriadas, mas também por herdades que recebeu como «reserva»? E pode o MAP informar se sim ou não conhece «luvas» oferecidas aos diligentes funcionários serviais dos grandes senhores da terra?

Estes escandalosos casos, mostram bem que o MAP do governo «AD»/Pinto Balsemão é um instrumento e agente dos latifundiários, para lhes assegurar a restituição dos seus ilícitos privilégios contra as conquistas e os direitos democráticos do povo português.

Toda a ofensiva se tem desenvolvido como actos de autênticos saqueadores (funcionários do MAP e agrários protegidos e por vezes directamente ajudados pela GNR) que, ameaçando, espancando, ferindo, matando, violando grosseiramente a Constituição, a legalidade democrática, a ordem pública, os mais elementares direitos de cidadãos, invadem UCPs/Cooperativas e roubam terras, gados, máquinas, alfaias, instalações e toda a espécie de benfeitorias introduzidas pelos trabalhadores de todo o seu trabalho e do seu suor.

Tomando apenas os roubos ordenados pelo governo «AD»/P. Balsemão e protegidos pela GNR no mês de Abril, à UCP Pero Espuma (Évora) foram roubadas 69 vacas, 1 touro, 628 ovelhas, 6 carneiros, 4 tractores, 2 ceifeiras, 3 rebocues, 5 charruas, 4 grades de discos, 1 elevador de fardos, 15 mil fardos de palha, 700 kg de silagem e 1.225 kg de grão.

A UCP Torre de Coelhoos, foram roubadas 66 vacas, 162 ovelhas, 1 touro, 1 burro, 1 tractor, 1 moto-bomba, 1 bomba de gasóleo, 16 toneladas de aveia, 16 toneladas de trigo, 2 toneladas de adubo, 4.000 fardos de palha e 70 rolos de arame para fardos.

A UCP Estrela do Guadiana foram roubadas 30 vacas da Aldeia do do Corte Gato.

A UCP Terra de Catarina de Baleizão foram roubadas máquinas, alfaias e gado para entregar aos grandes capitalistas da Torralta e da Sociedade de Gestão Agrícola da Quinta de S. Pedro.

A Cooperativa Vilas Boas (em Ferreira do Alentejo) foram roubadas 647 ovelhas entregues aos grandes latifundiários Passanha.

A Cooperativa 5 de Outubro, do Cano, foram roubadas 48 vacas e 100 ovelhas.

E assim por diante. Isto só em Abril.

A ofensiva contra a reforma agrária não só é um autêntico saque dos bens às UCPs/Cooperativas, como representa sérias machadadas na agricultura e na economia nacional.

Há culturas perdidas. Há culturas destruídas. Há pomares arrancados. Há gado vendido ao desbarato ou a morrer de fome. Há abutefiras despejadas ou arrasadas. Há azeitona que apodrece em mais de 200 herdades. E há de novo, a par com o lançamento para o desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores — homens, mulheres e jovens —, terras que os trabalhadores tinham desbravado e cultivado e se encontram de novo abandonadas.

Citando apenas exemplos recentes:

Abandonados os 300 ha da Herdade do Almargem em Arraiolos. Abandonados os 300 hectares da Herdade do Rabacal em Montemor-o-Novo. Abandonados os 300 hectares da Herdade das Caneleiras em Viana do Alentejo. Abandonados os 439 ha da Herdade dos Oliveiras em Évora. Abandonados os 230 ha da Herdade das Barbeiras de Cima em Portel. Abandonados os 572 ha da Herdade St.º Isidro de Beja. Abandonados os 56 ha da Herdade Pedro de Moura da Amareleja.

É isto acção dum governo que se possa reconhecer como um governo do Portugal democrático? Não. Isto é a acção dum bando de usurpadores sem vergonha e sem lei.

A ofensiva do governo «AD»/P. Balsemão contra a reforma agrária não se pode considerar como uma política legítima, mas como uma série de verdadeiros crimes. Crimes contra conquistas democráticas consagradas na Constituição. Crimes contra a economia nacional. Crimes contra os direitos dos trabalhadores. Crimes contra a Constituição. Crimes contra a legalidade.

A ofensiva inconstitucional, ilegal, brutal e criminosa que sucessivos governos têm desenvolvido contra a reforma agrária não será esquecida, nem perdoadada, nem tida por consumada, nem reconhecida.

A reacção acabará por ir para a rua. Os crimes serão reparados. A reforma agrária seguirá em frente.

O governo e todas as forças reacçãoárias estão a suscitar o Alentejo dos tempos do fascismo, o Alentejo em que por um lado há terras abandonadas e por outro milhares de trabalhadores desempregados; o Alentejo em que de um lado há famílias de grandes senhores vivendo na opulência e do outro famílias de trabalhadores vivendo na fome e na miséria; o Alentejo em que a única resposta às reclamações dos trabalhadores é a repressão, é a GNR, são as perseguições, os espancamentos e os assassinatos.

Os trabalhadores não consentirão que os reacçãoários de novo instalem esse Alentejo de maldição.

Os trabalhadores garantirão a continuidade do Alentejo que é motivo de orgulho para todo o povo português. O Alentejo de um heróico proletariado agrícola que jamais se curva à exploração, à adversidade, à repressão. O Alentejo combatente e revolucionário. O Alentejo do trabalho criativo do povo. O Alentejo de Abril. O Alentejo dessa gloriosa realização histórica que é a reforma agrária.

A reforma agrária retomará o seu curso

A reacção tem o governo e tem maioria na Assembleia da República. Mas o povo, quando unido e determinado à luta, é mais forte que a reacção. Bem o têm mostrado as grandiosas greves de norte a sul do país. Bem o mostrou a jornada de 16 de Abril em que a unidade

inquebrantável dos trabalhadores da Reforma Agrária ficou bem evidente na paralisação seguida a 100%. Bem o mostraram as grandiosas jornadas do 25 de Abril. Bem o mostraram as jornadas incomparáveis do 1.º de Maio, das maiores se não as maiores de sempre.

Em contraste com o dinamismo, com o poder crescente, com o entusiasmo e a confiança do movimento popular, em poucos meses a «AD» perdeu grande parte da sua base de apoio social, política e eleitoral. Se os trabalhadores se mantiverem unidos e em luta, a reacção será derrotada, Balsemão irá para a rua, e abrir-se-á o caminho para a formação de um governo democrático que, entre outros aspectos da sua política democrática, reponha a legalidade e assegure o prosseguimento da reforma agrária.

É lamentável que, num momento em que a «AD» dá fortes sinais de enfraquecimento, Mário Soares persista no seu anticomunismo e queira de novo arrastar o PS para alianças com a direita.

Já se fala numa aliança de Mário Soares e do PS com a «AD» para a revisão constitucional, o que a consumir-se significaria sem qualquer dúvida um sério golpe no regime democrático.

Já se fala numa aliança de Mário Soares e do PS para a «AD» para retirar ao Presidente da República muitos dos seus actuais poderes, entre os quais o de designar os chefes dos Estados Maiores — o que, a consumir-se, significaria uma golpe para desestabilizar os órgãos do poder, as forças armadas e o regime.

Já se fala numa aliança de Mário Soares e do PS para, nas eleições de 1983, tentar expulsar o PCP das autarquias — o que a consumir-se, significaria uma ameaça séria para o poder local e o seu carácter democrático.

O povo alentejano, os democratas alentejanos, entre os quais certamente numerosos socialistas, não se deixarão enganar nem arrastar por novas alianças do PS com a direita. No que respeita às autarquias, trabalharemos para que nas próximas eleições de 1982 ou 83, os votos no PCP e na APU, designadamente no Alentejo e distrito de Setúbal, sejam mais ainda do que os votos de 1979.

Trabalharemos para que voltemos a ter maioria absoluta dos votos, de forma a assegurarmos também maioria de lugares da APU nas autarquias, nas Câmaras Municipais, Assembleias Municipais e Freguesias, e por essa forma assegurar o poder local democrático e a defesa dos interesses das populações.

Quanto ao governo, não pensemos os reacçãoários e oportunistas que tudo se resolve e resolverá no segredo dos gabinetes e nas negociações políticas dos chefes. O povo tem também uma palavra a dizer. Para já, tendo por si a verdade, a legalidade, a Constituição, os interesses nacionais, proclama firmemente que a luta continua e Balsemão deve ir para a rua!

Voltando à reforma agrária, o PCP apoia firmemente as justas reclamações das UCPs/Cooperativas dos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Setúbal e Santarém.

Fim imediato das reservas e de toda a ofensiva! Não às terras abandonadas! Não ao desemprego! Sim ao trabalho! Sim à produção! Devolução aos trabalhadores e agricultores das terras usurpadas! Pagamento às UCPs/Cooperativas das dívidas do Estado! Abertura de créditos às UCPs/Cooperativas! Livre comercialização da cortiça! Expropriação do latifúndio! Unidade e luta por um governo democrático ao serviço do povo e do País!

A ofensiva contra a reforma agrária tem sido violenta e brutal, mas não conseguiu ainda destruí-la e lutaremos para que não o consiga.

Tres dados são essenciais para avaliarmos a situação.

Primeiro: Ainda estão de pé mais de 400 UCPs/Cooperativas.

Este número, comparado com o número máximo de UCPs/Cooperativas que chegou a existir, significa, é certo, que muitas dezenas de UCPs foram liquidadas, além de que inclui UCPs/Cooperativas que depois de espoliadas das suas terras, gados, máquinas e outros bens ficaram com uma viabilidade muito reduzida.

Mas significa também que a maioria esmagadora das UCPs/Cooperativas continuam o combate, com os pés firmes na terra, podendo em qualquer momento retomar a ofensiva, com confiança em que a reforma agrária vencerá.

Segundo: Ainda trabalham nas UCPs/Cooperativas mais de 25.000 trabalhadores.

Este número, comparado com o número de postos de trabalho que a reforma agrária, antes da ofensiva contra-revolucionária tinha conseguido assegurar, significa, é certo, que, com a ofensiva, foram lançados no desemprego dezenas de milhares de trabalhadores, começando pelas mulheres.

Mas significa também que um sólido núcleo de trabalhadores, aos quais há que somar muitos outros cujas actividades se ligam com as das UCPs e muitos milhares de membros das suas famílias, constituem um sólido núcleo combatente que, com o apoio das massas, está em condições de conduzir o combate até à vitória.

Terceiro: Os trabalhadores têm ainda nas suas mãos mais de meio milhão de hectares de terra.

Este número significa, é certo, que mais de metade da terra expropriada, lhes foi já roubada. Este número inclui também, é certo, elevada percentagem de terra mais fraca, dado que muitas das melhores terras (sobretudo as de regadio) têm sido roubadas às UCPs/Cooperativas para serem entregues aos latifundiários.

Mas significa também que a reforma agrária continua com uma sólida base donde pode partir à contra-ofensiva.

O povo português não pode reconhecer e não reconhecerá como facto consumado a restauração dos latifúndios expressamente proibida pela Constituição.

Os latifúndios reconstituídos por decisões e acções inconstitucionais e ilegais do governo são situações de facto e não de direito. São situações provisórias a ser revistas e corrigidas na primeira ocasião.

Nós lutamos para que, logo que seja reposta em Portugal a legalidade democrática, todas as terras roubadas às UCPs/Cooperativas a coberto das chamadas reservas e entregues aos agrários para a restauração de latifúndios voltem imediatamente para a posse dos trabalhadores da reforma agrária, para a posse das UCPs/Cooperativas às quais pertenciam.

Que voltem para as UCPs/Cooperativas máquinas, gados, instalações e outros bens que lhes foram roubados ou que as UCPs/Cooperativas sejam justamente indemnizadas quando os bens roubados não puderem ser encontrados.

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária, que se realizará nos dias 30 e 31 de Maio, e que entrou já nos trabalhos preparatórios, é uma poderosa afirmação da determinação da luta dos trabalhadores da reforma agrária e da sua confiança no futuro.

Os trabalhadores da reforma agrária propõem-se aumentar e diversificar a produção, transformar a atrasada agricultura do latifúndio numa agricultura desenvolvida e progressista, dar um impulso radical à produção pecuária, aumentar a área de regadio, e dar por essa forma uma contribuição decisiva para o melhoramento das condições de vida do povo, para o aumento dos postos de trabalho, para o desenvolvimento e progresso da agricultura e da economia nacionais, para a diminuição das importações, o aumento das exportações e o correspondente reequilíbrio da nossa balança comercial e de pagamentos.

Garanta-se a terra nas mãos das UCPs/Cooperativas, assegure-se crédito, apoio técnico e uma justa política de comercialização e de preços e a reforma agrária está em condições de criar incomparavelmente mais riqueza para bem do povo português e de Portugal.

A reforma agrária é obra dos trabalhadores do Alentejo e Ribatejo. Mas é do interesse do povo inteiro da pátria portuguesa.

A reforma agrária recebeu sérios golpes. Mas ferida e sangrando das feridas da contra-revolução, a reforma agrária continua de pé e combatendo. Continua resistindo com coragem, defendendo as suas conquistas palmo a palmo e confiante em que conseguirá finalmente sustentar definitivamente a ofensiva reacçãoária, passar à contra-ofensiva e levar finalmente por diante a reforma agrária até à sua realização completa.

A reforma agrária mostrou aos olhos de todos aqueles que querem ver, que o verdadeiro caminho da democracia portuguesa, o único caminho que pode assegurar a liberdade, os direitos dos cidadãos, o desenvolvimento progressista, a justiça social, — é o caminho do socialismo.

A luta do povo acabará por atirar para a rua e para o caixote do lixo da história o governo reacçãoário, e levará finalmente ao governo democratas verdadeiros que ponham em prática uma política verdadeiramente democrática, de que a realização da reforma agrária será inevitavelmente parte integrante.

A luta é prolongada e difícil. Mas estamos absolutamente certos de que a reforma agrária vencerá, os latifúndios serão liquidados de uma vez para sempre, e toda a terra dos latifúndios será entregue a quem trabalha.

Desde há longos anos, desde os tempos duros da clandestinidade durante a ditadura fascista, o PCP que comemorou este ano o seu 60.º aniversário, sempre se identificou com os interesses, aspirações e objectivos dos trabalhadores que são raiz da força, da consciência, da organização e do combate dos comunistas portugueses.

O PCP é o único partido que, sem qualquer hesitação, tem empenhado os seus esforços na realização, na defesa e na continuação da reforma agrária.

Podeis estar absolutamente certos de que o PCP seguirá sempre firmemente o glorioso caminho marcado por uma luta incessante e heróica, por sofrimentos, por torturas, pelo sangue dos seus militantes, como foi, entre tantos outros, o caso de Catarina a cuja memória hoje aqui prestamos homenagem.

Viva a reforma agrária!
Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas!
Viva o Partido Comunista Português!



Trabalhadores

Governo ameaça nacionalização da Tabaqueira

A Comissão de Trabalhadores da Tabaqueira, que comemorou recentemente o 6.º aniversário da nacionalização, num comunicado alusivo à data chama a atenção de todos os trabalhadores «para o facto de o Governo AD/Balsemão estar a tentar novamente alterar a lei da delimitação dos sectores público e privado» no que revela uma vez mais «a sua predisposição para entregar a grupos financeiros nacionais e internacionais os sectores nacionalizados susceptíveis de possibilitar lucros». No que respeita à Tabaqueira, a CT afirma, designadamente, que o Governo AD/Balsemão, através do seu conselho de gerência, tenta por todos os meios dar a machadada na nacionalização da empresa.

Encerrar a Fábrica de Cabo Ruivo

Entre as acusações que a CT faz ao Governo avulta «o propósito de encerramento da Fábrica de Cabo Ruivo». Segundo aquela organização representativa dos trabalhadores esse propósito faz parte do relatório do conselho de gerência relativo ao ano findo. Entretanto e tendo em vista esse objectivo, foram reformados antecipadamente 197 trabalhadores «com um dispêndio para a empresa de 60 164 690\$00 só em indemnizações». A CT, que repudia qualquer tentativa de privatização e exorta todos os trabalhadores a acompanhá-la na defesa dos postos de trabalho e da economia nacional, chama ainda a atenção para «os prejuízos que as multinacionais Philip Morris e Reynolds deram no ano de 1980» à Tabaqueira e sobre os quais o conselho de gerência continua a não dar as explicações legalmente solicitadas pela CT.

Suspensão na Cabos Ávila

Em represália pela participação como membros da Comissão Negociadora Sindical nas negociações de um novo Acordo Colectivo de Trabalho, a administração da Cabos Ávila ameaça suspender dois delegados sindicais, à semelhança, aliás, do que já fez com uma trabalhadora que desempenhava essas funções na empresa. Segundo o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, «a trabalhadora atingida por mais esta arbitrariedade do patronato da Cabos Ávila ignora ainda se a administração tentará uma desqualificação de funções ou se pretenderá colocá-la na inactividade por tempo indefinido, prática repressiva usual na empresa como forma de boicotar a actividade sindical».

«Campo de concentração»

Num acto de protesto e de repúdio vigoroso contra a escalada repressiva que atinge os delegados sindicais na empresa, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas intervirá mais uma vez junto da Inspecção do Trabalho, a quem irá ser pedido para actuar com firmeza, «o que nem sempre tem acontecido» nesse local de trabalho que conta com uma polícia privada de cerca de oito dezenas de ex-comandos para reprimir os trabalhadores e onde o ambiente é de tal ordem que aqueles que lá trabalham o designam na gíria do quotidiano por «campo de concentração».

Várias formas de luta, incluindo numerosas paralisações têm sido postos em prática pelos trabalhadores para combater essa situação.

Metalúrgicos Fusão no Sul

Na sequência do processo de fusão a que nos referimos no número anterior, os metalúrgicos e metalomecânicos do Sul (Alentejo, Faro e Setúbal) reúnem-se hoje, 21 de Maio, na «primeira assembleia plenária vertical dos Sindicatos que estão integrados no processo de fusão». Ao anunciar a realização da Assembleia, a União dos Sindicatos de Setúbal recorda que em 12 do corrente se reuniram no Barreiro 150 delegados sindicais em representação de 23 empresas do distrito de Setúbal. A assembleia de delegados congratulou-se com o processo de fusão e ocupou-se, entre outros pontos, do Contrato (CCTV) em curso de revisão.

Norte — Várias lutas

Após reclamação junto do Governo, que lhes prometera a atribuição do subsídio de gásóleo, a única «resolução» que os pescadores de Vila Chã obtiveram até agora, inclusivamente depois de se deslocarem a Lisboa, foi a de que o subsídio não seria atribuído porque Vila Chã é uma praia turística.

Nas Lousas do Valongo, em luta por aumentos de salários e outras regalias, os trabalhadores têm paralisado, com uma adesão superior a 70 por cento, todas as terças, quartas e quintas-feiras desde 31 de Março. Devido à luta e à solidariedade o patronato já subiu de 10 para 20 por cento a sua proposta inicial. Os trabalhadores exigem aumentos da ordem dos 30 por cento a atribuir por fases entre Maio e Julho.

A empresa industrial do Mindelo, apesar da legalidade comprovada no local pela Inspecção do Trabalho, proibiu a realização de plenários na empresa. Apesar de verificada a ilegalidade o Ministério do Trabalho nada fez para repor a lei.

Na Centralcer-Unicer os trabalhadores irão para a greve (4 horas por turno durante 3 dias) se o ACT acordado e depositado desde Março acabar por sair sem a especificação de carreiras e categorias profissionais.

Nas Rendas Primor há salários em atraso. Desde Abril de 1980 que cerca de 300 trabalhadores estão sem salários nem subsídios. Na Empresa Industrial das Hortas (Santo Tirso) o pagamento dos salários é feito com atraso. Direitos dos trabalhadores não são respeitados.

Na Facar, trabalhadores respondem com paralisação espontânea à prepotência patronal quanto a direitos e liberdades sindicais e de organização. Adesão superior a 50 por cento. Em todos estes casos e em muitos outros, individuais e colectivos, os Sindicatos actuam com os meios legais ou seu dispor e com a intervenção directa nos locais de trabalho.

SAST — fusão no Sul

Pela fusão prevista das associações sindicais dos trabalhadores agrícolas dos distritos de Portalegre, Évora, Santarém, Beja, Setúbal e Castelo Branco será constituído um novo sindicato agrícola no sul do País, que certamente adoptará o nome de Sindicato da Agricultura ao Sul do Tejo (SAST).

A constituição será decidida em assembleias descentralizadas nos dias 6 e 7 de Junho próximo, em 51 localidades dos distritos mencionados. As datas e os locais das assembleias já foram anunciadas em comunicado pela comissão promotora do SAST.

Conserveiras

Inserido na preparação do Congresso da Mulher, que a CGTP-IN vai organizar em 1982, decorreu no último domingo em Setúbal o Encontro das Mulheres Conserveiras do distrito. Além de uma resolução aprovada no sentido da mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras do sector em torno dos objectivos do movimento sindical unitário e do reforço da organização, as conserveiras, ao mesmo tempo que se dispõem a reforçar a luta em defesa da Constituição, contra o aumento do custo de vida, pelo cumprimento dos contratos colectivos e pela solução imediata dos casos Jódice Fialho, Sereia e Alberto Soares Ribeiro, apontam como tarefas prioritárias a eleição de delegados ou delegadas sindicais em todas as fábricas, a eleição de comissões de trabalhadores e a formação de comissões de mulheres.

Juventude de Setúbal

Numerosas intervenções de jovens trabalhadores de todos os concelhos abrangidos concorreram para um animado e proveitoso debate que preencheu a maior parte dos trabalhos do Encontro da Juventude Trabalhadora do Distrito de Setúbal, que reuniu cerca de um milhar de jovens, muitos deles apresentando casos concretos, experiências vividas que permitiram avaliar o grau de complexidade dos problemas e dificuldades que atingem a grande massa dos jovens e as discriminações que enfrentam. A resolução final do Encontro consagra a unidade em torno da CGTP-IN como forma de abrir caminho para a resolução dos problemas e para o reforço da unidade e da organização dos jovens nas empresas e nos sindicatos. Depois do Encontro houve um baile animado pelo conjunto «Eléctrico».

Calendário de luta cumpre-se na FP

- 3 sindicalistas em tribunal
- Não ao Decreto dos salários
- Ministro adia audiência marcada para ontem
- Governo é incompetente para legislar sobre matérias da FP

Dois membros da direcção do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul e Açores e um elemento da direcção do Sindicato dos Enfermeiros do Sul e do secretariado da União dos Sindicatos de Lisboa foram detidos e identificados pela PSP quando se encontravam como já amplamente foi divulgado, com mais 9 dirigentes sindicais da Frente Comum à espera de serem recebidos pelo ministro da Reforma Administrativa, na tarde de quarta-feira da semana passada, em frente às instalações daquele Ministério em Lisboa. A detenção e o posterior envio a tribunal de polícia daqueles dirigentes sindicais, respectivamente José Graça Dias, Joaquim Serra e Maria Teresa de Almeida e Sousa, foram repudiados

veementemente por todo o movimento sindical unitário. A CGTP-IN, em comunicado com a data em que aqueles trabalhadores foram detidos e dispersos os restantes, afirmava a dado passo que «o Governo Balsemão não cumpre a Constituição, nem a Convenção 151 da OIT, que garantem a negociação colectiva a estes trabalhadores (da Função Pública) e tenta impor-lhes de forma unilateral (o Decreto-Lei com salários seria publicado no "Diário da República" de 19 do corrente) tabelas salariais e outras condições de trabalho e persiste na atitude prepotente e arbitrária de não receber nem dialogar com os representantes dos trabalhadores».

Esta intervenção policial feita a pedido do Ministério da

Reforma Administrativa e a posterior detenção "por desobediência" dos 3 sindicalistas (desobediência já desmentida pela Comissão Negociadora Sindical e pela



Pormenor dos 3 «réus» na primeira sessão do julgamento que iria prolongar-se por mais duas. Deputados do PS, ASDI e PCP compareceram, bem como dirigentes sindicais e muito público

Frente Comum dos Sindicatos) desencadeou um vasto, sincero e activo movimento de solidariedade que reforçou indiscutivelmente a luta dos trabalhadores da Função Pública e as suas reivindicações, que têm toda a legitimidade, designadamente a luta pelo direito constitucional de negociar e de ser ouvido nos problemas que lhes respeitam directamente.

Foi precisamente neste sentido que a CNS escreveu uma carta ao Primeiro-Ministro. Com data de 14 do corrente, nessa carta se reitera junto daquele membro do Governo a posição segundo a qual "há soluções possíveis para o actual conflito, desde que o Governo esteja disponível para reabrir um diálogo que temos por todos os meios insistentemente procurado".

Numa conferência de im-

prensa, anteontem, 18, de manhã, a CNS recusava liminarmente o Decreto-Lei com os aumentos que não chegam aos 11 por cento, que não inclui os retroactivos a Janeiro, e para a elaboração do qual não houve as negociações pelas quais a Frente Comum, que representa 90 por cento dos trabalhadores da Função Pública continua a bater-se. A quinzena de luta mantém-se, inclusivamente como de início estava marcada até ao dia 22 do corrente, e a adesão certamente não diminuirá apesar de o ministro da Reforma Administrativa ter acabado por "consentir" em receber os representantes dos trabalhadores no dia 20, ontem, portanto.

Posteriormente a audiência foi adiada. Pouco antes da hora marcada, o ministro escusou-se. Mas na conferência de imprensa

de anteontem, um dos dirigentes sindicais presentes afirmava que essa entrevista pedida há mais de dois meses não dá garantias de negociação susceptíveis de superar o conflito.

Sabe-se nomeadamente pela imprensa diária que o conflito e luta na Função Pública, incluindo a intervenção do ministro Eusébio de Carvalho na TV, unanimemente considerada cautelosa para todo um importante e prestigiado sector de actividade, levaria o secretário de Estado da Reforma Administrativa, Lopes Raimundo, a pedir a demissão, pedido que confirmou posteriormente em meados do corrente mês de Maio junto do chefe do Governo.

A atitude "AD"/Balsemão para com os trabalhadores da Função Pública, que rondam os 400 mil em todo o País, é a prova indelmentível do seu divórcio das realidades criadas pelas massas trabalhadoras nos últimos sete anos. Uma recusa, por vezes sem nexo, em aceitar normas constitucionais e preceitos seguidos internacionalmente em relação à Função Pública leva a pensar que o ministro da "Reforma Administrativa" a quer levar longe demais e invadir campos que indubitavelmente não lhe pertencem, como seja a Lei Fundamental do País, a Constituição, que o procedimento ministerial arruma para um canto como se fosse coisa velha e sem valor. Felizmente os trabalhadores, e neste caso os da Função Pública, continuam a demonstrar que não.

O que é o «mero facto» para o Governo

● Ainda a Resolução "AD" para desnacionalizar a RN

público prestado pelo sector. "felicidade" que a direita não pôde explorar politicamente como lhe conviria nessa época e tudo fez para conseguir.

Quarto comentário: Citando o plenário já referido nos artigos do "Avante!" de 7 e 14 do corrente, é falso, por outro lado, que "actividades como captação e venda de águas, estabelecimentos de ensino, empresas cinematográficas, etc. sejam geridas directamente pela RN, como acontece com as actividades complementares".

Actividades "complementares" e actividades "acessórias"

A empresa pública Rodoviária Nacional tem naturalmente um Estatuto. Aprovado por um Decreto-Lei (427-J/76, de 1 de Junho) esse documento em vigor não retirou à RN, como quer o Governo, "o exercício de outros ramos de actividade comercial ou industrial" (ponto 6 da Resolução 43). O exercício de tais actividades é expressamente permitido à RN pelos artigos 2.º e 4.º dos mesmos Estatutos.

A primeira dessas disposições em vigor diz, palavra por palavra, o seguinte: A RN poderá exercer actividades acessórias relacionadas com o objectivo principal.

Parece que só para este Governo (sempre "infeliz" na escolha de falsos pretextos) as tais actividades acessórias não são complementares, nem estão relacionadas com os transportes. Assim sucederia com o turismo, o transporte de mercadorias, as actividades transitórias que o Governo AD/Balsemão quer devolver (entre outras) ao grande capital financeiro que designa sem rigor por actividade, ou iniciativa privada.

No entanto, as alíneas b) e c) do citado artigo 4.º dos Estatutos da RN-EP permitem ainda o seguinte:

b) explorar directamente (...) quaisquer outras operações acessórias do transporte rodoviário; c) exercer outras actividades complementares ou subsidiárias da exploração rodoviária.

Repare-se: complementares ou subsidiárias dizem os Estatutos da RN. Estatutariamente, não se estabelece qualquer diferença entre actividades complementares e actividades subsidiárias. O Estatuto da RN não permite que a empresa seja despojada de actividades complementares, acessórias ou subsidiárias. Quem

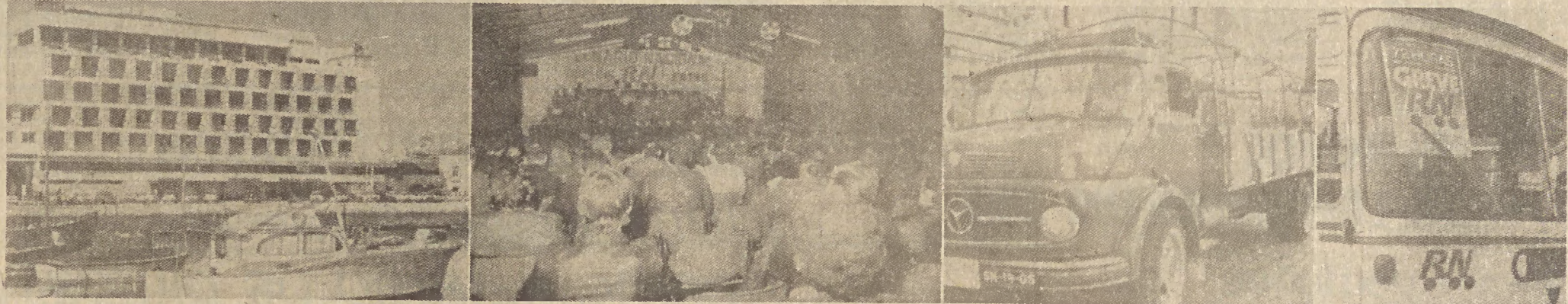
arbitrariamente estabelece diferenças entre essas actividades é o Governo, em benefício dos interesses que já referimos repetidamente e que nada têm a ver com os interesses da população, dos utentes ou dos trabalhadores.

Mas passemos ao ponto seguinte que é o último da série.

O que sucederia na prática aplicando a Resolução

O Conselho de Ministros definiu quais as medidas práticas que os ministros dos Transportes, das Finanças e do Plano devem aplicar contra a RN como empresa nacionalizada. Num prazo de 180 dias (A Resolução 43 é datada de 17 de Fevereiro de 1981 e foi publicada no "Diário da República", I série, n.º 54, de 6 de Março findo) a RN deveria ficar sem todas as suas actividades, que o Governo considera complementares; os seus Estatutos deveriam ser revistos por forma a retirar à empresa todos os transportes lucrativos de mercadorias, como sejam os TIR, os Transportes Especiais; o Longo Curso, etc.; só ficaria nacionalizada a distribuição ao domicílio, actividade que não é rentável; pagar à antigos patrões empresas que adquiriram a preços especulativos; rever o Acordo de Saneamento Económico e Financeiro (ASEF), assinado entre a RN e o Estado em 1978, de tal modo que as indemnizações compensatórias a pagar pelo Estado fossem calculadas não com base no custo dos lugares por quilómetros pela empresa, mas sim com base nos lugares utilizados pela população, o que passaria a ser designado por "taxa de ocupação" consideravelmente inferior, pondo assim em perigo a existência da empresa e obviamente os postos de trabalho e os salários dos trabalhadores; o sistema de concessões seria totalmente revisto — o objectivo seria beneficiar as empresas privadas em prejuízo da RN — com base num dos primeiros pontos da Resolução onde se estabelece que "a reestruturação do Sector Empresarial do Estado deverá traduzir a preocupação de só garantir a concretização das actividades não satisfeitas pelo sector privado".

A luta persistente dos trabalhadores da RN e a solidariedade e compreensão que têm merecido evitou até agora que fossem aplicadas as "medidas práticas" que o Conselho de Ministros definiu em Fevereiro para a RN.



Turismo, transporte de carga e outras actividades lucrativas na mira do capital financeiro. Na primeira imagem, o Hotel Eva, em Faro, que é um dos alvos principais do lucro privado

Na Progresso Mecânico por direitos essenciais

● Nova semana de luta

Grandes empresas, com centenas e mesmo milhares de postos de trabalho, como a Progresso Mecânico, a Lisnave, a Fislpe e praticamente todo o sector da construção naval tem tido actuações nada conformes com a responsabilidade exigida a um patronato ou a gestores, que têm pelo menos a estrita obrigação de saber que a organização dos trabalhadores funciona dentro e fora das empresas. E mais: que essa organização actua naturalmente com toda a força ao seu alcance quando estão em jogo direitos essenciais, garantias conquistadas, postos de trabalho, custo de vida, salários e outras remunerações.

Não parece porém ser essa uma responsabilidade assumida por patrões, gestores e administrações quando se trata de evitar o recurso a formas de luta. Sempre que sindicatos, trabalhadores e os seus representantes privilegiam o diálogo recebem em troca portas fechadas, manobras favoráveis ao divisionismo, «recetas» inaplicáveis contra a unidade dos trabalhadores e contra o funcionamento dos seus organismos representativos. É essa pelo menos a posição mais frequente e a mais comum entre os dirigentes das grandes empresas.

A Fábrica Progresso Mecânico, do ramo metalúrgico, que emprega na casa-mãe cerca de 370 trabalhadores (insta-

lações em Santo Amaro e na Portela da Ajuda) resolveu recentemente aumentar apenas uns dez por cento do seu pessoal com uma média de 6 contos mensais. Os restantes, apesar de existir um acordo tácito com a administração, que não excluía ninguém das revisões anuais, não receberam um tostão.

No género do aumento selectivo, destinado evidentemente a lançar a divisão, a provocar conflitos e a chamar ao «redit» do patronato alguns laicaos, será difícil encontrar melhor.

No entanto, existe na empresa uma comissão de trabalhadores (CT) e foram eleitos recentemente delegados sindicais. O patronato tem interlocutores. Mas estes afirmam, designada-

mente no que respeita aos últimos:

«Na primeira reunião que fizemos com a administração da empresa foi-nos perguntado se pretendíamos a chave da fábrica». (a provocação é evidente). «Os trabalhadores responderam que pretendiam sim era que fosse feita justiça e aceites as nossas justas reivindicações».

E estas constam de um caderno reivindicativo que a administração se recusa a negociar. Confrontados com essa posição, os Plenários decidiram-se pela greve.

Depois das paralisações de 4 horas nos dias 4, 8, 11 e 12 do corrente, que contaram com uma adesão de 96 por cento, sem que a administração desse mostras de pretender negociar e revogar sobretudo os aumentos selectivos, os trabalhadores decidiram-se novamente em plenário por uma semana de luta (18 a 22 inclusive) parando duas horas de manhã e 2 de tarde.

Forte papel na luta têm tido as trabalhadoras não apenas pela adesão, mas também pela solidariedade nas zonas das fábricas.

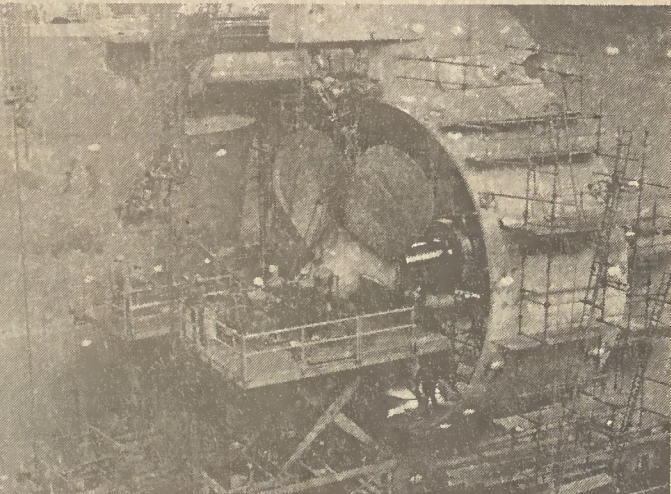
De salientar ainda é a paralisação conjunta dos quadros técnicos que aderiram à luta unitária pela justiça manifesta das reivindicações.

A solidariedade da população próxima das fábricas tem tido a contrapartida da informação sobre os objectivos da luta através de comunicados difundidos também por outras empresas que manifestaram a sua solidariedade, como a Camis, a Lisnave. No alto de Santo Amaro sede de uma das fábricas, principalmente por iniciativa das mulheres surgiu um abaixo-assinado contra a posição patronal e apoiando os trabalhadores em luta por um caderno reivindicativo, pelo direito à negociação.

A Progresso Mecânico é vulgarmente conhecida pelo nome do patronato, Francisco José Simões, Ld., ao que se diz um nome com prestígio entre os consagrados na Confederação do grande patronato, a CIP.

O que se conseguiu para já na Lisnave

Na Lisnave já as coisas correm de outra maneira. Embora



Na Lisnave como em todo o sector da construção naval, na metalurgia e metalomecânica, o patronato, os seus representantes, gestores e administradores participam activamente na corrida contra direitos essenciais dos trabalhadores

a intransigência se manifeste de início e obrigue os representantes dos trabalhadores a marcar paralisações, a administração acaba por negociar.

Uma das greves recentes acabou por ser desconvoada antes do termo. A luta não terminou na empresa, mas as negociações avançaram. Alguns dos pontos que mais interessam aos trabalhadores estão ainda por negociar. Daí o endurecimento da luta previsto no último plenário.

No entanto, a administração, segundo comunicado recente da Comissão Geral de Trabalhadores e do secretariado da Comissão Intersindical,

garantiu que se iria discutir, designadamente e entre outras questões de relevo, o futuro dos refeitórios e a «garantia dos postos de trabalho»; a «compra e criação de empresas para o sr. Mello com os dinheiros da Lisnave; a decomposição salarial; a redução de escalões; novos valores e nova política na tabela salarial»; a «tabela dos quadros técnicos; admissão de jovens; diuturnidades de casa para valores e anos mais realistas; melhorar os valores para os reformados e pensionistas; manter a eleição do encarregado geral que é um direito adquirido pelos trabalhadores; não aceitar a retroactividade a partir de Julho».

SEMANA Internacional

13 Quarta-feira



R. Barre demite-se

O Papa João Paulo II é ferido gravemente num atentado a tiro perpetrado em plena Praça de S. Pedro por um indivíduo de nacionalidade turca, Mehmet Ali Agca, de 23 anos, procurado no seu país por assassínio do director de um jornal de esquerda e ligado a círculos internacionais de extrema-direita. O general espanhol Marcelo Aramendi Garcia morre no seu gabinete em consequência do disparo da sua própria pistola, em circunstâncias que indicam um acto suicida. A Síria anuncia que abateu ontem na parte oriental do Líbano um aparelho teleguiado da Força Aérea sionista de Israel. A junta fascista salvadorenha pede aos EUA novos helicópteros de combate; entretanto, e contrariando a vontade da administração Reagan, a Comissão de Relações Externas do Senado norte-americano aprova uma imposição de restrições à ajuda militar a El Salvador. O primeiro-ministro francês, Raymond Barre, apresenta a demissão do seu governo, na sequência da vitória do socialista François Mitterrand no passado domingo.

14 Quinta-feira



Um romeno no espaço

Um outro patriota irlandês, Brendan McLaughlin, entra em greve da fome na prisão de Maze, em Belfast, substituindo o seu companheiro Francis Hughes, que antetem morreu vítima da intransigência do governo de Margaret Thatcher. E lançada a nave «Soyuz-40» levando a bordo os astronautas Leonid Popov, soviético, e Dumitru Prunariu, romeno, que irão acoplar ao sistema orbital «Saliut-6». Após uma intervenção cirúrgica de mais de quatro horas, o estado do Papa João Paulo II é considerado estável. A rádio síria denuncia a deslocação do emissário norte-americano Philip Habib a Damasco como uma tentativa de impor à Síria as condições sionistas sobre a situação no Líbano. A polícia espanhola informa que morreram dois guardas civis e outro ficou gravemente ferido numa emboscada no País Basco, semelhante a outras seis executadas pela ETA.

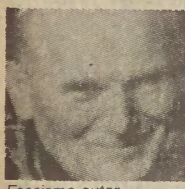
15 Sexta-feira

Os responsáveis policiais e magistrados italianos que investigam o atentado a João Paulo II afirmam que pode ser provado documentalmente que o atentado praticado contra o Papa foi organizado por um grupo internacional com propósitos subversivos; entretanto as autoridades turcas revelam novos e abundantes elementos que denunciam ligações do agressor com o partido fascista turco. A Síria acusa Israel de estar a preparar uma nova guerra no Médio Oriente tomando como pretexto a situação que o próprio governo sionista provocou no Líbano. O Conselho Constitucional de França proclama oficialmente o socialista François Mitterrand Presidente eleito da República, em substituição de Giscard d'Estaing. Os 50 países do Grupo Africano da ONU denunciam a visita do ministro dos NE do governo racista sul-africano, «Pik» Botha, aos EUA, como uma manifestação de desprezo da administração Reagan pela opinião pública internacional.

16 Sábado

O Partido Comunista Japonês afirma possuir provas de que os EUA estão a amazenar armas nucleares numa base do Sul do Japão, apesar das proibições do governo japonês. Agravando-se a situação dos dois irlandeses em greve da fome há 57 dias, enquanto o governo de Margaret Thatcher se mantém intransigente no não reconhecimento do estatuto político aos presos do IRA. Enquanto a Força Aérea sionista volta a violar o espaço aéreo libanês, sobrevoando Beirute, a Síria reafirma que não retirará os seus mísseis terra-ar do Líbano e declara aos Estados árabes que não podem ficar neutros no diferendo com Israel.

17 Domingo



Fascismo autoritário

Em comentário à situação no Médio Oriente, o «Pravda» afirma que pode estar iminente uma guerra em larga escala entre Israel e a Síria, responsabilizando as autoridades israelitas pela situação criada e afirmando que a Síria tem toda a legitimidade para colocar mísseis anti-aéreos no Líbano; entretanto a Arábia Saudita e o Irão, secundando igual posição já tomada pelo Iraque, pronunciaram-se a favor da Síria e manifestam a disposição de apoiar este país se sobrevier um conflito com os sionistas. As autoridades italianas deixam de ter dúvidas quanto às ligações do autor do atentado ao Papa João Paulo II com a «Internacional Negra» fascista, ordenando que se concentrem as buscas nas ligações do terrorista turco aos grupos fascistas organizados em diversos países da Europa.

18 Segunda-feira

Um populoso acampamento de refugiados palestinos no Líbano é violentamente bombardeado enquanto a capital libanesa volta a mergulhar em grande violência desencadeada pelas milícias direitistas, apoiadas pelos sionistas de Israel. Os italianos votam maciçamente «não» cinco referendos que pretendiam, nomeadamente, alterações à lei do aborto em vigor há três anos. O Vietname acusa a China de provocações armadas ao longo da sua fronteira comum e de penetração em território vietnamita; entretanto o jornal sindical chinês «Diário dos Trabalhadores», afirma que a abertura gradual do país ao Ocidente desde o falecimento de Mao Tsé Tung há cinco anos, exerceu uma «influência direitista» na vida política da República Popular da China. Elementos da Guarda Civil que participaram no assalto ao Parlamento espanhol em Fevereiro passado são punidos por terem visitado o tenente-coronel Tejero, sem autorização; Tejero, que comandou o assalto, está detido numa prisão militar em El Ferrol, na Galiza. O Papa João Paulo II, que celebra hoje o seu 61.º aniversário, sai da Unidade de Tratamentos Intensivos para um quarto particular, considerando o seu médico assistente que «está a melhorar e parece que vai ficar bom». O «Daily News» de Nova Iorque, citando «fontes confidenciais» de Washington, afirma que o governo do presidente Reagan prepara secretamente a queda do coronel Gaddafi, chefe do Estado líbio.

19 Terça-feira

Na Irlanda do Norte, enquanto os patriotas Raymond McCreesh e Patrick O'Hara entram no 59.º dia de greve da fome na cadeia de Maze, cinco soldados britânicos morrem em consequência da explosão de uma mina que destruiu o veículo blindado com que faziam uma patrulha nas proximidades da fronteira com a República da Irlanda (Eire). Devido às crescentes invasões e ameaças belicistas dos sionistas contra o Líbano, é marcada uma reunião de emergência do Conselho da Liga Árabe, na próxima sexta-feira em Tunes. A primeira-ministra britânica Margaret Thatcher demite o ministro da Marinha, Keith Speed, que se opunha à prioridade dada pelo governo às armas nucleares, em detrimento das Forças Armadas convencionais. Dois mil e quinhentos professores universitários norte-americanos, entre os quais cinco galardoados com o Prémio Nobel, dirigem um apelo ao presidente Reagan exigindo-lhe que cessasse imediatamente a intervenção em El Salvador.

EFEMÉRIDE DA SEMANA

A 17 de Maio de 1969 a sonda soviética «Vénus-6» desce no planeta Vénus, a uma distância de 300 km da «Vénus-5»; as duas sondas percorreram em quatro meses os 350 milhões de km que separam Vénus do nosso planeta.

Internacional

Atentado ao Papa confirma: terrorismo é arma da direita

Não restam dúvidas a ninguém. O terrorista turco Mehmet Ali Agca, que atentou contra a vida do Papa João Paulo II, é um homem ligado a grupos de extrema-direita e não agiu sozinho. Há entretanto quem ainda mantenha «dúvidas»... as dúvidas que interessa alimentar.

O procurador-geral de Roma, Achille Gualucci, especialista em luta antiterrorista, ordenou que todos os esforços se concentrassem nas ligações do terrorista turco aos grupos fascistas. Toda a sua biografia aponta para estreitas ligações com o partido nacionalista turco, da extrema-direita, e o bando terrorista responsável por muitos dos assassinatos

sistematicamente produzidos na Turquia, ao longo de anos — os «Lobos Cinzentos». A cumplicidade de forças de direita ressalta quer na possibilidade que se lhe abriu de fuga de uma prisão turca de segurança máxima, quer ao longo de todo o trajeto após a sua fuga, com insistência para países e cidades conhecidas como pontos de ligação entre os

grupos fascistas de vários países, a «internacional negra». Mehmet Ali Agca não agiu sozinho. Como afirmou ao jornal «La Stampa» o delegado do Ministério Público, Luciano Infelisi, «os documentos provam que Mehmet Ali Agca não agiu sozinho». Aliás ainda se desconhece mesmo se não houve um outro atirador.

Os factos estão aí. As dúvidas tem-nas que as quer. E não seria exactamente esse o móbil do crime? Porque é que com tão evidentes ligações à extrema-direita o terrorista

turco tentou afirmar-se «marxista» e ter quaisquer ligações com o movimento de libertação do povo palestino? Não é verdade que tal hipótese casaria particularmente bem com a «leitura» Reagan de que os movimentos de libertação são bandos de terroristas promovidos e apoiados pela União Soviética e restantes países socialistas? E porquê, depois de ter sido formal e internacionalmente informado e reconhecido que o terrorista turco estava ligado aos fascistas, há quem — também em Portugal — se empenhe em divulgar

«confissões» de «conversão» ao marxismo?

Os factos parecem nirem-se com particular clareza, nos últimos tempos, para comprovar que o terrorismo serve única e exclusivamente a direita.

A Itália é dessa verdade exemplo permanente. É sabido que em todos os momentos políticos mais delicados da vida política italiana, e também quando se vislumbra hipóteses de acordo com os comunistas, o terrorismo vem «justificar» muitos oportunos recuos. Na RFA a lei «antiterrorista»

abriu caminho ao intensificar da repressão, não contra os bandos neonazis, que entretanto proliferam, mas contra a esquerda. Em Espanha, a actividade terrorista da ETA permitiu que, muito «legalmente», se cumprisse no País Basco uma pretensão dos golpistas — a real ocupação militar do país. Na Turquia, foi também a coberto da luta antiterrorista que se instalou uma ditadura militar que goza do aberto apoio da NATO. Factos indelmentáveis que o atentado contra o Papa vem uma vez mais confirmar.

França: unidade da esquerda é factor decisivo

François Mitterrand é hoje investido no cargo de Presidente da República francesa. Assim se enceta um processo que conduzirá a eleições legislativas em Junho, e que passa pela dissolução da actual Assembleia Nacional, de maioria de direita.

A batalha das legislativas engloba uma intensa actividade política a nível partidário, um esforço de unidade, não só à esquerda, mas também à direita. Assim, o gaullista Jacques Chirac e o chefe do grupo giscardiano na Assembleia Nacional francesa subscreveram, apesar das profundas divisões na direita, uma aliança eleitoral para as legislativas sob a forma de uma «União para uma nova maioria». François Mitterrand inicia conversações com todas as forças políticas que apoiaram a sua candidatura, e com o Partido Comunista Francês, de que os quatro milhões e meio de votos foram decisivos para a vitória da esquerda. O Comité Central do Partido Comunista Francês, reunido após os resultados eleitorais para debater a nova situação criada, decidiu iniciar negociações com o Partido Socialista, com vista a concluir um pacto eleitoral para as próximas eleições legislativas. Como afirmou o dirigente do PCF, Pierre Juquin, no final da reunião do CC, «estamos prontos a entrar no governo antes das eleições

legislativas, estamos prontos a assumir responsabilidades num espírito positivo, construtivo. Estamos prontos a qualquer momento para um contacto que encontre a forma de governarmos juntos».

Na batalha que hoje se trava pelas legislativas e pelo futuro da França, o que está em causa é exactamente a capacidade de a esquerda se unir, e avançar da única forma possível: com os comunistas, com as mais amplas massas trabalhadoras. E isso é entendido por todos. Pela esquerda e pela direita.

Os que hoje querem apagar os resultados de dia 10

No comunicado adoptado pelo Bureau Político do PCF, imediatamente a seguir ao anúncio dos resultados oficiais, afirma-se: «A vitória de 10 de Maio não poderia ter sido alcançada sem os comunistas. Da mesma forma não se pode proceder à mudança sem a participação activa e sem o contributo próprio do Partido Comunista Francês». Isto é tão verdade que toda a direita, a nível nacional

e internacional, se bate para que tal unidade se não concretize, vença o que chamam «realismo», e assim a promessa de outra vida, o voto da maioria do povo francês, sejam uma vez mais ludibriados.

O alerta contra a participação dos comunistas é geral entre os representantes do capital. Com algum cuidado, pois temem que tal alerta se volte contra as suas pretensões, considerado justamente como ingerência ofensiva pelo povo francês. Entretanto os Estados Unidos, por exemplo, vão avançando que o cumprimento de acordos anteriormente estabelecidos e a política a seguir nas relações entre os dois países, são-lhe em função da composição e do governo e do seu programa e mesmo de cada ministro em particular. Em síntese, uma «subtil» ameaça de boicote. Há também quem seja mais directo. Gaston Thom, actual presidente da Comissão da CEE, afirmando-se muito preocupado particularmente por Mitterrand ter sido eleito com os votos dos comunistas, salienta que o PCF «não é dos que apoiam as ideias construtivas e classicamente europeias».

De resto, a ofensiva do grande capital está já à vista: acentua-se a campanha anticomunista, jogando-se com o espantalo do pânico, do desastre, da

desarticulação da economia. Nessa domínio não se perde tempo. Na semana passada a França gastou biliões de dólares em apoio do franco, após esta divisa atingir a maior baixa em relação ao marco da RFA. Cinicamente «Le Figaro-Aurore» afirma que «a baixa assume toda a sua amplitude e coloca assim cada um em face das suas responsabilidades». Na Bolsa afirma-se com clareza que «tudo depende da política do novo governo». Simultaneamente joga-se no interior do Partido Socialista, contra a unidade com os comunistas.

Tudo isto na perspectiva de umas eleições em que a direita é abertamente favorecida por uma lei que permite que nas circunscrições rurais se possa eleger um deputado com dez vezes menos votos do que os necessários nas zonas urbanas e industriais.

Os que votam no passado têm entretanto as suas razões para se preocupar. Todas as sondagens o indicam: o impulso da mudança ganha em França a força proporcional à grande esperança aberta.

É de mudança que se trata

O vento da mudança já começou. E isso é particularmente sensível onde está o proletariado, nas grandes



A alegria da vitória

empresas industriais. A posição do movimento sindical, em particular da CGT de França, não ignorando tudo o que entretanto permanece intocado. Entre os trabalhadores da multinacional Saint-Gobain, em Chalons-sur-Saône, por exemplo, o secretário da CGT, André Allamy afirma: «O que importa é agarrar as novas condições de combate. O entusiasmo suscitado pela vitória, a vontade de mudança da massa dos trabalhadores podem unir-se numa força formidável e pacífica que pode contribuir para sucessos reivindicativos e para a mudança».

O Bureau Político do PCF traçou a orientação a seguir neste momento: «Unir todas as forças populares para levar

à prática uma política nova de justiça social, progresso, liberdades, independência e paz: essa é e continuará a ser a nossa linha. A que definimos no XXII e no XXIII Congressos».

Por este caminho, estamos dispostos a facilitar todos os passos em frente, a ir tão longe e tão depressa quanto os trabalhadores e os cidadãos o quiserem. Não deixamos nem deixaremos passar nenhuma oportunidade para obter mudanças. Estamos disponíveis para todos os progressos».

Muitas incógnitas subsistem ainda quanto ao futuro imediato da França. Uma certeza entretanto ressalta: há forte vontade popular de mudança e com a unidade — e só com a unidade — essa vontade será, sem dúvida, concretizada.

A crise dos mísseis — o que é?

Dezenas de pessoas estão a morrer diariamente no Líbano, na capital, Beirute, e nos campos de refugiados palestinos dispersos pelas zonas ocupadas e pelo território de outros países árabes, enquanto Israel e o imperialismo lhes recusam o direito a uma pátria. A violência é desencadeada pelas milícias fascistas libanesas apoiadas por Israel e directamente pela Força Aérea israelita.

A tensão que se vive no Líbano faz parte já do seu quotidiano e radica nos esforços dos sionistas, com o apoio do imperialismo, para transformar o Líbano — ou pelo menos parte do seu território — num país abertamente reacçãoário, desferindo assim um golpe nas forças palestinas instaladas neste país. A falta de logarrem este objectivo, Israel não hesita: ocupa território libanês, com o apoio e a «cobertura» dos bandos fascistas libaneses, e lança-se num processo de genocídio dos palestinos, atacando de diversas formas, nomeadamente pelo bombardeamento, os campos de refugiados.

Há pouco mais de duas semanas, a situação sofreu novo agravamento. Aviação israelita

atacaram tropas da Força Árabe de Manutenção da Paz, estacionada no Líbano, e composta por efectivos sírios. Face a estes ataques, a Síria enviou para o Líbano mísseis terra-ar, com o objectivo de evitar novos ataques da aviação sionista. Reacção de Israel: a colocação dos mísseis constituiria uma ameaça à segurança de Israel...

A isto se chama fazer o mal e a caramunha! Israel reclama que está em perigo, mas, simultaneamente, não abandona a linguagem inequívoca dos agressores. Begin afirma claramente: «Se os sírios não retirarem os seus mísseis do Líbano, depois dos esforços desenvolvidos pelos Estados Unidos, a Força Aérea receberá ordem de intervir». Por outro

lado, o vice-ministro israelita de Defesa declara que Israel «não permitirá» às Nações Unidas nem ao governo libanês que impeçam as acções das milícias fascistas de Saad Haddad, no sul do país.

Esta arrogância tem as suas razões de ser. Razões que se podem procurar numa situação conjuntural — que passa pela realização, em Junho, de eleições em Israel — mas que assentam muito particularmente no apoio do imperialismo norte-americano, na política de Washington para o Médio Oriente.

Neste momento, tal apoio é particularmente evidente. Begin, aliás, qualificou uma mensagem que lhe foi recentemente enviada pelo presidente norte-americano, Reagan, como a «melhor alguma vez recebida por Israel de uma administração americana».

A política norte-americana

Encontra-se actualmente em visita a vários países do Médio

Oriente (invocando a necessidade de debelar a crise), o enviado norte-americano Philip Habib. Mas a política prosseguida pela Casa Branca tem demonstrado à sociedade que não visa resolver os problemas candentes da zona, independentemente de quaisquer declarações formais nesse sentido. E porque é escamoteado o problema central: a questão palestina.

Na sua digressão pelo Médio Oriente, Philip Habib tem um objectivo: tentar unir os países árabes com regimes de direita contra o movimento de libertação. E para isso todos os meios são bons. Gerada a questão dos mísseis, e de acordo com o jornal libanês «As Safir», o enviado norte-americano propõe um negócio — ou seja, a retirada dos mísseis sírios a troca de dinheiro saudita para as Forças Armadas sírias. De notar que a Arábia Saudita, que afirma o seu apoio à Síria em caso de guerra, é um dos quatro países produtores de petróleo que recentemente pôs fim às

suas contribuições monetárias para as forças sírias estacionadas no Líbano.

Por outro lado, e de acordo com o jornal norte-americano «Daily News», o governo norte-americano está a elaborar um plano secreto para derrubar o presidente da Líbia, Moamar Kadhafi (um regime progressista que naturalmente não pode agradar à Casa Branca). Se juntarmos a tudo isto a decisão da última reunião da NATO, do envio de um corpo de intervenção rápida para a zona do Golfo, e as pretensões de substituir a Força Árabe de Manutenção da Paz no Líbano por uma «força internacional», ficaremos com as linhas gerais do que os EUA pretendem no Médio Oriente: uma guerra, um golpe sério contra o movimento palestino e as forças progressistas na zona.

O tiro pode sair pela culatra

Se estas são as pretensões do imperialismo, que se enquadram bem na política internacional seguida pelo presidente Reagan, as consequências podem ser bastante diferentes do pretendido.

Assim, e para já, pode-se constatar um movimento de apoio à Síria, nomeadamente da parte do Iraque e do Irão, dois países que, como sabemos, se encontram em guerra entre si. Um processo que não seria inédito: o reforço da unidade árabe face às manobras do imperialismo para o dividir mais. Mesmo em relação à Arábia Saudita — que parece envolvida numa manobra com os Estados Unidos, de «troca» dos mísseis sírios (que correspondem a uma mais efectiva defesa do Líbano), por uma contribuição monetária

anteriormente retirada — não podem deixar de jogar também factores como a tendência global do movimento árabe contra o agressor israelita e de apoio às justas reivindicações dos palestinos, e o próprio ascenso de luta popular a nível interno.

Em Israel também os problemas internos não faltam. As crescentes dificuldades encontradas levaram já o governo de Begin a recuar, admitindo o prolongamento por tempo indefinido dos esforços diplomáticos. O que naturalmente se prende a divisões no seio das forças que o apoiam. E também, muito particularmente, ao movimento de repúdio popular contra a política de Begin. O Partido Comunista de Israel condenou a vontade do «governo de Begin que, de acordo com a administração Reagan e as milícias fascistas, prepara uma nova guerra no Líbano». O movimento pacifista israelita «Paz agora» organizou sábado passado uma grande concentração em Tel-Aviv para protestar contra a política belicista de Begin.

Como alcançar a paz?

Em recentes declarações perante o Conselho Nacional da Palestina, o presidente Yasser Arafat da Organização de Libertação da Palestina (OLP), apoiou a proposta da União Soviética de uma conferência sobre o Médio Oriente com a participação de todas as partes interessadas, incluindo, como é evidente, a OLP. Yasser Arafat considerou esta iniciativa «como uma boa base para uma solução honrosa e justa». Não há outro caminho para a paz e para a verdadeira solução do problema do Médio Oriente.

Movimento comunista O Partido Comunista da Checoslováquia nasceu há 60 anos

O Partido Comunista da Checoslováquia foi formado há 60 anos. O seu Congresso constituinte, realizado em Praga, de 14 a 16 de Maio de 1921, representou um marco decisivo no desenvolvimento do movimento da classe operária e na História moderna da Checoslováquia. Num processo difícil de construção de uma vanguarda consequente e organizada do proletariado, o V Congresso constituiu a vitória do leninismo no seio do Partido.

Desde o início o Partido esteve à frente das lutas das massas trabalhadoras, tanto contra a exploração e desemprego crescente, como no período de 1929, como contra o fascismo e em defesa da República, nos anos 30. Em Setembro de 1938 foi o único partido checoslovaco que denunciou o Diktat de Munique. A ocupação nazi da Checoslováquia colocou perante o Partido novas e difíceis tarefas. Neste período o Partido

Comunista da Checoslováquia alcançou grande apoio de massas. Sob a sua direcção a classe operária passou a ser a força dirigente da luta pela libertação nacional.

A libertação da Checoslováquia pelo Exército Vermelho e a vitória da revolução nacional e democrática criaram condições para a passagem à revolução socialista. O Partido Comunista da Checoslováquia, apoiado no marxismo-leninismo, levou a classe operária ao fortaleci-

mento e aprofundamento da sua posição dirigente. O IX Congresso, realizado em 1949, e após a vitória sobre o golpe contra-revolucionário de Fevereiro de 1948, determinou a linha geral de construção do socialismo, fixando as principais orientações e tarefas resultantes da construção do socialismo.

O caminho da construção do socialismo foi difícil e com alguns erros. Com o enriquecimento do trabalho ideológico e político nos anos 60 foi possível a penetração da ideologia burguesa e a acção subversiva, criando-se, em 1968, uma situação de ameaça directa da actividade contra-revolucionária. Nesta conjuntura, a ajuda internacionalista dos países socialistas criou condições fundamentais para a luta bem sucedida das forças marxistas-leninistas pela depuração e consolidação do Partido e de toda a sociedade.

O XIV Congresso, realizado em 1971, finalizou esse complexo período da História da Checoslováquia. O Partido Comunista saiu, dessa grave crise, unificado, capaz de uma moção sistemática e eficaz no campo ideológico, político e organizativo, voltou a ser a força dirigente da sociedade socialista. O XIV Congresso preparou o programa complexo da construção de uma sociedade socialista desenvolvida. O XVI Congresso, realizado em Abril deste ano, constituiu um marco mais na História da Checoslováquia socialista.



Plano da sala onde decorreu o V Congresso



Os cosmonautas Dimitru Prunariu, romeno, e Leonid Popov, soviético, seguiram para o espaço no passado dia 15, a bordo da nave Soyuz-40. O objectivo do voo consiste na realização de experiências conjuntas com os cosmonautas soviéticos Vladimir Kovalionok e Viktor Savinykh, que se encontram no complexo orbital Soyuz 6-Salyut T4, desde 12 de Março. Trata-se do oitavo voo do programa Intercosmos, que já levava ao espaço, juntamente com soviéticos, cosmonautas da Checoslováquia, Mongólia, Vietnam, Cuba, República Democrática Alemã, Polónia e Bulgária.

PCP

Indecorosa manipulação da RTP imposta pela "AD" e o seu governo

Ver a RTP é significativo, mas é preciso ler o estudo que junto publicamos para apreciar bem até que ponto as coisas chegaram

A RTP está a saque: eis um facto incontroverso, de flagrante evidência, desde logo, para o comum dos telespectadores, mas cuja brutalidade — a palavra não é excessiva — acaba de ser revelada num recente estudo da Secção de Informação e Propaganda do PCP, que junto publicamos, estudo esse baseado em factos e números muito concretos.

Basta ler o que se segue para se ficar esclarecido. Não são precisos mais comentários. Uma coisa é certa: trata-se de uma situação intolerável, verdadeiramente indigna do Portugal de Abril. A substituição de Pregoira de Carvalho e dos seus homens de mão na RTP é, realmente, uma medida de saneamento básico que o simples bom-senso impõe. A RTP tem de ser definitivamente posta ao serviço de um real pluralismo informativo, com o respeito pelas leis, pela Constituição e pelos interesses dos trabalhadores e do Povo português.

Nota prévia:

A análise cujas principais conclusões agora se revelam abrange o tempo de imagem atribuído designadamente ao Governo e aos partidos políticos nos serviços noticiosos e programas informativos e de actualidade da RTP/1 (nomeadamente Telejornal das 20,30 e «Aqui e Agora», «24 Horas» e «Últimas Notícias», programas «1.ª Página» e «Zoom») no período de cinco meses compreendido entre 10 de Dezembro de 1980 e 10 de Maio de 1981.

Para efeito desta análise não se consideraram os tempos relativos às transmissões da Assembleia da República quando decorrendo nos termos e tempos acordados pelos grupos parlamentares, as quais, aliás, a terem sido consideradas, ampliariam ainda mais a diferença entre Governo e partidos da «AD» em relação aos restantes partidos representados na Assembleia da República. Foram entretanto considerados os extractos de intervenções feitas no Parlamento quando organizados e seleccionados ao arbitrio da

RTP e bem assim, e com toda a legitimidade, foram também considerados os «suplementos» ao Telejornal com que a RTP de forma frequente e abusiva, resolve privilegiar certos discursos feitos na AR pelo Primeiro-Ministro ou ministros do Governo AD/Balsemão.

Principais conclusões

1. Os resultados da análise mostram que nos cinco meses considerados — de 10 de Dezembro a 10 de Maio — o Governo «AD» e os partidos que o apoiam tiveram cerca de 16 horas e 40 minutos (73%) de imagens (com entrevistas, declarações, comentários) enquanto todos os outros partidos com representação parlamentar — PS, PCP, MDP, ASDI, UEDS, UDP — se ficaram por cerca de 7 horas (27%).

2. A decomposição do tempo dos partidos da oposição é a seguinte e confirma expressivamente que a discriminação contra o PCP é um eixo fundamental da política de (des)informação da RTP/1: PS — cerca de 5 horas (20%);

PCP — 54 minutos (3,4%); outros — 56 minutos (3,5%).

Apesar do claro favorecimento do Governo e dos partidos da «AD» que estes números já consagram é, no entanto, ainda necessário ter em conta que só Mário Soares beneficiou no período considerado, de cerca de 3 horas e 30 minutos (ou seja, 70% do tempo do seu partido) e que, em conjunto, Mário Soares e outros apoiantes da sua moção totalizaram cerca de 4 horas e 15 minutos (isto é, 85% do tempo do PS).

3. Considerando só o período de vigência do Governo AD/Balsemão — 4 meses — os resultados são semelhantes no colossal favorecimento do Governo e dos partidos que o apoiam e na discriminação dos partidos da oposição: com efeito, o Governo e partidos da «AD» somam em tal caso cerca de 17 horas (75,5%) contra 5 horas e 30 minutos (24,5%) dos outros partidos.

4. Os dados relativos ao mês de Abril espelham significativamente uma maciça dose de propaganda governamental. Com efeito, as intervenções de membros do Governo na RTP/1 (consideradas apenas as feitas a esse título ou pretexto) somam nada menos que 4 horas e meia! Acrescidas do tempo respeitante aos partidos da «AD» nos referidos dois meses totalizam cerca de 5 horas e 10 minutos (83,8%) contra apenas cerca de 1 hora (16,2%) dos restantes seis partidos representados na AR.

5. Acrescente-se ainda que só em dois meses — Março e Abril — cinco entrevistas ou comunicações de membros do Governo (entrevistas a Cardoso e Cunha em 3/3, a Morais Leitão em 13/3 e a Basílio Horta em 10/4, comunicações de Eusébio de Carvalho em 6/4 e Carlos

Macedo em 16/4) somaram mais de 3 horas, ou seja o triplo do tempo total do PCP em 5 meses. De salientar igualmente que desde que tomou posse como Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão ocupou em 4 meses «apenas» cerca de 3 horas e meia.

6. A sanha discriminatória contra o PCP atinge o seu ponto máximo no programa «1.ª Página». Basta dizer que, desde as eleições presidenciais até 10 de Maio, este programa teve 13

10 de Maio, se realizou entretanto no último sábado uma entrevista — monólogo sobre a adesão à CEE com representantes da CIP, da CAP e da CP e que está anunciada para esta semana uma nova entrevista sobre o mesmo assunto, agora com o ministro Álvaro Barreto.

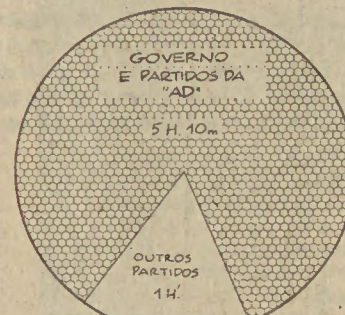
7. O programa «Aqui e Agora», substituído do Telejornal aos sábados vai pelo mesmo caminho de discriminação e sectarismo. Além da entrevista com António José

O ministro da Reforma Administrativa foi à TV e durante 40 minutos caluniou e ofendeu os trabalhadores da Função Pública. Mas a RTP é boa senhora: no dia seguinte abriu as portas aos sindicatos do sector e concedeu-lhes no Telejornal... 3 minutos e 8 segundos!

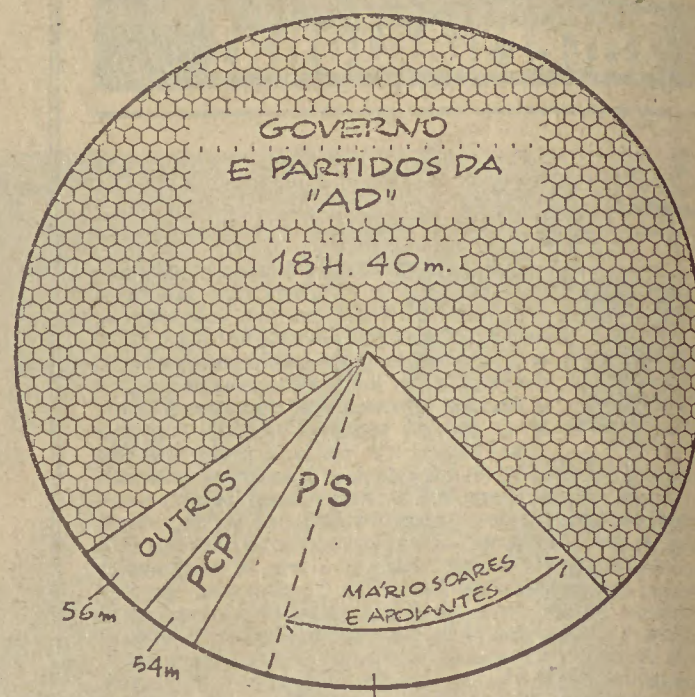
edições com um total de cerca de 8 horas de emissão. Neste programa foram entrevistados os principais dirigentes do PS (Mário Soares duas vezes), do PSD (Pinto Balsemão), do CDS (Freitas do Amaral), dois ministros (Basílio Horta e Morais Leitão), representantes das facções da CAP desavindas a propósito da partilha das terras roubadas aos trabalhadores da Reforma Agrária, outros dirigentes dos mesmos partidos sobre temas sectoriais, mas até hoje nenhum representante do PCP teve acesso a tal programa para expor as opiniões do PCP, quer sobre a situação política geral quer sobre problemas ou questões específicas, apesar de nas entrevistas realizadas aos dirigentes do PS, PSD, CDS, da CAP, e a membros do Governo AD/Balsemão serem constantes as críticas, falsificações e calúnias sobre a política e os objectivos defendidos pelo PCP. Anote-se ainda que, já depois de

Saraiva com a qual a RTP/1 só pode ter pretendido estultamente enxovalhar a vitalidade do 25 de Abril com a decrepitude de um doutrinarismo reacconário, o referido programa já entrevistou Lucas Pires (CDS), Maria Barroso (PS), Carlos Macedo (PSD), Ribeiro Teles (PPM) (em 16/5, constando que, certamente para simbolizar através da RTP o regresso em força dos homens do passado fascista e colonialista, se prepara para entrevistar proximamente Adriano Moreira).

8. Particularmente expressivos são também alguns dados relativos ao tratamento dos conflitos de trabalho pelo Telejornal da RTP/1. Com efeito, verifica-se que, por exemplo, nos meses de Março e Abril, o Telejornal transmitiu cerca de 1 hora e 15 minutos de declarações de membros do Governo e do patronato directamente relacionados com conflitos de



Mês de Abril



10 de Dezembro a 10 de Maio

Durante Março e Abril o Governo e o patronato falaram sobre conflitos de trabalho durante 1 hora e 15 minutos, enquanto as estruturas sindicais o fizeram durante 27 minutos, mesmo incluindo a UGT.

O chamado Congresso das Actividades Económicas teve direito no Telejornal a um total de 12 minutos, enquanto as comemorações do 1.º de Maio (incluindo as da UGT) não ultrapassaram os 8 minutos, e as comemorações unitárias, populares e partidárias do 25 de Abril tiveram um total de 2 minutos e 20 segundos. Ou seja: um encontro do grande patronato vale mais para a RTP do que o 1.º de Maio e o 25 de Abril juntos!

de Abril tiveram um total de 2 minutos e 20 segundos, destacando-se neste âmbito, como símbolo de discriminação e desavergonhada insolência, a atribuição de 30 segundos de imagem ao importante desfile unitário da Avenida da Liberdade para o Rossio.

10. A extrema desvalorização e fraguissimo relevo dado aos debates e trabalhos da Assembleia da República, o completo silêncio sobre as actividades da Juventude Comunista Portuguesa, a intensa e privilegiada cobertura

das actividades da CAP (que tem, aliás, além disso no programa «TV-Rural» um autêntico programa de tempo de antena semanal) e a marginalização de iniciativas e tomadas de posição das estruturas realmente representativas dos interesses dos pequenos e médios agricultores — são, entre outros, alguns aspectos que a presente análise voltou a confirmar como características de uma política de informação da RTP claramente enfiada aos interesses e encomendas do Governo, dos partidos e das forças da reacção.

Dezenas de milhares de pessoas já visitaram a Exposição comemorativa do 60.º aniversário

Encerra no próximo domingo a grandiosa Exposição comemorativa do 60.º aniversário do PCP, patente desde o passado dia 7 no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa. Faltando ainda quatro dias para o termo do certame, é já no entanto possível afirmar que a iniciativa se saldou por um êxito absoluto, êxito este atestado pelo crescente número de pessoas que, diariamente, acorrem ao «irreconhecível» (ainda que só por dentro) recinto desportivo do Parque Eduardo VII.

Os que lá foram primeiro passaram palavra, fossem ou não comunistas: é preciso ir ver a exposição, é uma coisa que se não pode perder. As pessoas começaram a acorrer a um ritmo impressionante, e ainda que, como é óbvio, não se possam adiantar números definitivos, o que se pode dizer sem receio de errar é que já dezenas de milhares de pessoas franquearam as portas do Pavilhão e se admiraram na apreciação dos milhares de textos e outros materiais expostos.

Foi esta afluência de pessoas, aliás, que esteve na origem do alargamento do horário que inicialmente vigorou. Recorde-se que, desde o passado fim-de-semana, a abertura da Exposição é às 10 h, aos sábados e domingos, e às 15 h, aos dias de semana, mantendo-se o encerramento às 23 h...

De todo o País

Não só de Lisboa acorrem os visitantes. Para já não falar das zonas limítrofes da capital, deve registar-se que praticamente de todos os pontos do País, nomeadamente aos sábados

e domingos, chegam excursões — de comboio, de autocarro, de automóvel —, as quais, no seu conjunto, já envolveram milhares de portugueses de todas as idades, desejosos de não perder esta oportunidade de «viver» de perto, com base em documentos históricos, o que foi a luta do povo e do Partido contra o fascismo e a gesta heroica de Abril e do que Abril nos trouxe. Sobre uma das intenções que presidiu à feitura e concepção da Exposição — o seu significado cultural e a sua importância didáctica —, há a assinalar que, até domingo passado, segundo o que apurámos junto de camaradas ligados à organização, já se tinham realizado perto de uma centena de visitas de estudo, abrangendo empresas, escolas e outros colectivos, num total de cerca de três mil pessoas, estando previstas para os próximos dias também mais de uma centena deste tipo de visitas guiadas.

Testemunhos lisonjeiros

Sendo um contributo de extraordinária importância para o conhecimento da história do

PCP, do seu passado e do seu presente, das suas origens de classe e da sua política de classe, do seu lugar único na vida e na sociedade portuguesa, a Exposição acaba por dizer muito ao visitante sobre a própria História de Portugal nos últimos decénios. Não é pois de estranhar que muitos dos que têm afluído ao certame não sejam militantes nem simpatizantes do PCP. Entre eles contam-se democratas de todos os quadrantes, socialistas, gente sem partido. E, no entanto, todos sem excepção — e as opiniões escritas deixadas no «livro de honra» são bem esclarecedoras — são unânimes na apreciação muito positiva que fazem da Exposição, designadamente quanto ao seu valor documental no que se refere à resistência antifascista. Este testemunho lisonjeiro de personalidades da vida política e cultural portuguesa, cujo posicionamento pouco ou nada tem a ver com o dos comunistas (em alguns dos casos, antes pelo contrário...) é, só por si, suficientemente elucidoativo acerca do êxito da Exposição.

Falámos do «livro de honra», aquele livrinho de capa vermelha e folhas em branco onde, no termo da visita, os que o desejem deixam expressa a sua opinião sobre o que viram. O manuseamento dos vários volumes já preenchidos corrobora as diversas opiniões de visitantes registadas em dias diferentes por repórteres do «Avante!». Opiniões que, ao menos muito no geral, vale a pena referir.

«Só o PCP seria capaz de fazer uma coisa destas» — eis uma impressão que predomina, ligada a uma outra sintetizada nesta frase, também ela simples mas plena de significado: «Cada vez me sinto mais orgulhosa de pertencer a um Partido como este!». A organização, a capacidade de realização, a imaginação criadora, bem patentes na concepção geral da Exposição, no aproveitamento dos espaços, na disposição e apresentação dos materiais, são realidades que não poderiam deixar de impressionar qualquer um, em primeiro lugar os próprios militantes comunistas. Mas a Exposição não é só forma e trabalho: tem um conteúdo, veicula uma mensagem, exprime uma concepção do mundo, traduz uma moral, reflecte uma política — é o espelho e a obra de uma classe e do seu Partido de vanguarda. Daí que, para além da grandiosidade e da riqueza daquilo que viu, o visitante retenha uma outra impressão, talvez mais funda, certamente não menos fecunda,



No último fim-de-semana

intervenientemente assente no presente e apontada para o futuro: a de que o fascismo não pode voltar mais, a de que é preciso não deixar passar aqueles que querem regressar ao passado, a de que só com a luta e a organização, só com os comunistas, só com o amor ao Povo e à Pátria se defenderá e reforçará o Portugal Democrático. Frases como «Saio desta Exposição mais confiante e mais forte para a luta», «Foi uma verdadeira lição, fiquei a gostar ainda mais do meu Partido e do meu Povo», aí estão para o atestar. Ou como esta: «A exposição mostra o que os comunistas são capazes de fazer e um dia ainda não se faz melhor por Portugal e pelos portugueses».

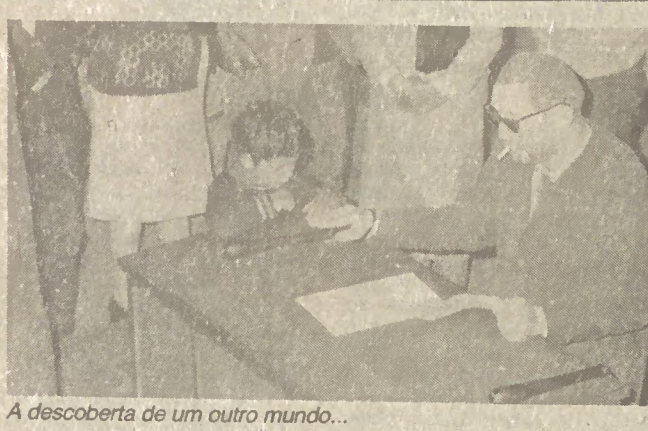
Acaba mesmo no domingo!

A Exposição encerra no domingo. Muitos se interrogam

se não seria possível ela manter-se mais tempo, ou se não seria possível arranjar formas de ela ser vista por mais gente, nomeadamente fora de Lisboa. A verdade é que, conforme nos disseram camaradas da organização, as dificuldades de montagem impedem a transformação da Exposição em itinerante. Por outro lado foi completamente impossível prolongar a sua permanência no Pavilhão. Mesmo assim, só ficarão cinco dias para os complexos trabalhos de desmontagem, o que vai exigir um grande esforço durante dia e noite a diversas equipas de militantes. Tudo leva a supor, pois, que nos próximos sábado e domingo se verifique uma grande afluência ao Pavilhão. Daí o conselho que aqui deixamos aos que já programaram a sua visita para esses dias: vão logo de manhã, para evitarem as bichas!



Diferentes ângulos do grupo escultórico representando o interrogatório de um preso político pela PIDE



A descoberta de um outro mundo...



Uma das centenas de painéis que preenchem o espaço da exposição



Uma perspectiva da exposição focando a zona dedicada ao período da luta antifascista